



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE GEOPOLÍTICA E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Cadernos de **Estudos Estratégicos**

Guerra contínua pela supremacia mundial na Era da Quarta Revolução Industrial
por Ronaldo G. Carmona, Ph.D.

Os novos tipos de guerra
por Darc Costa, Ph.D.

Novas tensões geopolíticas hoje
por Francisco Carlos Teixeira Da Silva, Ph.D.

Fazendo as coisas certas: Segurança e Defesa do Estado Moderno
por Coronel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro

Guerras contemporâneas e do futuro
por Gen Bda Marcio Tadeu Bettega Bergo

2019/março

Cadernos de Estudos Estratégicos

n. 01 /2019

Irregular

ISSN 1808-947x

1. Cultura.
2. Relações Internacionais.
3. Modernidade.
4. Axiologia.
5. Praxiologia.
6. Polemologia.
7. Cratologia.
8. Segurança

Cadernos de Estudos Estratégicos

Os Cadernos de Estudos Estratégicos são publicados de forma irregular pela ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, do Rio de Janeiro. Edição Eletrônica. Circula em âmbito nacional e internacional.

Comandante da ESG

General de Exército Décio Luís Schons

Subcomandante da ESG

Vice-Almirante Carlos Frederico Carneiro Primo

Diretor do Instituto de Geopolítica e Estudos Estratégicos

General de Brigada R/1 José Eustáquio Nogueira Guimarães

Conselho Editorial

Darc Antonio da Luz Costa

Jorge Calvário dos Santos

Severino Bezerra Cabral Filho

Vagner Camilo Alves

Nathalie Torreão Serrão

Mariana Alves da Cunha Kalil

Francisco José de Matos

Daniela Schmitz Wortmeyer

Editor Executivo

Coronel R/1 Amaury Simões dos Santos Junior

Os artigos publicados pela revista são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressam, portanto, o pensamento da Escola Superior de Guerra.

Sumário

Prefácio	4
por General de Brigada João Cesar Zambão da Silva	
Guerra contínua pela supremacia mundial na Era da Quarta Revolução	
Industrial	5
por Ronaldo G. Carmona, Ph.D.	
Os novos tipos de guerra	17
por Darc Costa, Ph.D.	
Novas tensões geopolíticas hoje	29
por Francisco Carlos Teixeira Da Silva, Ph.D.	
Fazendo as coisas certas: Segurança e Defesa do Estado Moderno	49
por Coronel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro	
Guerras contemporâneas e do futuro	81
por General de Brigada Marcio Tadeu Bettega Bergo, Exército Brasileiro	

Prefácio

Em julho de 2018 o Professor Ronaldo Carmona apresentou ao Centro de Doutrina de Operações Conjuntas (CDOC) da Escola Superior de Guerra (ESG) uma proposta de constituição de um grupo de pesquisa com o propósito de estudar a guerra por intermédio de três linhas de pesquisa: a história da guerra e a doutrina militar brasileira, do período colonial ao contemporâneo; as guerras contemporâneas e as características futuras dos conflitos, abordando os caminhos possíveis para a política e a estratégia de segurança e defesa no século XXI; e a epistemologia da guerra, um estudo filosófico e conceitual do fenômeno guerra, visando a compreendê-lo em seu conjunto e em suas manifestações setoriais.

O CDOC, prontamente, acolheu a iniciativa e se prontificou a supervisionar as atividades do grupo de pesquisa, não só pela relevância do tema, mas por visualizar uma oportunidade ímpar, uma vez que, nas palavras do professor Carmona, “a Escola Superior de Guerra carrega em seu próprio nome a missão de desenvolver os estudos dos problemas bélicos, sendo esta, portanto, uma de suas atividades finalísticas e, historicamente, as mudanças das características da guerra estão na origem da compreensão acerca da necessidade da estruturação da ESG, em 1949”.

O Grupo de Pesquisa Estudos da Guerra foi formalmente criado em setembro de 2018 e, de imediato, iniciou as suas atividades com a realização de um ciclo de estudos preparatórios, ao longo dos últimos meses do ano.

Para esta atividade inicial, destinada à ambientação dos integrantes do grupo de pesquisa, foram convidados cinco nomes representativos da história e do pensamento militar no Brasil: o professor Darc Costa, que apresentou a sua visão sobre os novos tipos de guerra; o professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, que discorreu sobre as novas tensões geopolíticas de hoje; o General de Brigada Marcio Tadeu Bettega Bergo, que abordou as guerras contemporâneas e do futuro; e o Coronel Alessandro Visacro, que falou sobre segurança e defesa do Estado moderno.

Assim, é com indisfarçável orgulho que o CDOC apresenta, nesta edição dos Cadernos de Estudos Estratégicos da ESG, o conteúdo desse ciclo de estudos preparatórios, acrescido de uma introdução elaborada pelo professor Carmona, nosso pesquisador-líder, sobre o tema guerra contínua pela supremacia mundial na era da Quarta Revolução Industrial.

Este primeiro produto do recém-criado Grupo de Pesquisa Estudos da Guerra desta Escola é, sem sombra de dúvida um auspicioso início para as suas atividades e sinaliza todo o seu potencial para a produção de conhecimentos, o que vem a ser o principal objetivo da constituição de um grupo de pesquisa.

Desejo a todos uma excelente leitura.

Gen Bda João Cesar Zambão da Silva

Diretor do Centro de Doutrina de Operações Conjuntas

Guerra Contínua pela supremacia mundial na era da Quarta Revolução Industrial

por *Ronaldo G. Carmona, Ph.D.*¹

As vésperas de entrarmos na terceira década do século XXI, um balanço do estado do mundo demonstra uma realidade caracterizada por duas vertentes principais. A primeira é de uma *luta aberta das grandes potências* em torno de quem hegemonizará o sistema internacional nas próximas décadas, na busca por um desfecho para a transição no quadro de forças global em curso – no que poderá resultar em distintos tipos de hegemonia². Contudo, registre-se que esta contenda por hegemonia, em geral não é admitida – em maior ou menor grau – por estas mesmas potências³.

Uma segunda vertente, plenamente associada à primeira, é a deflagração de uma *nova revolução industrial*, caracterizada pela digitalização crescente da economia mundial, com profundas e crescentes repercussões nas mais variadas esferas da atividade econômica e social.

Este texto busca discutir, como parte de projeto de pesquisa em andamento, as tendências do reordenamento do poder mundial e das transformações na base tecnológica associada à evolução do fenômeno da guerra. Na primeira parte busca identificar, a partir de uma compreensão da história contemporânea e na análise das grandes tendências, as características mais importantes da luta pela supremacia mundial por parte das grandes potências. A segunda parte tece observações sobre as características da Quarta Revolução Industrial no que concerne à evolução do quadro geopolítico mundial. A terceira parte versa sobre alguns impactos destas transformações na guerra. Por fim, apresentaremos algumas conclusões.

¹ Professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG). É Doutor pela Universidade de São Paulo (USP). Coordena o Grupo de Pesquisa “Estudos de Guerra” e o Grupo de Pesquisa “Geopolítica do Brasil”, ambos no âmbito da ESG. Foi chefe da Assessoria Especial de Planejamento do Ministério da Defesa.

² Que vai da busca da reafirmação da hegemonia vigente desde o fim da Guerra Fria – caso dos Estados Unidos, atualmente em luta por este objetivo “relacionista” de sua posição – até o estabelecimento de distintos tipos de novo *hegemon* (compartilhado, unipolar, multipolar, “benigno”, imperialista, etc.).

³ Os Estados Unidos proclamam objetivos nacionais, internos – essencialmente – com a política do “America First”, e muito se comenta sobre um relativo retrairoamento nos “valores” de “nação escolhida” que sempre caracterizou sua política exterior. Já a China, a despeito da maior assertividade no sistema internacional, proclama uma espécie de “missão benigna” a respeito desta sua assertividade. Ver, por exemplo, artigo do teórico realista chinês, Professor Yan Xuetong, “The Age of Uneasy Peace: Chinese Power in a Divided World”, na edição de jan/fev 2019 da Foreign Affairs.

CARACTERISTICAS DO CONFRONTO DE POTÊNCIAS PELA HEGEMONIA MUNDIAL

Um episódio historicamente recente precisa estar na raiz da análise sobre a atual conjuntura geopolítica mundial. Trata-se do desfecho da Guerra Fria no final do século XX, com o desmantelamento da União Soviética num contexto em que não houve a “batalha final”, revelando assim a possibilidade de vitória estratégica sem o engajamento bélico direto, com os Estados Unidos “prevalecendo historicamente”, como argumentara Zbigniew Brzezinski em seu *Game Plan*⁴, ao defender uma estratégia de longo prazo para o conflito. O estudo desta sistemática apresenta importantes lições para o atual quadro de confronto pelo poder mundial.

O desfecho da Guerra Fria foi produto de cálculo estratégico paciente, derivado das teorias geopolíticas clássicas e confirmaram a validade de seus postulados. A primeira manobra estratégica norte-americana na era contemporânea, cujas consequências sentem-se plenamente nos dias de hoje, foi a operação que buscou apartar os dois gigantes eurasiáticos – URSS e China –, no início dos anos 1970, através do chamado “triângulo kissingeriano” – estratégia formulada pelo então conselheiro de segurança nacional, Henry Kissinger –, a partir do qual os Estados Unidos apresentaram uma proposição de “desenvolvimento a convite” à China. Esta foi finalmente aceita, igualmente por cálculo estratégico da nova liderança chinesa à época, com a adoção da política de “reforma e abertura” em 1978, sob direção de Deng Xiaoping. Entre a visita de Richard Nixon, em 1972, e a reunião do Partido Comunista da China em 1978, operou-se a manobra que está na raiz do desfecho da Guerra Fria e da contenda geopolítica contemporânea.

Na sequência, no início dos anos 1980, já na presidência de Ronald Reagan, os Estados Unidos aprofundaram o desafio para duelo à União Soviética, recrudescendo a corrida tecnológico-militar – iniciada já antes, no programa espacial e no programa nuclear –, e cujo desfecho, levou enfim ao estrangulamento inovativo da URSS e, no final da década, ao colapso político e encerramento da Guerra Fria, com a vitória de um dos lados da contenda⁵.

O fim da Guerra Fria iniciou um período de euforia liberal. Tão intenso quanto efêmero, historicamente. Compreendeu-se então, que a velha disjuntiva do Iluminismo quanto à análise das relações internacionais, que opunha Kant a Hegel, com o primeiro defendendo uma paz perpétua de um governo mundial, e o segundo, a centralidade da “vontade de poder” dos Estados nacionais, finalmente estava decidida a favor do primeiro. Surgiria então um mundo hegemônizado por uma orientação liberal, quer na predominância de instituições de governança a arbitrarem as contradições entre as nações, quer na economia, com a proposta de abolição de fronteiras e barreiras à livre circulação de bens e capitais em escala mundial. Era a vitória da globalização, iniciada (em sua fase contemporânea) nos anos 1970 com o processo de deslocamento produtivo à Ásia. Contudo, a invasão do Kuwait por Saddam Hussein, já em agosto de 1990, e logo depois, a desintegração conflituosa da Iugoslávia em 1991 – com a eclosão da guerra da Bósnia em 1992 –, lá estavam para contraditar o sonho liberal de um mundo róseo liderado pelas instituições mundiais e pelo mercado.

⁴Ver “EUA x URSS, o grande desafio” (Edição brasileira de 1987, Editora Nôrdica).

⁵ Ver, dentre outros, FERNANDES, Luís. A Revolução Bipolar - A gênese e derrocada do socialismo soviético (Editora Anita Garibaldi, 2017).

A ascensão chinesa ao longo das quatro décadas iniciada em 1978 foi notável, apenas comparável à igualmente épica ascensão brasileira durante aproximadamente cinco décadas no século XX⁶. Em 1978, o PIB per capita da China era de US\$ 156. Em 2017, atingira US\$ 8.826, ou 57 vezes maior⁷. O exponencial crescimento da base material chinesa – apoiando-se num movimento sistêmico levado a cabo pelas economias desenvolvidas do Ocidente, mas essencialmente fundado em bases endógenas, pela estruturação de um sistema de planejamento conhecido como “socialismo de mercado” –, permitiu um extraordinário incremento das dimensões de seu poder nacional e a alçou à condição de uma das duas grandes economias mundiais.

A “fatura” geopolítica deste movimento estratégico americano se apresenta hoje em sua plenitude. Afinal, no estudo da história e de “leis gerais” de ascensão e queda das grandes potências no sistema internacional, percebe-se que a ascensão material, em geral, redonda em ascensão política, tecnológica e militar do novo ator. Assim, resulta no que se conhece como “armadilha de Tucídides”, em alusão ao episódio de confronto entre Esparta e Atenas na Guerra do Peloponeso, de 431 a 404 a.C: a ascensão de uma nova potência, e, portanto, o desequilíbrio na balança de poder em relação à potência anteriormente estabelecida, levaria à inexorabilidade da guerra. Esta “determinação” histórica ocorrerá novamente no atual confronto entre Estados Unidos e China?

Os Estados Unidos, por sua vez, pelo menos desde o início desta década, discutem em documentos estratégicos públicos seu “declínio relativo”, assim como o tema comparece em numerosos trabalhos acadêmicos de referência, de autores de filiações a linhas de pensamento variadas.

É nesse contexto que se apresenta com força, com fortes consequências políticas, fenômeno que vem sendo chamado de “crise da globalização” ou “desglobalização”. A materialidade desta crise se expressa no fenômeno da desindustrialização, corrente nas economias desenvolvidas, e fruto, em grande parte, como já dito, da estratégia de deslocamento de plantas produtivas para o leste da Ásia iniciado nos anos 1970. Também o fenômeno manifesta-se, no plano econômico e financeiro; este se verifica, por um lado, em certa estagnação na corrente de comércio global e na crise nas instituições multilaterais, como, por exemplo, a hoje paralisada Organização Mundial do Comércio (OMC); por outro lado, nos impasses verificados na *financeirização* da economia, uma questão não equacionada desde a crise mundial de 2007/2008. À crise da orientação liberal nas economias desenvolvidas, soma-se, no plano psicossocial, o esgarçamento de valores e a imposição do “politicamente correto” que, junto com a ameaça (assim percebida) da imigração – pronta a “roubar” os disputados empregos industriais que restam –, geram em seu conjunto efeitos políticos consideráveis. Em seu conjunto, recrudesce o fenômeno, já visto noutro contexto nas primeiras décadas do século passado, de um “novo nacionalismo” como questão dominante do sistema internacional⁸.

⁶ O Brasil, ao longo do ciclo longo desenvolvimentista, entre 1930 e meados dos anos 1980, apresentou transformação extraordinária, comparável, segundo a literatura que estuda a história do desenvolvimento econômico, à presente experiência chinesa.

⁷ Ver em <http://portuguese.cri.cn/news/china/407/20181218/224642.html> (acessado em 23/02/2019).

⁸ Como argumenta, em dossiê de capa, a edição de fev-mar 2019 da revista do establishment, *Foreign Affairs*.

Junto com a crise na dimensão econômica da globalização, a própria ordem liberal internacional baseada em regras multilaterais está em xeque. A dimensão política do sistema liberal internacional, estruturado ao final da segunda guerra mundial e novamente vitorioso ao final da Guerra Fria também entra em crise, como é o caso de sua principal expressão, a Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, uma sequência de fenômenos políticos nos países desenvolvidos – *Brexit* inglês, vitória de Trump, “coletes amarelos” franceses, o novo governo italiano, eleições do parlamento europeu em 2019 etc. – e nos BRICS – política “assertiva” de Xi Jinping, fortalecimento de Putin, eleição de Bolsonaro – fazem ascender traços de uma ordem *iliberl*, marcada pela política de potência das grandes nações e, portanto, pelo *retorno da geopolítica*⁹.

Nesse quadro, inaugura-se uma situação internacional marcada pela disputa aberta quanto a quem hegemonizará o sistema internacional no próximo período. O resultado da Guerra Fria – a chamada *pax americana* –, já é coisa do passado, ainda que de um passado muito recente. Esta disputa aberta toma a forma de guerra, ainda que não de uma guerra convencional ou nuclear – uma terceira guerra mundial – mas de uma guerra *multidimensional* e *contínua*, cujo desfecho se revelará provavelmente tão eficaz quanto às anteriores duas grandes guerras mundiais no que diz respeito ao estabelecimento de um novo *hegemon* sistêmico. Por isso, nesse formato, tende a ser uma *guerra contínua*, de longa duração, na qual se utilizarão múltiplos meios e caminhos táticos pelas potências em confronto.

A GEOPOLÍTICA NA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Ao anunciar, em 22 de março de 2018, a intenção de impor tarifas de US\$ 50 bilhões a produtos chineses, sob alegação de concorrência desleal e roubo de propriedade intelectual, Donald Trump deflagrou o que desde então vem sendo chamado de *guerra comercial*. Contudo, trata-se muito mais do que isso.

Como dissemos acima, a geopolítica norte-americana na Guerra Fria foi exitosa em seu núcleo: a destruição do oponente, a União Soviética¹⁰. Entretanto, seu *efeito colateral* evidente foi o desenvolvimento de um novo oponente: a República Popular da China. Talvez já se possa afirmar, inclusive, que este oponente chinês já aparece com força relativa superior à da URSS, se não, por ora, em termos militar, certamente em capacidade econômica e potencialmente, tecnológico e inovativo.

⁹ Rigorosamente, a geopolítica nunca perdeu centralidade no sistema mundial, mesmo no auge da ordem liberal baseada em regras. Contudo, quiçá a percepção realista dos fenômenos esteja mais nítida na presente situação internacional.

¹⁰ Contudo, após três décadas, o extraordinário reerguimento do poder nacional da Rússia, sobretudo em sua dimensão militar, sob a liderança de Vladimir Putin, mostra esforço notável de grande repercussão sobre o cenário geopolítico global.

Por isso, como ensina uma “lei geral” do sistema internacional, observada por Fiori,

O aparecimento de uma potência emergente é sempre um fator de desestabilização e mudança do sistema mundial, porque sua ascensão ameaça o monopólio das potências estabelecidas. Na verdade, porém, os grandes desestabilizadores do sistema são os próprios estados líderes ou hegemônicos, pois eles não podem parar de se expandir para manterem sua hegemonia – e para se manterem à frente dos demais, eles precisam desafiar continuamente as regras e instituições que foram estabelecidas por eles mesmos, mas que podem estar bloqueando sua necessidade de inovar e expandir mais do que todos os demais.¹¹

Da necessidade de definir-se como um *contestador sistêmico*, tendo em vista seus objetivos de manutenção de sua própria liderança, deve-se ler o desenho estratégico americano nos presentes dias, sob a presidência de Donald Trump. Assim, esta segunda década do século XXI assiste a reorganização da *grande estratégia* americana tendo em vista reverter sua – amplamente diagnosticada, em caso de inação –, tendência ao declínio¹². Na história das potências, em geral, não se registra casos de “perecer sem lutar” – um das poucas exceções, exemplificada acima, foi o processo “em fogo brando” que colapsou a URSS. Para os Estados Unidos, a década de 1990 foi a da euforia liberal; a dos anos 2000 foi obstaculizada por um *cisne-negro*, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001; a segunda década, tem sido marcada por ensaios – na forma de tentativa e erro –, desta redefinição estratégica.

Nesta redefinição da grande estratégia, ainda em 2011, sob a presidência de Obama, sua secretária de Estado, Hillary Clinton, anuncia o “rebalanceamento” de forças dos Estados Unidos para a Ásia, na política que ficou conhecida como do *pivô asiático*. Por certo, ela respondia a uma dupla realidade: a este reconhecimento do declínio relativo do poder americano e a “migração” do epicentro da economia mundial para a região da Ásia-Pacífico.

Donald Trump, ainda no primeiro ano de sua presidência, em 2017, anuncia a nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS, na sigla em inglês), que reafirma e aprofunda o foco americano na Ásia. Em termos geopolíticos, busca-se, antes que nada, estruturar política de *contenção* da ascensão chinesa, em grande medida retomando a exitosa política de cerco vigente na Guerra Fria, em relação à URSS, inaugurada por Truman em 1947, formulada por um dos gênios da geopolítica clássica americana, Nicholas Spykman e desenvolvida pelo diplomata-estrategista George Kennan.

O cerco à China, tendo em vista as características territoriais de país anfíbio, materializa-se na dimensão marítima, no conflito do chamado mar do Sul da China, e na sua dimensão terrestre, relacionada a impor freios ao ambicioso projeto chinês da Nova Rota da Seda¹³.

¹¹ J.L.Fiori , História, estratégia e desenvolvimento”, Boitempo, São Paulo, 2014, p: 30 e 31.

¹² Não se trata de aqui aderirmos às teses “catastrofistas”, que enxergam o esboroamento americano como iminente. Ao contrário, a capacidade de resiliência americana, tendo em vista seus fatores de poder nacional, nos parece bastante evidentes.

¹³ A Nova Rota da Seda é um grandioso projeto de integração física e conectividade da economia mundial, sobretudo na Eurásia, visando escoar excedentes chineses e fomentar comércio. É uma proposta de natureza desenvolvimentista, cuja dimensão supera em muitas vezes o proposto no Plano Marshall, de reconstrução da Europa ao final da Segunda Grande Guerra. Seus críticos, em geral dos países ocidentais desenvolvidos, contudo, alertam para o risco de dependência que os financiamentos, em especial das obras de infraestrutura, poderiam resultar aos países beneficiados em relação à China.

Contudo, mais recentemente, a política de *containment* à China tem sua expressão mais aguda na iniciativa de “guerra comercial”, que na verdade, destina-se a minar as próprias bases do poder nacional chinês.

Afinal, o núcleo da erroneamente chamada “guerra comercial” tem como objetivo desmobilizar a política industrial chinesa, que por sua vez busca desenvolver um conjunto de tecnologias cujo domínio permitirá a liderança dos padrões e estandartes da emergente economia digital que resultará da Quarta Revolução Industrial em curso.

Assim, podemos dizer o aspecto mais nuclear que marca a *retorno da geopolítica*, isto é, de uma época pautada pela política de adensamento do poder nacional por parte das principais nações do mundo, tem como fundamento a ocorrência e a busca pelo domínio das *mudanças disruptivas* na base técnica-tecnológica que organizará as forças produtivas no próximo período histórico. Quem dominar esta base técnica-tecnológica resultante de um processo de inovação exponencial, dominará as condições de um *novo ciclo sistêmico de acumulação* que permitirá a projeção de poder em escala mundial. Trata-se do novo silogismo geopolítico de nossa era.

No caso da nova potência do Oriente, esta política industrial e inovativa atende pelo nome de “China 2025”, um ambicioso *programa mobilizador* destinado a carrear energias para o alcance da supremacia tecnológica em áreas chaves das bases do poder mundial em nossa era, que vai da inteligência artificial à robótica industrial, passando pela computação quântica e pelos novos materiais.

As grandes potências iniciam uma era de competição pelo domínio dessas tecnologias que organizarão o mundo. A política de Trump conhecida como *America First* tem seu fundamento ofensivo na contenção do surgimento da superpotência chinesa que tendencialmente pode suplantar a liderança tecnológica americana, assim como visa estruturar as bases de um projeto de re-industrialização nacional. A citada Estratégia de Segurança Nacional (NSS), de 2017, é explícita quanto ao vínculo entre manutenção da supremacia e domínio dessas tecnologias críticas.

Na ofensiva de contenção do domínio tecnológico por parte da China, observa-se a ação ofensiva norte-americana e de seus aliados mais próximos, conhecidos como *five-eyes* – o núcleo anglo-saxão ocidental – por proibir transações com as empresas chinesas de alta tecnologia, notadamente a Huawei e a ZTE, dominantes na oferta de tecnologia 5G, determinante para ativar sistemas de IoT (sigla em inglês para *Internet das Coisas*), base para os sensores e plataformas da chamada Indústria 4.0. Surgidas como *spin-off* de tecnologia militar – como, aliás, o são todas as empresas tecnológicas fundamentais do planeta –, a Huawei e a ZTE encontram-se no centro das contramedidas americanas ao fortalecimento tecnológico chinês.

A Europa caminha no mesmo sentido, ao entrar na disputa de liderança por tecnologias críticas e sensíveis. É o caso, por exemplo, das soluções alemãs para a Indústria 4.0. A propósito, foi a Alemanha que cunhou este nome-síntese da nova era tecno-científica. Recentemente, em fevereiro último, o governo alemão lançou sua *Nationale Industriestrategie 2030*, no contexto de um apelo do ministro da Economia, Peter Altmaier, pelo fim de “uma Alemanha

que assiste passivamente um acontecimento que já está a todo vapor nos EUA, Japão e China". Ato contínuo, num chamado a uma política industrial europeia, também em fevereiro, o mesmo Peter Altmaier assina, com seu colega francês, "A Franco-German Manifesto for a European industrial policy fit for the 21st Century". A ação europeia, aliás, tem sua dimensão estratégica na discussão da possível constituição de Forças Armadas europeias, possivelmente apartadas da OTAN.

Na atual Guerra Fria tecnológica, travestida de guerra comercial, o dilema chinês revela uma verdadeira aporia: ceder às demandas americanas significa comprometer a própria marcha de ascensão do poder nacional. Não ceder quanto ao seu aspecto mais essencial – o papel estratégico do Estado chinês – significa ver os Estados Unidos apertarem o torniquete das sanções – ainda que em explícita violação às desmoralizadas “regras multilaterais” –, com efeitos intensivos sobre o crescimento econômico chinês – já no nível mais baixo em décadas – e, portanto, sobre a própria legitimidade do governo chinês. A observar os próximos lances deste jogo de xadrez geopolítico planetário.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E GUERRA

É nesse sentido que os padrões tecnológicos que adquirirão as forças produtivas e, portanto, que moldarão o padrão de acumulação sistêmico no século XXI é hoje o fundamento nuclear da geopolítica mundial. Como dissemos, os Estados Unidos, na sua Estratégia de Segurança Nacional, não fazem segredo quanto ao fundamento securitário de sua corrida pela liderança tecnológica, admitindo para isso, “o direito de utilizar sua economia e suas sanções econômicas como instrumento de guerra” .

É certo que os impactos das Revoluções Industriais anteriores na forma de fazer a guerra não são exatamente uma novidade. Já a Primeira Revolução Industrial, caracterizada pelo surgimento da máquina a vapor, ampliou a mobilidade dos meios de transportes e, portanto, das possibilidades de deslocamento de tropas e suprimentos, impactando sobre a forma da guerra. A própria introdução do telégrafo, ampliou a possibilidades de comunicação. Novas formas organizacionais introduzidas nas tropas e avanços dos armamentos viriam a transformar as características do conflito bélico em relação à fase pretérita. Se as inovações tecnológicas advindas da Primeira Revolução Industrial causaram tamanho impacto na forma de fazer a guerra, a Quarta Revolução em curso possui, potencialmente, capacidade ainda mais disruptiva.

Não se trata, com isso, de aderirmos a qualquer tipo de determinismo tecnológico em relação à guerra, de uma apologia da dominância da técnica sobre o humano. Ao contrário, a guerra, já sabemos há muito, a partir da contribuição dos clássicos, é um fenômeno histórico essencialmente de natureza social e deste modo, em constante modificação.

¹⁴ “Alemanha adota política industrial protecionista”. Valor Econômico, 06/02/2019.

¹⁵ FIORI, 2018: 399.

Tampouco a emergência de novas tecnologias disruptivas retira a centralidade do território na política de potência das nações. Ao contrário, a luta pela supremacia ou hegemonia no sistema internacional obedece a contingências nacionais de uma dada nação em seu território. Portanto, o prefixo “geo” da geopolítica segue mais válido que nunca, como demonstram as grandes áreas geográficas de tensão mundial contemporânea: mar do Sul da China, Ucrânia, Síria, Venezuela – todas elas relacionadas à busca por supremacia das potências em confronto na atual conjuntura mundial.

Dentre as tecnologias emergentes na atual Quarta Revolução Industrial, talvez a de maior potencial seja a Inteligência Artificial. Aqui também ocorre uma corrida científica e tecnológica aplicada à Segurança Nacional.

Um primeiro alerta apresentou-se na declaração do presidente russo, Vladimir Putin. Em 2017, observou que "A inteligência artificial é o futuro, não só para a Rússia, mas para toda a humanidade. Ela vem com oportunidades colossais, mas também ameaças difíceis de prever. Quem se tornar o líder nessa esfera se tornará o governante do mundo", disse Putin¹⁶.

Em seguida, ninguém menos que o já nonagenário Henry Kissinger, em artigo na revista *The Atlantic*, observa que “a era da razão (...) está agora em turbulência em meio a uma nova revolução tecnológica ainda mais abrangente, cujas consequências não conseguimos ter plenamente em conta e cuja culminação pode ser um mundo que depende de máquinas alimentadas por dados e algoritmos e não governada por normas éticas ou filosóficas” (tradução livre), pelo que propõe a criação de uma “comissão presidencial” para estudar o assunto¹⁷. O velho geopolítico, novamente foi ouvido e os Estados Unidos anunciaram sumário de uma *Estratégia de Inteligência Artificial*, no âmbito do Departamento de Defesa, no último mês de fevereiro¹⁸.

De forma simplificada, podemos dizer que Inteligência Artificial refere-se a um sistema baseado em tecnologia da informação que busca a capacidade de sentir, entender e atuar sobre a realidade como faria a mente humana. Sua aplicação à Segurança e Defesa tem potencial para abranger campos que vão do tratamento de dados massivos (*Big Data*) à interoperabilidade de sistemas; de atividade de inteligência ao apoio logístico; do equipamento do combatente ao apoio de fogo, manobra e proteção de força. Envolve também problemas éticos de grande importância, não solucionados, pois o robô, ao passo que poupa riscos de engajamento de soldados em missões de risco, possibilita a tomada de decisões autônomas indesejadas

¹⁶ Ver <https://br.sputniknews.com/russia/201709019252959-putin-inteligencia-artificial-dominara-mundo/> (acessado em 24/02/19)

¹⁷ Ver <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2018/06/henry-kissinger-ai-could-mean-the-end-of-human-history/559124/> (consultado em 24/02/19)

¹⁸ Diz a estratégia que “other nations, particularly China and Russia, are making significant investments in AI for military purposes. These investments threaten to erode our technological and operational advantages and destabilize the international order” (www.dod.gov, acessado em 23/02/2019).

pela máquina, em especial por parte dos sistemas de armas letais autônomos, como por exemplo, drones armados. Algo que a ficção científica já demonstrou – máquinas comunicando-se entre si com autonomia em relação à orientação humana –, alertam alguns, dentre eles Kissinger, pode se tornar realidade num futuro mais que breve.

Uma das tecnologias essenciais à Inteligência Artificial, como vimos, são os dados em massa (*Big Data*). A coleta desses dados a partir da universalização da internet e a centralidade das redes sociais na vida das pessoas geram problemas de natureza securitária inteiramente novos. Afinal, como lembra o artigo de Kissinger, "... os algoritmos de mecanismo de pesquisa adquirem a capacidade de prever as preferências de clientes individuais, permitindo que os algoritmos personalizem os resultados e os disponibilizem para outras partes para fins políticos ou comerciais. A verdade se torna relativa" (tradução livre). Assim, a utilização inteligente da gigantesca massa de dados, grande parte coletadas a partir de indicadores pessoais do comportamento do indivíduo medido pelo uso do *smartphone*, possibilita aos algoritmos reforçarem identidades e preferências e afastarem informações indesejadas. É o que tem ocorrido notadamente no âmbito comercial e, também, embrionariamente no âmbito político – como mostrou o caso *Cambridge Analytica*, empresa que, atuando nas últimas eleições presidenciais americana, combinava mineração de dados com estratégia eleitoral voltada a eleitores individuais de modo a reforçar preferências e reforçar rejeições indicadas no uso de redes sociais.

O mais relevante, sobre o tema aqui em tela – a evolução da guerra *vis-à-vis* inovações tecnológicas disruptivas – refere-se à possibilidade de uso das mídias sociais como arma de guerra no sentido psicossocial, da manipulação da "vontade nacional".

Nos referimos aqui a um problema fundamental de Segurança Nacional: como a manipulação possibilitada pelo uso estratégico de redes sociais possui capacidade de formar maioriais políticas ou ideológicas no interior de uma nação favoráveis a determinadas causas – por vezes, de interesse de potência estrangeira – ou, no limite, desestabilizar e derrubar governos ou eleger governos favoráveis a essas mesmas potências estrangeiras. Se de fato, em termos temporais relativos, o tema não é totalmente novo – a primeira desestabilização de um governo por meio do uso de mensagens SMS ocorreu há quase duas décadas, no ano 2000, contra Slobodan Milosevic na Sérvia – é verdade que o progresso, universalização e dependência das redes sociais desde então – e em progressão – potencializa crescentemente o uso estratégico destas ferramentas. Até 2025, 60% da população mundial – 1,4 bilhão de pessoas a mais em relação a hoje –, possuirá celulares conectados à internet, e destas, 15% o farão por meio da rede 5G, numa revolução das comunicações com impactos de enormes dimensões sobre o mundo do trabalho, sobre os serviços e sobre a própria forma de vida das pessoas¹⁹.

Num contexto em que a guerra, como disse o marechal francês Ferdinand Foch há longínquos cem anos, quando da Primeira Guerra Mundial “é uma luta de duas vontades, na qual mais que a força física, são as forças morais e psicológicas que prevalecem”²⁰, as novas tecnologias aplicadas à guerra potencializam essa afirmação exponencialmente.

¹⁹ “Dos tercios de la humanidad tienen conexión móvil”. El País, 27/02/19, p.40.

²⁰ Citado por Pereira Cabral *in* TEIXEIRA DA SILVA & SOUSA LEÃO, 2018:271.

Assim, podemos dizer que o *centro de gravidade ou ponto de equilíbrio* da guerra cada vez mais passa a ser, para falarmos em termos clausewitzianos, na busca por quebrar a vontade do oponente de lutar, o que pode ser feito através de sofisticadas operações de guerra psicológica²¹. São ações por meio das quais, noutras palavras, como disse o estrategista chinês Sun Tzu, permitem quebrar a resistência do inimigo sem lutar, isto é, sem confronto direto.

Essa nova realidade ocorre em meio a um ambiente de retorno da política de potência das grandes nações, na qual, em maior ou menor medida, o *cinismo idealista*, que mascara conspirações geopolíticas, vai dando lugar a um *realismo estratégico* explícito. É certo que objetivos geopolíticos travestidos de *valores* continuarão a ser utilizados convenientemente por grandes potências²², mas cada vez mais interesses nacionais se explicitam numa era de disputa pela supremacia mundial.

Nesse contexto, a quebra da *coesão nacional* do inimigo tornou-se elemento chave na luta pelo poder mundial. Seja pela exploração de contradições étnico-religiosas reais – caso das minorias muçulmanas na Rússia e na China – ou construídas por narrativas plantadas desde fora – caso da desconstrução da identidade nacional dos brasileiros²³. A realização de operações psicológicas voltadas a demografias-alvo, precedidas de estudos sociológicos e antropológicos de cultura estratégica potencializa a eficiência destas operações de guerra.

A China, por meio do conselheiro de Estado e ministro da Segurança Pública, Zhao Kezhi, advertiu, no início de janeiro, que o país terá que impedir neste ano a ocorrência de uma “revolução colorida”, chamando as forças de segurança a “reagir contra todos os tipos de infiltração e atividades subversivas de forças estrangeiras hostis”²⁴. Não por acaso – certamente não se trata somente de questão de censura, como faz crer o Ocidente –, o país limita o uso de plataformas internacionais de redes sociais, como Google e Facebook e estimula o uso de redes sociais nacionais.

A advertência não vem apenas do Oriente. Recente relatório do Parlamento britânico – como dissemos, país integrante do primeiro núcleo de segurança anglo-saxão, os *five eyes* – chama os controladores do Facebook de *gangsters digitais*, tamanha a manipulação de dados que a investigação apurou²⁵.

²¹ Ver, nesta edição, texto do professor Darc Costa a respeito.

²² Enquanto redigímos este texto, ao mesmo tempo em que o presidente Trump realizava pesada campanha de “*regime change*” sob a forma de ação humanitária para derrubar o “ditador Maduro” na Venezuela, encontrava-se em reunião de cúpula no Vietnã, após elogios incontidos via twitter, com o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, cujo regime, segundo os padrões liberais-ocidentais não é exatamente uma democracia.

²³ Ver “Questão nacional, identidade brasílica e coesão nacional como problema estratégico” (capítulo IV), em CARMONA, Ronaldo. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 2017.

²⁴ “Exigências dos EUA ameaçam as bases do poder na China”. Valor, 18/02/19.

CONCLUSÕES

O objetivo deste texto foi situar a inter-relação entre o cenário geopolítico global, a mudança no quadro de forças das grandes potências, as transformações na base produtiva a partir da Quarta Revolução Industrial e suas primeiras e mais nítidas repercussões sobre o fenômeno da guerra. Relaciona-se, como dito, a agenda de pesquisa em andamento, cujo objetivo não é “desinteressado”: relaciona-se, como é próprio da área de conhecimento a qual se filia – a geopolítica – a tecer observações relacionadas ao aperfeiçoamento da estratégia nacional diante de fenômenos novos.

Há trinta anos, em 1989, William Lind, um analista norte-americano utilizou pela primeira vez o termo *Guerra de Quarta Geração*. O texto chama atenção para a importância de localizar o *centro de gravidade* do inimigo e colapsar o inimigo internamente ao invés de destruí-lo fisicamente²⁶. A questão, objeto desta agenda de pesquisa que aqui esboçamos, é localizar se as inovações a que nos referimos neste texto já permitem formular a hipótese de uma evolução nas fases da guerra ou se estamos em meio ao desenvolvimento que previu Lind há três décadas.

O Brasil no âmbito de sua revisão quadrienal da Política e da Estratégia Nacional de Defesa e, mais amplamente, no plano de sua *Grande Estratégia*, precisa identificar e retomar seu projeto de grande potência do Hemisfério Sul, seu *Destino Manifesto* tendo em vista nossos atributos de poder – dentre eles, território, população e riqueza potencial.

O primeiro problema a enfrentar, derivado da discussão que ora apresentamos, é posicionar-se no novo ciclo de inovações tecnológicas e de transformações da economia mundial. Está na ordem da definição de uma estratégia de política industrial – ou de re-industrialização – assentada na inovação e no desenvolvimento de motores “portadores de futuro”. A Amazônia, por exemplo, grande fonte de riqueza potencial do Brasil, poderá possibilitar a liderança brasileira em biotecnologia, se realizada a partir do planejamento nacional e da deflagração de *programas mobilizadores*.

Na outra ponta, tendo em vista as reflexões apresentadas neste texto, está o desafio de retomarmos a coesão nacional dos brasileiros em torno dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) da Nação, superando fraturas ideológicas que nos dividem, muitas vezes impostas por forças exógenas. A narrativa da identidade nacional urge ser reafirmada e desenvolvida, em contraposição a interpretações exógenas ou endógenas revisionistas. Ao mesmo tempo, o país precisa urgentemente resguardar sua segurança orgânica, reestruturando capacidade de inteligência que salvaguarde a soberania nacional, sobretudo diante de certas “organizações não-governamentais”, biombos de interesses estrangeiros.

²⁵ MPs call for tough new powers to curb Facebook's 'digital gangsters'. The Guardian, 18/02/19.

²⁶ “The Changing Face of War: Into the Fourth Generation” in http://www.dnipogo.org/fcs/4th_gen_war_gazette.htm (consultado em 23/02/2019).

Por fim, cabe ao Brasil tomar providências urgentes relacionadas a diminuir graves vulnerabilidades associadas às tecnologias emergentes: atuar fortemente na definição sobre a governança da Internet; estimular a constituição de redes sociais nacionais; relançar o programa espacial brasileiro de modo a possuir redes de satélites que permitam maior autonomia de monitoramento e controle e para conformar sistemas análogos ao GPS americano e outros; bem como desenvolver o Comando Cibernético Conjunto de modo a possuir robusta capacidade defensiva e ofensiva nesta nova dimensão da guerra contemporânea.

Março de 2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRZEZINSKI, Zbigniew. EUA x URSS, o grande desafio. Editora Nôrdica, 1987.

CARMONA, Ronaldo. Poder Nacional e Grande Estratégia: uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de potência. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 2017.

FIORI, José Luís (organizador). Sobre a guerra. Editora Vozes, 2018.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos & SOUSA LEÃO, Karl Schurster (organizadores). Por que a guerra?. Civilização Brasileira, 2018.

A sua opinião sobre o tema é importante.

Envie seu comentário para cee18@esg.br

Os novos tipos de guerra

por *Darc Costa, Ph.D.*¹

INTRODUÇÃO

A concepção de que havia uma revolução se processando em assuntos militares (RAM) capturou o centro das discussões que se processavam nos debates sobre temas estratégicos, nos EUA, logo após a Guerra Fria e durante vinte anos. A RAM tinha se colocado, entre 1989 e 2009, para os norte-americanos, no fulcro das suas discussões sobre a segurança nacional e das suas necessidades militares.

Havia, nessa época, muitas discordâncias entre os teóricos, quanto à afirmação que efetivamente se processava uma revolução em assuntos militares, sendo que muitos viam, como nós, neste discurso, apenas uma nova maneira para se enfocar o tema bélico. Contudo, há uma concordância nos estudos estratégicos hodiernos, no que diz respeito ao aparecimento de novas causas de insegurança no cenário internacional, decorrentes de novo tipo de guerra, que se expressaram, claramente, nas duas últimas décadas, com suas ações e seus atentados e que nomeamos, a exemplo de outros, como novos tipos de guerra: a assimétrica e a híbrida.

Sobre a existência deste tipo de guerra assimétrica há grande concordância, dos chineses aos norte-americanos. Merecem destaque nas análises que fazem desse novo tipo de fenômeno político e social, pelos chineses, os Coronéis Qiao Liang e Wang Xiangsui, do Exército Popular de Libertação da China (que lançaram, em 1998, um livro, sobre esse tema, intitulado Guerra Irrestrita), e pelos norte-americanos, em artigos publicados, dentre outros, por Steven Metz (artigo publicado na Military Review, Jul/Aug 2001) e Winn Schwartau, (artigo publicado na ORBIS, Spring 2000, Findarticles). Esses artigos balizaram as discussões que se processaram, desde então, sobre esse tema.

Em paralelo a essa visão, desde o término da Guerra do Vietnam, um conjunto de estrategistas norte-americanos concluíram que os Estados Unidos haviam sido derrotados, naquela guerra, pela conjugação de técnicas de guerra convencional com ações de guerra irregular, algo que só podiam explicar pela coesão da sociedade vietnamita. Desde então, eles têm se dedicado ao estudo de mecanismos de construção de um novo tipo de guerra, que alguns especialistas nomeiam como guerra híbrida e que objetiva a destruição da coesão de sociedades nacionais e o surgimento de Estados falidos.

Os novos tipos guerra, portanto, são a assimétrica e a híbrida. Nós, brasileiros, temos de olhar esses novos tipos de guerra, pois, podemos nos ver ora como pedra, ora como videnta. Foi dentro dessa ótica de uma visão dual, que envolve esses dois novos tipos de guerra: a assimétrica e a híbrida, que estamos fazendo esta apresentação sobre os temas, para promovê-los e para colocá-los no centro do debate das questões estratégicas no Brasil.

¹ Professor do Programa de Economia Política da UFRJ e Presidente do Instituto da Brasiliade.

ESTRATÉGIA, PODER E GUERRA

Cabem aqui breves digressões. Antes de analisar o fenômeno da guerra é interessante fazer algumas considerações sobre política, estratégia e poder. Política, estratégia e poder estão sempre conjugados em qualquer ação humana. A política é a arte de estabelecer objetivos. A estratégia é a arte de se empregar o poder para se alcançar os objetivos colocados pela política. O poder é a conjunção dos meios que se dispõe para se atingir os objetivos.

O poder não é senão uma forte influência. Uma influência tão vigorosa que aquele sobre a qual ela se aplica comporta-se da maneira desejada por quem a aplicou. Uma demonstração de poder visa convencer aos adversários de não ser possível eles impedirem aquele que o demonstrou de alcançar seus objetivos. O poder nacional exerce sua influência pelo conjunto integrado de meios de toda ordem de que dispõem a nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter os objetivos nacionais. O conceito se refere ao conjunto completo de ferramentas à disposição, bem como à seleção da ferramenta ou da combinação de ferramentas adequadas para cada situação: quais sejam, a de meios diplomáticos, militares, políticos, jurídicos, econômicos e psicossociais.

Estratégia de Guerra e Estratégia Militar

Hoje, quando se fala de estratégia de guerra, se deve destacar que esta não é vista, como era antigamente, somente como a arte de empregar forças militares para se alcançar um determinado objetivo estabelecido pela política. Segundo o conceito moderno, a estratégia de guerra é muito mais a arte de empregar o poder como tal, seja como força, seja como influência de qualquer outro tipo, para se atingir objetivos políticos. Quando há um choque de vontades a arte de se impor uma das vontades se traduz em uma estratégia de guerra.

A estratégia militar é necessariamente uma estratégia de guerra e surge na estratégia de guerra quando há o emprego de violência, isto é, de meios bélicos, um dos meios específicos do poder. A estratégia militar caracteriza-se pelo recurso à violência para impor a nossa vontade ao inimigo.

Mas a melhor arte da estratégia de guerra consiste em alcançar um objetivo político sem se recorrer ao emprego da violência. Isto pode ser conseguido através de uma demonstração de poder econômico, de poder financeiro ou de uma exclusiva demonstração de poder militar. A estratégia de guerra pode ser, então, uma estratégia de dissuasão. Nesta, não há o emprego da força, há, somente, a ameaça do uso da força.

Ou, pode ser conseguido mediante o enfraquecimento progressivo da visão de objetivo político do adversário. Isto pode ser feito sem o emprego de força militar, mas pelo emprego do poder, através da estratégia do uso de operações psicoinformativas - Opsinf e instrumentos midiáticos no interior do adversário. A criação de um caos na ordenação das metas políticas do oponente daí resultante pode ser o resultado dessa estratégia de um dos novos tipos de guerra.

A estratégia de guerra, na qual a demonstração de poder é intensificada até o emprego real da força é a estratégia militar. A estratégia militar sempre é uma possível forma de aplicação da estratégia de guerra. Na verdade, a estratégia militar deve ser vista como a últi-

ma forma do emprego da estratégia de guerra, é aquela forma resultante do emprego do poder militar. Ela se caracteriza pelo emprego da violência, quando o sucesso desejado não pode ser alcançado através de outros meios.

A estratégia da guerra muitas vezes leva a estratégia militar a tentar atingir seus objetivos mediante uma confrontação direta e imediata de forças oponentes. Nesse caso, temos a estratégia de ação direta, onde se busca uma grande batalha decisiva, na qual o objetivo é destruir a parte essencial das forças adversárias, através de alguns golpes potentes.

Outras vezes, a estratégia da guerra levará a estratégia militar a procurar vencer, pela manobra, um adversário, usando o espaço e o tempo e evitando o confronto direto com a força principal do inimigo, ou com as forças oponentes. Esta forma é conhecida como estratégia de ação indireta e busca desorientar o adversário, atraiendo-o para uma posição mais desfavorável. Sem se engajar na batalha principal, procura desgastá-lo progressivamente de tal forma que no final da guerra, ele estará exaurido. Na estratégia da ação indireta, o adversário não é decididamente derrotado, mas é vencido pela manobra.

Guerra

A guerra é uma forma de fazer política, ou pelo menos um meio de fazer política, já que, na verdade, a guerra é a luta pelo poder. Guerra é o estado em que vivem aqueles que lutam. Na guerra, ambos os lados buscam impor uma vontade e uma paz da sua conveniência.

O recurso à violência na busca ao poder é o que tem caracterizado o conceito de guerra. Contudo, a guerra é um fenômeno muito mais abrangente que o conflito armado. Guerra só existe se houver choque de vontades, tem que haver uma dialética de vontades. Entretanto, uma vontade não necessita, obrigatoriamente, de se explicitar formalmente.

Influir psicologicamente não é apenas determinante no conflito político, mas, também, o é na guerra, que é, fundamentalmente, uma batalha pela alma e pela vontade do adversário. A guerra não deve ser vista como a conquista do terreno ou de determinadas posições. Apossar-se do terreno e conquistar certas posições são apenas instrumentos para se estruturarem de forma prevalente os desejos expressos na vontade de alguém sobre a vontade do outrem. Enquanto esse objetivo não for atingido, a guerra não será vencida. Repetindo, o que importa são os desejos expressos na vontade de alguém sobre a vontade do outrem.

Tipos de Guerra

Até o século XVIII, era claro como a guerra se processava: a guerra ocorria entre dois ou mais estados nacionais, representados por duas ou mais casas reais e normalmente eram conduzidas através de exércitos de mercenários. Mas isto mudou muito, em especial nos últimos duzentos anos. Hoje, não se pode prever com certeza como se dará uma guerra em um determinado espaço e em um dado tempo. Reconhecem-se, hoje, cinco tipos diferentes de guerra, a saber:

a guerra convencional;

a guerra de destruição em massa;

- a guerra irregular;
- a guerra assimétrica; e
- a guerra híbrida.

Nos estudos estratégicos, todos os diferentes tipos de guerra devem ser analisados. Ainda mais pelo fato de que, hoje, em um conflito, não é mais possível admitir no seu desenrolar a existência de um só tipo de guerra. Todas as considerações estratégicas, bem como todas as possibilidades de defesa ao ataque do inimigo, devem acolher dos estudiosos em estratégia, mentalmente, a possibilidade dos vários tipos de guerra.

Não se deve confundir tipo de guerra com forma de guerra.

Formas de Guerra

As formas de guerra são:

- guerra com armamento usual;
- guerra psicológica;
- guerra econômica;
- guerra radiológica, nuclear ou radioativa;
- guerra biológica, bacteriológica ou virótica;
- guerra cibernética, eletrônica ou informática; e
- guerra química.

É a seguinte a explicação de cada forma de guerra:

Guerra com Armamento Usual. A forma de guerra usual é aquela que é feita empregando-se armas brancas, de fogo e explosivos convencionais.

Guerra Radiológica. A forma de guerra radiológica é aquela que é feita mediante o emprego de materiais físsveis. Podem ser radioativas, pelo emprego de materiais radioativos ou nucleares, mediante o emprego de artefatos nucleares.

Guerra Biológica. A forma de guerra biológica é aquela que é feita mediante o emprego de agentes patológicos. Pode ser bacteriológica ou virótica.

Guerra Cibernética. A forma de guerra cibernética é aquela que é feita mediante o emprego de equipamentos e máquinas centradas basicamente em informação e energia.

Guerra Química. A forma de guerra química é aquela que é feita pelo emprego de agentes químicos.

Guerra Econômica. A forma de guerra econômica não é assim classificada por muitos puristas que a nomeiam como um conjunto de agressões econômicas, já que entendem que a guerra é um fenômeno que necessariamente implica em uma ação física violenta. Contudo, a guerra é um fenômeno decorrente do choque de vontades, em que as vontades se pretendem afirmar com o uso dos meios que dispõem, o que necessariamente implica em agressões. Agressões que podem não ser físicas. Agressões que podem ser psicológicas e econômicas. Guerra da forma econômica é toda aquela decorrente de uma agressão de natureza econômica. Suas formas mais usuais são agressões financeiras dirigidas a moedas, tídos, agora, como ataques especulativos e que podem desestabilizar a economia de um país, ou agressões comerciais decorrentes da ação do poder econômico para abrir ou para fechar mercados ou para controlar fluxos de recursos. Guerra da forma econômica tem sido usualmente praticada no final do século XX e no início do século XXI, sob o manto da paz e do discurso da estabilidade.

Guerra Psicológica. Das formas citadas, a que é menos entendida é a forma de guerra psicológica. Uma guerra psicológica pode estar sendo travada sob um aparente discurso de paz. Ela é uma forma de guerra que aparentemente não mata, não aleija, não machuca fisicamente. Contudo seu poder destrutivo pode ser imenso. Pode colonizar, pode subordinar, pode escravizar. É uma forma que, quando vem sozinha, é a expressão virtual da guerra. Mas se há uma guerra real ela estará sempre presente.

Em tempos recentes, em decorrência da influência do longo período da Guerra Fria, o estudo da guerra foi concentrado na teoria das guerras de destruição em massa. A imagem bélica da guerra de destruição em massa, em especial sua vertente nuclear, requereu diferentes planejamentos estratégicos, diferentes armamentos, diferentes organizações de unidade, e finalmente, o que não é menos importante, um diferente treinamento dos oficiais e de suas unidades, algo que normalmente manteve relação direta com os padrões convencionais. Assim, também, se passa com todos os demais tipos de guerra, inclusive para estes recentes tipos que surgiram, a guerra assimétrica e híbrida.

Contudo, hoje, está claro que a guerra de destruição em massa parece ser a mais improvável das futuras guerras. Na verdade, a sua possibilidade nuclear, demonstrada em Hiroshima e Nagasaki, diferentemente do que muitos pensavam, não acabou com a guerra. Enfatizou outros tipos ou ensejou novos tipos de guerras. Só as transferiu para outros espaços de concepção e de realização. Como a guerra nuclear tornou-se, de certa forma, impensável, a humanidade transferiu seus conflitos armados para as sarjetas, para as cavernas e para as florestas. A maioria dos conflitos após a Segunda Grande Guerra foi de conflitos armados deste tipo, foram guerras irregulares. A guerra irregular foi progressivamente tomando o lugar das guerras convencionais. Contudo, as experiências em guerra convencional têm pouca aplicabilidade na guerra irregular. Recentemente, foram feitos estudos teóricos importantes referentes à guerra irregular, já que esta foi uma forma conhecida desde a época de Napoleão e que se tornou usual tipo de guerra pós Segunda Grande Guerra. Daí a motivação para o estudo que foi desenvolvido, nos últimos trinta anos, deste tipo de guerra.

A GUERRA ASSIMÉTRICA

Após os atentados de onze de setembro, surgiu, contudo, um novo tipo de guerra, que figurava, exclusivamente, no plano das hipóteses, a guerra assimétrica, que nada mais é que uma guerra irregular travada no espaço mundial. Voltemos à tese do conceito moderno - a estratégia de guerra é muito mais a arte de empregar o poder como tal, seja como força, seja como influência de qualquer outro tipo, para se atingir objetivos políticos. Guerra assimétrica talvez pudesse ser definida como uma guerra irregular em escala mundial, ou como a guerra irregular que não se cinge a um espaço nacional.

Alguns preferem conceituar a guerra assimétrica como guerra irrestrita. A adjetivação assimétrica nos parece mais apropriada que irrestrita, pois assimétrica conceitua melhor, em nossa opinião, a guerra que é composta, entre outras, das seguintes assimetrias;

De um lado:

assimetria de poder econômico e financeiro, muitos recursos versus poucos;

assimetria de capacidade bélica, relativa e absoluta; e

assimetria de estruturação organizacional, hierarquia versus rede;

Do outro lado, identificam-se as seguintes assimetrias:

assimetria de objetivação, quase número infinito de alvos versus poucos para o adversário;

assimetria de resultados, indiferença de resultados no curto e médio prazo contra a necessidade de resultados expressivos do adversário no curto prazo; e,

assimetria comportamental, não sujeito a nenhuma regra, inclusive admitindo o suicídio na ação versus o adversário preso a regras e a convenções;

A guerra assimétrica, assim como a guerra irregular, é, devido a sua natureza, a guerra dos fracos contra os fortes, a guerra dos pobres contra os ricos. Como mostraremos, a guerra irregular e os novos tipos de guerra - híbrida e a assimétrica - são fundamentalmente guerras de desgaste.

Contudo, isto não as coloca obrigatoriamente como guerras defensivas. Se elas forem guerras revolucionárias elas conseguem serem ofensivas. Tanto a guerra assimétrica como a guerra irregular não são apenas guerra nas sombras, elas são guerra na paz.

A condução de uma guerra assimétrica só será efetiva se ela for efetivamente empregada como se fosse uma guerra irregular em escala mundial. Como veremos, o mesmo se processa com a guerra híbrida, mas que se faz em um espaço restrito, que também em algum momento adota as características de uma guerra irregular e aí a questão se traduzirá numa maior determinação e numa melhor delimitação de objetivos.

A GUERRA HÍBRIDA

Segundo o conceito moderno, a estratégia de guerra é muito mais a arte de empregar o poder como tal, seja como força, seja como influência de qualquer outro tipo, para se atingir objetivos políticos. **A Guerra Híbrida** é *o emprego do poder através de um conjunto de intervenções de toda ordem preparada sobre um Estado Nacional, para exercer um fim fundamentalmente político. Ou qualquer tipo de agressão organizada que procura causar dano a um Estado Nacional, buscando desestruturá-lo, transformando-o em um estado falido, com o fim de apropriar-se de seu território, e/ou de seu imaginário coletivo, e/ou de seus recursos.*

Pode-se considerar que a guerra híbrida é um conflito no qual todos os agressores exploram todos os modos de guerra, simultaneamente, empregando armas convencionais avançadas, táticas irregulares, tecnologias agressivas, terrorismo e criminalidade, visando desestabilizar a ordem vigente em um Estado Nacional.

Para muitos autores, a primeira ação da guerra híbrida se processa por um movimento que denominam de revolução colorida. Esse movimento se caracteriza por manifestações que se utilizam de resistência não violenta ao governo de um Estado Nacional, pelo menos no que dizem seus militantes. Apresenta-se através de um discurso democratizante, liberalizante, quase anárquico e é apoiada por ONGs, entes do mercado, agências de inteligência externas e mídia.

Essas revoluções apareceram no final do século passado no leste europeu nos países que faziam parte do bloco soviético e, a partir da virada do milênio, aconteceram também nesses espaços já como democracias recentes, buscando a derrubada de governos pró-Rússia e a ascensão de grupos ou partidos políticos pró-EUA. Alguns autores consideram que tais revoluções foram patrocinadas diretamente pelos Estados Unidos, enquanto outros defendem que isso só foi possível devido à existência de movimentos de oposição locais ou nacionais.

Muitos autores usam, também, como exemplos de revolução colorida as manifestações que se processaram no Oriente Próximo e no Leste Europeu que antecederam as tentativas de troca de governos nesses espaços.

Acontece que muitas vezes a guerra híbrida encontra o Estado Nacional praticamente hibernado em um período de comodidade ou acomodação, cônscio ou irrefletidamente. Ele sabe o que precisa ser feito e alterado, mas falta força de vontade ou capacidade de gestão. Então surge a figura do caos, da desestabilização e a desagregação da máquina do Estado, e como o caos leva à imprevisibilidade, muitas vezes não conseguimos perceber precisamente o que ele nos traz, fazendo com que a dúvida e a insegurança dominem todas as ações e a capacidade de reagir.

Entende-se que o que se busca numa guerra híbrida é a criação do caos no território inimigo. Sobre o caos há uma teoria, a teoria do caos que estabelece que fatores insignificantes, distantes, podem, eventualmente, produzir resultados catastróficos imprevisíveis e absolutamente desconhecidos no futuro. Tais eventos levariam o adversário a se defrontar com desdobramentos imprevisíveis e à perda dos monopólios de gestão intrínsecos a um Estado Nacional.

Alguns autores divulgam que a guerra híbrida, para a conquista do poder, pode ser interpretada como a militarização da teoria do caos. É bom colocar que o caos está sempre presente em convulsões políticas, em transformações econômicas e na modificação de costumes e regras morais.

SIMILARIDADE

Os novos tipos de guerra não têm começo. Só historicamente é que se define o tempo da guerra. Têm aí total similaridade com a guerra irregular. Os envolvidos nessas guerras têm um interesse notório em prolongar um falso período de paz, antes da definição explícita de seu início. A mobilização exige muito tempo. Ambas devem ser vistas como o combate em sua totalidade, tendo sempre como atributos tanto a longa duração quanto a baixa intensidade.

Nos novos tipos de guerra, tanto a assimétrica como a híbrida, a exemplo da guerra irregular, não deve haver uma distinção tão objetiva, como existe em outros tipos de guerra, entre civil e militar, entre armas e não armas, entre espaço de guerra e espaço de paz. Uma guerra do novo tipo é uma guerra sem delineamento definido. É uma guerra de várias facetas. O novo tipo de guerra é uma guerra em que não se combate e, sim, se vive.

REBELIÃO E REVOLUÇÃO

Toda a guerra busca objetivos políticos. O recurso à violência na busca do poder, como vimos, caracteriza a estratégia militar. Contudo, a definição clara de um tipo de guerra é muito difícil. Mas, tanto a guerra irregular quanto os novos tipos de guerra se inserem no contexto de uma rebelião ou de uma revolução.

Rebelião difere de revolução.

Revolução se dirige a certo objetivo, enquanto que rebelião se refere a certo comportamento. Existem revoluções sem rebelião, e rebeliões sem revolução. Revolução une credo, vontade, decisão e ação na política e busca a mudança integral na ordem, seja ela política, social e ou econômica.

Rebelião busca a fuga a uma dominação. A perda na fórmula política pode conduzir a uma revolução ou esta pode decorrer da inexistência de desenvolvimento econômico e social. Todavia, rebelião sempre está relacionada à tensão que deriva da percepção de que há uma privação na sociedade de bens e serviços econômicos, ou de prestígio social e ou de poder político. Expectativas religiosas ou de caráter nacional que não são correspondidas também podem dar lastro a uma rebelião.

Os novos tipos de guerra assim como a guerra irregular não se dão clara e necessariamente no mesmo contexto de uma guerra convencional. Diferentemente da guerra irregular que é normalmente revolucionária, nos dois novos tipos de guerra, tanto rebelião quanto revolução não separam de forma nítida. Na guerra assimétrica como na guerra híbrida, revolução e rebelião apresentam sempre uma vinculação direta. Comportamento e objetivo caminham juntos.

A NOVIDADE

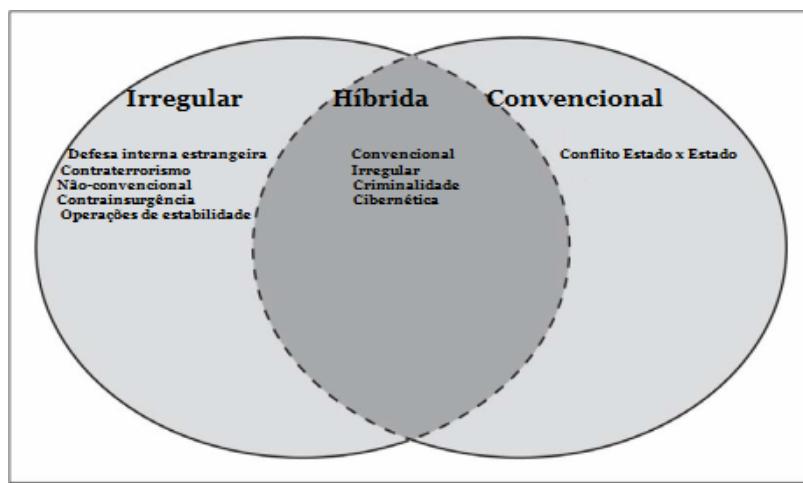
A teoria de guerra de destruição em massa e a teoria da guerra irregular ajudam à compreensão do novo fenômeno sociológico e político dos novos tipos de guerra. Contudo, ambos os tipos, tanto o de destruição em massa quanto o irregular, necessitaram, diferentemente da teoria da guerra convencional, na sua elaboração de teorias, de esboços mentais, pelo fato de não existirem experimentações em número suficiente para dar base às suas formulações empíricas. O mesmo se dá agora com os novos tipos de guerra. A despeito das contradições entre a guerra de destruição em massa e os novos tipos de guerra, em muitos aspectos, submetidas a uma forte tensão dialética, tanto em sucessão no tempo, quanto em desenvolvimento territorial, elas, apesar disto, detêm um notável paralelismo. Ambas trazem a procura do efeito de imobilização que procuram exercer sobre as forças convencionais do adversário.

Os novos tipos de guerra também podem vir a anular a distância entre países grandes e pequenos. Um país como a Coreia do Norte, se provido de armas de destruição em massa, pode se colocar tão forte como a Rússia ou a China. Se tiver vontade e capacidade de conduzir uma guerra híbrida ou assimétrica, um pequeno país pode vir a se contrapor com razoável êxito contra a pretensa múltipla superioridade de uma potência. Um caçador de feras, munido de fuzil de alta precisão e de mira telescópica, pode ser abatido, se quiser atirar numa colmeia, pelo ataque de um enxame de abelhas. Basta a estas abelhas o buscarem de forma coordenada e objetiva.

O que distingue a guerra irregular dos tipos novos de guerra é a periodicidade de seus atos e o teatro de operações em que ambas se desenvolvem. Enquanto a guerra irregular é travada mediante ações continuadas contra o poder constituído de um determinado país, com fundamentos políticos e com objetivos que vão ficando mais claros na medida em que ela avança, a guerra assimétrica se dá por ações mais espaçadas no plano internacional, assim como a guerra híbrida, sendo que esta, contudo, se dirige, especificamente, a uma nação.

Já a figura adiante explica a conexão entre guerra irregular e convencional levando à guerra híbrida:

Diagrama de Venn explicativo da Guerra Híbrida



Source: GAO analysis of DOD military concept and briefing documents and academic writings.

OBJETIVO

Como já vimos, o objetivo da guerra é impor uma vontade. De forma mais clara, o objetivo dos novos tipos de guerra é o mesmo da guerra irregular, ou seja, exaurir o inimigo. Busca desgastá-lo internamente, de tal modo, que com o correr do tempo, ele estará enfraquecido de tal forma, não só física como psicologicamente, que se mostrará incapaz de uma volição política. O objetivo central é a imobilização operacional do adversário. A imobilização do adversário, a sua perda de iniciativa, significa sempre, numa guerra, o começo da vitória. Assim o é também na guerra assimétrica e na guerra híbrida.

Ao término de um novo tipo de guerra se tem muito mais uma vitória política do que uma vitória militar. Tanto a guerra assimétrica como a guerra híbrida é muito mais a guerra do político. Por isso, quem conduzir uma guerra do novo tipo deve procurar evitar testar diretamente o poder e buscar, ao invés disso, tirar a estabilidade, surpreender, exaurir o adversário, para desequilibrá-lo. O seu maior objetivo deve ser o de mitigar intelectual e moral, local e universalmente o adversário.

LIDERANÇA

Ninguém vence um inimigo mais forte pela força, mas, sim, devido a uma causa justa e através de uma liderança dedicada. Todo ato de guerra é um trabalho de equipe. Líder e liderados, planejadores e operadores, todos trabalham em conjunto. A ligação entre comando e execução é importantíssima. Respeito e reconhecimento geral do comandante são fundamentais para quem exerce a liderança. A guerra assimétrica e a guerra irregular são guerras da liderança democrática. Manter a todo custo disciplina é o objetivo maior do seu líder. Contudo, é como estrategista e como tático que o líder deve exercer o seu poder. É usando o tempo e o terreno e aproveitando as oportunidades que ele se consolida na liderança.

ESTRATÉGIA

Os novos tipos de guerra se colocam como tipos de guerra praticados pela estratégia da ação indireta. Mas os novos tipos de guerra, da mesma forma que a guerra irregular, não são o único meio para se conduzir uma estratégia de ação indireta. Tanto os novos tipos de guerra quanto a guerra irregular são sempre instrumentos de ação da estratégia indireta e pretendem conseguir um efeito psicológico. Seus objetivos serão o de fazer os seus próprios objetivos políticos parecerem historicamente necessários, inevitáveis, e até mesmo, imprescindíveis, aos olhos do adversário.

A estratégia nos novos tipos de guerra, portanto, é sempre a estratégia de ação indireta. O que existe em termos de estratégia nos novos tipos de guerra são os mesmos princípios gerais de estratégia militar. Surpreender o inimigo, romper a continuidade de suas forças, atacar seus pontos fracos e contra-atacar, aproveitando o esforço do adversário, permanecem elementos válidos e metas a serem perseguidas na construção e no decorrer dos combates.

Os novos tipos de guerra apresentam um sentido claro para se desencadear as ações militares por parte dos militantes: as operações caminham daquelas desconhecidas e não dominadas pelos adversários, para aquelas em que eles são especialistas. Caminham da periferia para o centro. A luta pode surgir em qualquer espaço e a qualquer tempo. A liberdade para operar nestes tipos de guerra constrói a sua própria força. Liberdade vista aqui como liberdade sobre o espaço e sobre o tempo. A guerra irregular é a guerra do espaço amplo. A guerra assimétrica é a guerra do espaço ilimitado. A guerra híbrida é a guerra do espaço delimitado. Nas três, não existem frentes de combate. A retaguarda não existe para elas. Nas três, o poder de fogo é menos relevante que a mobilidade. São guerras de mobilidade. Nas três, o espaço não é mantido, nem ocupado. O espaço é contaminado. Mas a contaminação exige a presença do adversário. Em quase todas as condições, nesses três tipos de guerra, mais que a força, os determinantes últimos da vitória são o espaço e o tempo. O espaço e o tempo se materializam nos movimentos. Não são guerras de posição. São guerras de movimento e não de poder de fogo.

Dentre esses movimentos fundamentais estão os movimentos de infiltração. Os movimentos de infiltração são características centrais, tanto operacionais quanto táticas, dos três tipos de guerra. Nesses movimentos sempre estão presentes dois momentos: o de reunir e o de dispersar. Infiltração, reunião, ação e dispersão resumem um movimento desses tipos de guerra. As formas de infiltração diferem quanto à natureza e ao grau de conhecimento do terreno que os militantes possuem. A infiltração normalmente requer um terreno coberto que impeça não só a clara percepção como a rápida perseguição pelo inimigo. Uma área urbana grande pode ser um excelente espaço para infiltração. Florestas e zonas montanhosas se prestam muito bem a infiltrações. Em terrenos abertos as infiltrações devem se processar no escuro. A guerra assimétrica, portanto, não condiz com o agrupamento de forças. É uma guerra com um mínimo emprego da força buscando o máximo de efeito. Na verdade, é a organização do adversário que se busca destruir.

O sistema de montagem e desmontagem das bases operativas pode ser o sucesso para a condução de uma guerra assimétrica e de uma guerra híbrida em sua forma violenta. Grandes bases são sempre inadequadas. A descentralização operativa e a formação de pequenos grupos também estão na base dessa guerra. A guerra assimétrica bem como a guerra híbrida (no início de sua forma violenta), é feita com muitas pequenas unidades ou grupos de ação. Seus desfechos não decorrem de poucas grandes batalhas, mas sim, de muitas pequenas escaramuças. São guerras das sombras e seguem o princípio de que valem mais mil alfinetadas do que uma única estocada. Os novos tipos de guerra excluem a delimitação exata dos alvos ou de qualquer linha ou definição nítida de terreno.

Sabemos que toda arma tem um alvo adequado. A guerra assimétrica e a híbrida, na sua fase inicial da violência, não devem oferecer alvos a um dos lados e aproveitar qualquer oportunidade a ser aproveitada no outro. Em função disso, em um dos lados há muita dificuldade no emprego de determinados tipos de armas militares e no outro há a ampla possibilidade de se emplegar qualquer facilidade como arma.

A guerra irregular e os novos tipos de guerra diferem da guerra convencional muito mais nas formas de condução da guerra do que nas formas de emprego das forças. Todas as formas de guerra podem ser empregadas nessas guerras. A escolha do tipo de guerra faz sempre parte da estratégia do agressor. A escolha da forma da guerra também. Aduz-se a essa clara vantagem, outra, que é a possibilidade que ele tem, se mantiver a iniciativa, de mudar não só o tipo, mas, também, a forma da guerra. Cabe aqui colocar uma regra para o agressor na condução da luta que é a de fazer prevalecer a sua forma de guerra, que logicamente deve ser buscada naquelas formas que o adversário não espera e para as quais não está preparado. Quem tem a iniciativa determina a forma da guerra. A mudança da forma que se processa a guerra está na base da doutrina dos novos tipos de guerra e pode resultar no sucesso do desempenho de um ou dos dois lados ao longo do processo. O limiar nuclear, ou químico, ou biológico, pode decorrer dos resultados até então alcançados no desenrolar dos combates. Mas, nesse ponto deve-se entender que uma forma de guerra pode servir a outra forma. Ou seja, há a possibilidade, exemplificando, do emprego da forma radiológica de natureza nuclear, ou da biológica de natureza bacteriológica, como instrumentos para o emprego da forma de guerra psicológica.

As guerras do tipo convencional e de destruição em massa buscam a imposição de uma vontade pela ação militar. As reações psicológicas decorrem da ação militar. A guerra de forma psicológica é normalmente derivada nesses tipos de guerra das outras formas de guerra.

A sua opinião sobre o tema é importante.

Envie seu comentário para cee18@esg.br

Novas tensões geopolíticas hoje

por *Francisco Carlos Teixeira Da Silva¹*, Ph.D., com a cooperação dos Professores *Sandro Teixeira e Victor Vieira²*

“No country can retreat to their own island, we live in a shared world and face a shared destiny,”
Presidente Xi Xiping.

Apresentação

A partir de 24 de setembro 2018, a materialização de uma “guerra comercial (e tarifária)” entre os EUA e a China Popular não pode mais ser questionada. Uma série de medidas postas em prática por Washington atinge 818 produtos e deve custar cerca de US\$ 200 bilhões por ano às exportações chinesas para o mercado americano, ao que os chineses responderam impondo tarifas similares no valor de US\$ 60 bilhões³. Ao mesmo tempo os Estados Unidos paralisaram suas exportações de petróleo para China numa medida de virtual bloqueio energético à China, cortando um fluxo anual correspondente a 20% do total das exportações americanas do setor, embora só representem 3% das compras chinesas, valendo bem mais por seu peso simbólico⁴.

¹ Professor Titular de História Moderna e Contemporânea/UFRJ; Professor Titular de Ciência Política CPDA/UFRRJ e Professor Emérito do IMM/PPGCM/ECEME/EB.

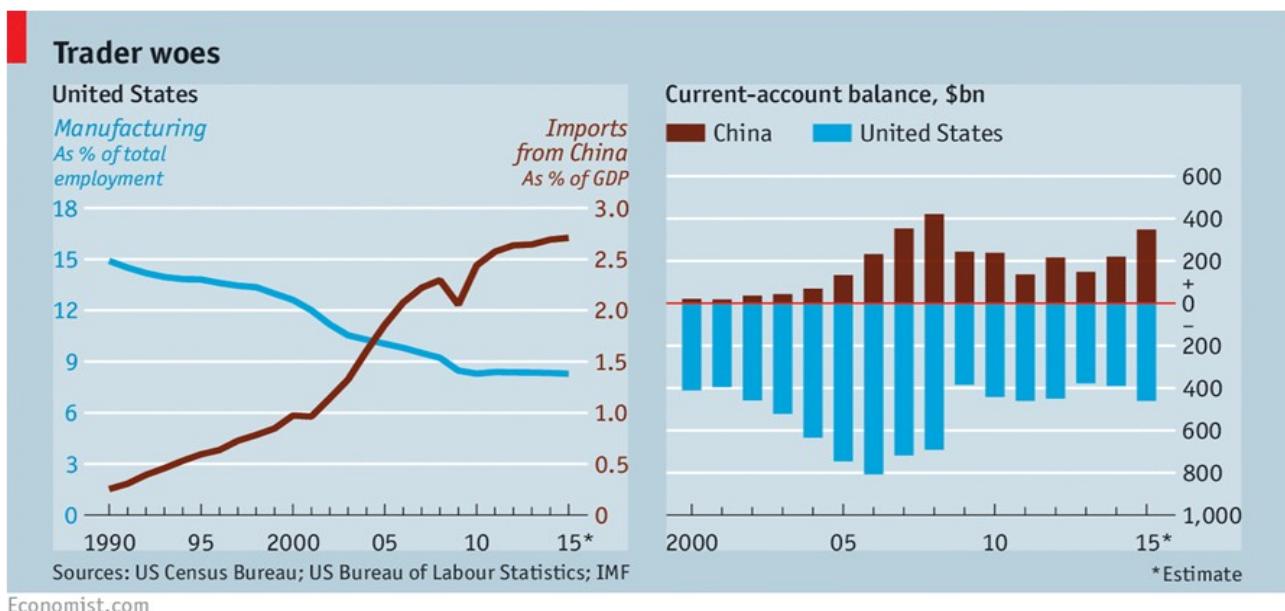
² Professores do IMM/PPGCM/ECEME /EB.

³ CNBC. US and China exchange new trade war blows as latest round of tariffs takes effect. In: <https://www.cnbc.com/2018/09/24/us-china-trade-war-new-tariffs-take-effect.html>. Visitado em 24/09/2018.

⁴ Reuters. U.S. crude oil shipments to China 'totally stopped' amid trade war: shipping executive, 03/10/2016. In:<https://www.reuters.com/article/us-usa-china-trade-oil/u-s-crude-oil-shipments-to-china-totally-stopped-amid-trade-war-shipping-executive-idUSKCN1MD001>, visitado em 05/10/2018.

O Governo Americano tem insistido em um amplo acordo com o Governo Chinês em que este se comprometa com a compra de grandes quantidades de gás americano para compensar o déficit comercial existente no comércio entre os dois países. Ocorre que os acordos em vigor, e as grandes obras em curso, apontam para a importação de gás russo, envolvendo contratos compensatórios em armas e equipamentos militares. Da mesma forma, Beijing se recusa, com vigor, a negociar sob pressão das autoridades americanas, em especial enquanto as tarifas e sanções estiverem em vigor.

O próprio Trump, por sua vez, advertiu os chineses que quaisquer tentativas de tarifar mais produtos americanos seria respondido por uma nova rodada de tarifas adicionais americanas no valor de US\$ 267 bilhões. Ou seja, os americanos se reservam o direito de agir de forma unilateral e sem admitir respostas similares. De qualquer forma, há, de fato, uma impossibilidade de resposta de igual talante por parte da China – e aqui reside uma fraqueza de Beijing – posta a assimetria do fluxo comercial entre ambas as potências: as exportações americanas para a China são muito inferiores às exportações chinesas para os EUA – cerca de 21% do total das exportações do país –, limitando a capacidade de retaliação da China⁵. O que era um êxito chinês torna-se, neste momento, não só a causa da crise, como ainda a impossibilidade de uma ação retaliatória eficaz⁶.



Fonte: The Economist. Trade in the balance, <https://www.economist.com/node/21690073/RK%3D2/RS%3DLc.OGua7fVTrbTLDNRU8tAL1B8c->. Visitado em 30/09/2018.

Mais do que Comércio

Ao mesmo tempo, as autoridades americanas “escalaram” a chamada “Trade War” a um nível superior argumentando não se tratar de tão somente de um conflito comercial. Acusam a China de praticar “dumping”, preços artificialmente baixos de produtos estratégicos – como as chamadas “terrás raras” – e assim destruir o produtor americano, forçar a transferência de tecnologia, bem como a clonagem de produtos que afetam a indústria de defesa americana em cerca de 300 itens como uma política sistêmica visando enfraquecer diretamente a

⁵ The Guardian. New tariffs take effect as China accuses US of 'economic hegemony'. In: <https://www.theguardian.com/world/2018/sep/24/new-us-tariffs-on-china-take-effect-with-no-compromise-in-sight>. Visitado em 24/09/2018.

⁶ U.S.-China Economic and Security Review Commission. Trends in Trade: U.S.-China Goods Trade 2012-2017, 19/07/2018. In: <https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/Trends%20in%20Trade%20Staff%20Report.pdf>. Visitado em 30/09/2018.

segurança nacional americana. Assim, tais métodos “comerciais” da China – “uma guerra branca” –, denunciados por Trump e pelo vice-presidente Pence, seriam parte de uma clara política hostil, sistêmica e premeditada no âmbito de um projeto maior de “guerra sem guerra”⁷.

A parte chinesa, contudo, apresentou, claro, um vigoroso protesto contra a política americana e, acima de tudo, contra a interpretação de Washington, acerca das intenções chinesas sobre suas práticas comerciais⁸. Ao mesmo tempo reservou-se o direito de impor novas tarifas aos produtos americanos, em especial na área agrícola e de eletrônicos, avaliando com cautela a pauta de importações visando não danar as suas próprias cadeias produtivas, altamente imbricadas em redes internacionais, num mundo marcado pela chamada “interdependência complexa”, desde a abertura do país na época de Deng Xiaoping (1978-1990)⁹.

Da mesma forma, Beijing vem escolhendo cuidadamente itens, produtos e regiões que sejam ligados ao eleitorado republicano – como vinhos, soja, carne refrigerada, motos – logo, sensível a Donald Trump e seu partido – visando assim criar resistências à política de Trump. Este, por sua vez, advertiu que tais medidas “seletivas” seriam respondidas de forma ainda mais severa¹⁰.

Beijing, tal qual a União Europeia, Rússia e a Turquia, outros alvos da política tarifária de Trump, se dirigiram a OMC para apresentar queixas sobre o caráter “não-econômico” e sem justificativa, da nova política tarifária do governo americano. Conforme conhecemos a Organização, sua lentidão administrativa e seu emperramento político, qualquer decisão no seu âmbito será extremamente lenta e sem dúvida as conversações bilaterais – caso aconteçam! – serão mais eficientes do que quaisquer outras que venham ocorrer no seio da OMC. Já prevendo tal procedimento, o Governo Americano avançou propostas de reforma da OMC e, caso não seja contemplado em seus interesses, ameaçou abandonar a organização, desferindo mais um golpe nas regras de “compliance” até então vigentes na Ordem Mundial¹¹.

⁷ USA. Assessing and Strengthening the Manufacturing and Defense Industrial Base and Supply Chain Resiliency of the United States. September, 2018. In: <file:///C:/Users/Francisco%20Teixeira/Desktop/ASSESSING-AND-STRENGTHENING-THE-MANUFACTURING-AND-DEFENSE-INDUSTRIAL-BASE-AND-SUPPLY-CHAIN-RESILIENCY.PDF>, visitado em 30/09/2018. Este documento foi publicado especificando as áreas e setores que seriam atingidos pela concorrência chinesa.

⁸ The Hill. China hits back at Pence accusations of meddling in US elections, 05/10/2018. <https://thehill.com/policy/international/410053-china-hits-back-at-pence-accusations-of-meddling>. Ver também: China People’s Daily. Accusation of meddling ‘ridiculous’, 06/10/2018. In: <http://en.people.cn/n3/2018/1006/c90000-9505906.html>. Visitados em 05/10/2018.

⁹ China People’S Daily.US trade policy damages global supply chain: experts. In: US trade policy damages global supply chain: experts. In: <http://en.people.cn/n3/2018/0924/c90000-9502981.html>. Visitado em 24/09/2018.

¹⁰ Global Times. Soybean crops suffering from trade tensions. In: <http://www.globaltimes.cn/content/1121310.shtml>. Visitado em 24/09/2018.

¹¹ The Guardian. Trump: US will quit World Trade Organization unless it 'shapes up', 31/08/2018. In: Trump: US will quit World Trade Organization unless it 'shapes up'. Visitado em 31/08/2018.

Na verdade, a emergência do “fenômeno Trump” tem marcado, de forma acentuada, o fracasso das organizações internacionais de cooperação e as regras ditas de “compliance” até então extremamente prezadas pelas administrações norte-americanas. Assim, a ONU, passando pelo G7, o G20 e a própria OMC, encontra-se sob forte pressão e a ameaça de retirada dos EUA da organização – tal como foi o caso da Comissão de Direitos Humanos da ONU, a Conferência do Clima ou o TPP – é bastante real e marcaria mais um passo concreto na convulsão atual da Ordem Mundial¹².

Um complicador – de alcance ainda não de todo avaliado – deu-se em 21/09/2018 quando os EUA aplicaram uma série de sanções econômicas, políticas e legais ao Governo de Beijing (e de Moscou) em virtude das compras chinesas de armas russas (sistemas representados pela empresa estatal russa “Rosoboronoexport” como os caças SU-35 e o Sistema Superfície-Ar S-400), como punição pelos “russos agirem de forma maligna na Ucrânia e na Síria”¹³. Neste contexto o “Equipment Developmet Department” (EDD), órgão do Ministério da Defesa Chinês e seus altos funcionários, foi sancionado, com confisco de bens e contas bancárias, impedimento de viagens aos Estados Unidos, cancelamento de vistos, cancelamento de contratos, provocando uma inusitada ira do Governo Chinês¹⁴.

O Governo de Beijing entendeu que as medidas norte-americanas nada tinham em relação à política ucraniana ou síria e que visavam, na realidade, ameaçar outros cerca de 60 clientes do mercado de armamentos russos e, assim, impedir e amedrontar clientes russos, visando ampliar o próprio mercado de armamentos norte-americanos. Especialmente o sistema de defesa antiaéreo S-400, um sucesso de vendas – hoje negociado pela Turquia, Egito, Iraque, Índia, Arábia Saudita, EAU, além da própria China – e que vinham desafiando os interesses de Washington – Sistema Patriot ou THAAD como alternativas –, inclusive no seio da própria OTAN, como no caso da Turquia e Grécia¹⁵.

As ameaças americanas de sanções parecem surtir seus primeiros efeitos no caso da Indonésia, que havia iniciado o processo de compra de 11 Caças russos S-35, via a mesma

¹² The National Interest. Trump is tempting a Trade War. In: <https://nationalinterest.org/feature/trump-tempting-trade-war-27522>. Visitado em 13/07/2018.

¹³ Para uma maior compreensão do orçamento militar chinês e suas transformações ver: Global Security/China/China’s Defense Budget. In: <https://www.globalsecurity.org/military/world/china/budget.htm>. Visitado em 30/09/2018. Ver ainda: The People’s Liberation Army Ministry. China to increase 2018 defense budget by 8.1 percent, 05/03/2018. In: http://eng.mod.gov.cn/news/2018-03/05/content_4805949.htm. Visitado em 30/09/2017.

¹⁴ Sputnik. Aplicando sanções, EUA fizeram da China seu novo ‘inimigo’, diz especialista . In: https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2018092212273014-eua-china-sancoes-armamentos-russos/, visitado em 22/09/2018. Tais ações do Governo Americano provocaram uma inusitada reação por parte de Beijing, Ver: Ministry of National Defense. “Strong indignation” over U.S. “sanctions”, 22/09/2018. In:http://eng.mod.gov.cn/news/2018-09/22/content_4825555.htm. Visitado em 30/09/2018.

¹⁵ El País. China amenaza a EE UU con represalias por las sanciones a la compra de armamento ruso, 22-09/2018. Visitado em 24/09/2018.

empresa “Rosoboronoexport”, e acaba por rescindir os contratos com os russos, causando grande mal-estar entre as partes¹⁶.

Assim, a China – ferida em suas decisões soberanas na área de defesa – apresentou um forte protesto aos EUA, considerando um “grave erro” a decisão norte-americana, cancelando todos os contatos de alto nível entre os dois países e advertindo que não negociaria sob pressão. A essa grave intervenção norte-americana numa área extremamente sensível da soberania nacional – equipamentos e armas – somou-se, na semana de 24/09/2018, um importante, e agressivo, discurso de Donald Trump na ONU, onde o mandatário americano acusou a China de interferência na política interna americana, em especial com o uso de meios ilegítimos para alterar os resultados das eleições de novembro de 2018, incluindo a ação em solo americano de entidades chinesas¹⁷.

Dirigindo contra Beijing todo o arsenal de acusações antes feitas contra Moscou desde 2016 pelo “establishment” de Washington, Trump recalibra os alvos de sua administração, reafirmando os objetivos de sua política externa, onde a Rússia é vista como uma potência que já atingiu seu “teto de poder” estratégico – econômico, político e militar – não se constituindo em um competidor letal ao Estados Unidos, ao contrário da China Popular, cujo “teto estratégico” está ainda bastante longe de ser alcançado e, portanto, é a principal ameaça estratégica à supremacia mundial dos Estados Unidos no século XXI. Além disso, a posição chinesa no Pacífico e sua “virada geopolítica” atual, passando de uma potência tipicamente terrestre, continental, com vetores voltados para a expansão para as planícies do Nordeste/Noroeste, em uma potência anfíbia, construindo um importante “poder marítimo” direcionando para os “mares do Sul”, projetando força em direção às nações-arquipélagos tradicionalmente clientes das potências anglo-saxãs e herdeiras do “Rajj” colonial britânico, alterando todo o mapa geopolítico do “Grande Pacífico”¹⁸.

A “escalada” do confrontamento entre a China e os Estados Unidos interessa largamente à Índia, não só por desviar a atenção de Beijing da sua fronteira tibetana e de inibir as ameaças ao Norte da fronteira, em especial incidentes como o acontecido em Doklam, em 2017 (junto à fronteira do Butão). Para a Índia é uma grande oportunidade de avançar em seus projetos de equipamentos estratégicos – balística, nuclear, hipersônico – com o qual conta com forte presença da Rússia (na ordem de quase 60% de todas suas compras de equipamento militar (embora em tempos da Guerra Fria essa cifra sido perto de 90% e uma mudan-

¹⁶ Sputnik. Indonésia teria suspendido compra de caças russos devido as sanções dos americanos, 05/10/2018. In: <https://br.sputniknews.com/defesa/2018100512370695-indonesia-suspende-compra-cacas-russos-sancoes-eua/>, visitado em 05/10/2018.

¹⁷ The New York Times.U.N. General Assembly: Trump Leads Security Council Meeting, 26/09/2018. In: <https://www.nytimes.com/2018/09/26/world/americas/united-nations-general-assembly.html>. Visitado em 30/09/2018.

¹⁸ A herança do “Rajj” começa a ser ressignificada fortemente com a parceria da própria Índia entendida como ator importante e ativo, herdeiro natural da geopolítica de Mackinder na região. Assim, a Índia, Austrália, Nova Zelândia seriam chamados, ao lado dos Estados Unidos (e do Japão) para reorganizar o espaço do “Grande Pacífico”, agora entendido como o “Indo-Pacífico”, visando deter a nova potência continental em fase de expansão “anfíbia” expressa na estratégia “One Road, One Belt”. Sobre a herança do “Rajj” Ver: Ferguson, Niall. Empire How Britain Made the Modern World. Londres, 2012.

ça total da matriz de defesa não possa ser feita de forma ampla e brusca). A hostilidade dos Estados Unidos frente à China, as péssimas relações, hoje, deste com o Paquistão – a outra potência nuclear no Oceano Índico – e a ausência de um aliado com real poder estratégico na região – Japão e Austrália não podem ser considerados capazes de um desdobramento de forças à altura de enfrentar uma ação continuada contra a China – faz da Índia um aliado inescapável. Ao mesmo tempo, a política ambivalente do Paquistão em relação à “nebulosa jihadista”, em especial aos movimentos talibã e Al-Qaeda, e sua estreita relação com a China Popular causam profundo mal-estar em Washington, levando, enfim, a um forte estranhamento entre ambos os países sob a Administração Trump, que rompe os acordos de cooperação e ajuda militar com Islamabad, que em resposta aproxima-se ainda mais de Beijing¹⁹. Assim, na “Orla do Índico” cada vez escasseiam mais aliados para os Estados Unidos e Délhi é plenamente ciente de tais condições e joga amplamente com tal situação, além de esgrimir os “valores” certos: uma pujante democracia (o maior contingente eleitoral livre do planeta), uma economia de mercado, sua potência nuclear sob controle (o que muitos temem que não seja o caso do Paquistão), um feroz combate ao terrorismo, enfrentamento direto à China e disposição em formar, ao lado do Japão e da Austrália, uma frente de contenção anti-chinesa.

Ciente dessa condição de “pivot” de qualquer geopolítica do Indo-Pacífico, o governo de Délhi mantém, como o faz qualquer grande potência, uma política externa e de defesa independente e transfere para Washington o ônus de adequar-se às condições estratégicas existentes e necessárias para a Índia na região. Assim, Délhi espera que os Estados Unidos ajam com sabedoria, evitem “sancionar” a mais importante potência nuclear democrática da Ásia, uma “sociedade aberta”, mais populosa democracia do mundo, e uma democracia convergente com os interesses americanos no esforço de conter a China, uma potência dita “revisionista” e “antidemocrática” na recente “Estratégia Nacional de Defesa” americana. Na questão de aquisição de armas, equipamentos e tecnologias sensíveis – inclusive nuclear (da Rússia, França e Israel) Délhi sugere à Administração Trump que o “CAATSA/Countering America's Adversaries Through Sanctions Act”, aprovado pelo Congresso Americano em 02/09/2017, e utilizado para punir a Rússia através de bloqueio de bens e contas, em razão de vendas de armas e de tecnologias sensíveis, não se aplique à Índia, em especial porque tais negociações das compras antecedem a assinatura do “Act”. Por outro lado, o presidente dos Estados Unidos possui um “veto suspensivo” (sic) sobre a decisão do Congresso na aplicação das medidas punitivas constantes da legislação do CAATSA, levando em consideração que a Índia fez compras, em 2017/18, de armas americanas no valor de 18 bilhões de dólares – ou seja, mostrou boa vontade em abrir seu mercado aos fornecedores americanos e balancear suas compras –, a aplicação de sanções contra o país seria pouco provável e levaria o país de volta a compras exclusivas na Rússia. De qualquer forma, a escolha seria de Washington e levaria a um maior isolamento geopolítico de Washington no Indo-Pacífico, exatamente o oposto à nova estratégia desenhada para a região.

Assim, Délhi se esforça para convencer os Estados Unidos em centrar sua atenção na contenção dos chineses e de sua estratégia da “Nova Rota da Seda”, em especial a ação comercial considerada “predatória” embutida no conteúdo comercial da estratégia chinesa.

¹⁹ The Guardian. Nothing but lies and deceit: Trump launches Twitter attack on Pakistan, 01/01/2018. In: <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/01/lies-and-deceit-trump-launches-attack-on-pakistan-tweet>, consultado em 13/07/2018. Em especial Trump critica a ausência de uma resposta positiva de Islamabad na luta antiterrorista em troca da ajuda norte-americana orçada em cerca de US\$ bilhões nos últimos 15 anos. Ver ainda: De Luce, Dan. Is Trump Ready to Dump Pakistan? In: Foreign Policy, 23/03/2018, <https://foreignpolicy.com/2018/03/26/is-trump-ready-to-dump-pakistan/>. Visitado em 13/07/2018.

Nesse ponto indianos e americanos possuem plena concordância: a política comercial chinesa possui um conteúdo “bélico” para além de uma simples prática de troca entre nações. Por esta razão, tornou-se o alvo principal da nova estratégia de defesa – na verdade uma estratégia bastante agressiva – dos Estados Unidos. Tal interpretação de Trump passa, a partir do “report to President Trump”, de setembro de 2018, a ser a posição oficial do Departamento de Defesa, “reconhecendo” que a China trava uma “guerra branca”, insidiosa”, contra as bases industriais e as cadeias de suprimento dos Estados Unidos²⁰.

Para alguns centros de pensamento estratégico nos Estados Unidos, aos quais Trump dedica grande atenção, a China não representa com suas atividades econômicas e comerciais apenas um competidor comercial, mas vai bem além: Beijing estaria pondo em prática um muito bem planejado programa de identificação e exploração de pontos fracos da economia americana e aprofundando-os de forma a criar brechas estruturais na segurança nacional americana – via a desestruturação de setores chaves da economia industrial, o que verdadeiramente justificaria o recurso à legislação de Segurança Nacional para impor as sobretaxas aos produtos importados²¹. Assim, os baixos preços chineses em setores estratégicos – como no caso do perclorato de amônia, componente de combustível estratégico – seriam parte de uma consciente estratégia de “guerra sem guerra”, tão típica da estratégia maior chinesa²². A ação americana seria, nesta direção, uma contramedida indispensável num processo maior de competição entre “grandes potências”. Claro que os chineses e russos, bem como a maioria dos europeus, enxergam nos argumentos americanos uma não muito bem estruturada narrativa para acobertar uma agressiva política de proteção e promoção dos interesses econômicos americanos.

A percepção da China como risco e ameaça pela nova Administração Trump e, portanto, como o principal adversário, não é, entretanto, unânime em Washington e merece uma forte oposição interna. Grande parte da burocracia e dos estamentos tradicionais americanos – como a representação senatorial, os corpos da Inteligência como FBI, NSA e CIA e ainda uma boa parte do estamento militar representado na OTAN e no CentCom – persistem em apontar para a Rússia como o alvo principal dos esforços militares americanos, chegando ao extremo de agir autonomamente em relação à Presidência da República. Trump e seu grupo de assessores, militares e empresariais, buscam uma resolução rápida, e a menos mercurial possível, de um arranjo na Europa, onde localizam velhos interesses mesquinhos e prejudiciais aos Estados Unidos, com imensos gastos estéreis, além de competidores comerciais “desonestos”, como a Alemanha e o conjunto da União Europeia²³. Este seria o mesmo caso do Oriente Médio/Ásia Central onde se interessam em deixar a Israel um amplo espaço de livre ação para obter meios e condições para concentrar suas ações na Ásia Oriental-Pacífico,

²⁰ Ver Nota 6: US Department of Defense. Op. Cit. p. 34 e ss.

²¹ Foreign Police. China's Influence Operations Are Pinpointing America's Weaknesses, 04/10/2018. In: <https://foreignpolicy.com/2018/10/04/chinas-influence-operations-are-pinpointing-americas-weaknesses/>, visitado em 05/10/2018.

²² Costa, Darc. Guerras Assimétricas. In: Teixeira Da Silva, Francisco C. Enciclopédia de Guerras e Revoluções. Rio de Janeiro, Elsevier, 2017, v. 3, p. 289 e ss.

²³ CNBC. Trump slams Germany at NATO summit: It's 'totally controlled by Russia', 11/06/2018. In: <https://www.cnbc.com/2018/07/11/trump-slams-germany-at-nato-summit-says-its-a-captive-of-russia.html>, visitado em 30/09/2018.

região agora ampliada como “Indo-Pacífico”, como surge no novo documento de “Estratégia Nacional de Defesa” publicado em dezembro de 2017²⁴.

O conceito geopolítico de “Indo-Pacífico”, introduzido à página 45 da “National Security Strategy”, desempenha um papel central no desenvolvimento da noção de rivalidade de grandes potências que baliza toda a formulação estratégica apresentada: “... region, which stretches from the west coast of India to the western shores of the United States, represents the most populous and economically dynamic part of the world [...]The U.S. interest in a free and open Indo-Pacific extends back to the earliest days of our republic”²⁵.

Neste contexto, o principal desafio na macrorregião geopolítica advém, na ótica americana, claramente da China, em especial através do desenvolvimento e implantação da Estratégia “One Road, One Belt” considerada como uma “política predatória de comércio”, a qual, por muito tempo, os Estados Unidos e seus principais aliados interessados e conter a China – Índia, Japão e Austrália – não apresentaram uma resposta consistente. O atual movimento ativo de enfrentamento com a China visa exatamente mostrar aos países do Indo-Pacífico a disposição americana para tal enfrentamento, em especial aos países menores que, nos últimos anos, oscilaram em direção ao tropismo exercido pela China na área pivot representada



Fonte: Áreas Disputadas, Google Mapas.

In: <https://www.google.com/maps/d/embed?mid=1Yu-LRpmm5KLBFS6-AXs95tLLto&hl=en&ll=12.543839849671796%2C112.31323250000003&z=5>

pela ultra povoada/industrializada região do Sul da China/Mar do Sul da China, com as importantes rotas que atravessam o Estreito de Málaca, em especial petróleo, gás e contêineres.

²⁴ USA, [National Security Strategy](https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf), (dezembro) 2017. In: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Visitado em 13/07/2018.

²⁵ Op.cit., p.45-46.

A disputa por influência, e mercados, envolve países como Filipinas, Singapura e Indonésia e outros, como Vietnã e Sri Lanka, além daqueles claramente interessados em “escapar” do tropismo geopolítico chinês, como Taiwan e Coréia do Sul. Todos seriam chamados para compor este “colar” de estados ribeirinhos capazes de obstar a estratégia de “One Road, One Belt”, contrapondo-se ao “Vento leste” do avanço chinês.

Em Direção ao Enfrentamento

Enquanto Trump discursava na ONU, em 25/09/2018, a Marinha dos Estados Unidos desenvolvia mais uma operação no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China visando demonstrar sua presença em toda a Região do Indo-Pacífico, e em seus mares anciares, bem como a capacidade de garantia de navegação “urbi et orbi”, desafiando a pretensão chinesa, em especial em torno dos recém fortificados recifes e atóis do Arquipélago Spratly, denominado “Nansha” pelos chineses, considerado pela China como território “nacional”, em “Operação de Liberdade de Navegação” (FONOP, em inglês)²⁶.

Desde agosto de 2018, os voos de observação sobre o Arquipélago das Spratly/Nansha gerariam um incidente grave, com a aviação militar chinesa fazendo uma advertência “in loco” a um P-8A Poseidon, da Marinha Americana, para se retirar imediatamente da região²⁷.

Essa aproximação geraria, no dia 30/09/2018 (8:30 hs, horário de Beijing) um grave incidente naval entre os dois países, quando o Destroier USS Decatur entra nas águas consideradas territoriais pelos chineses, a 12 milhas náuticas do Recife Gaven – Arquipélago Spratly/Nansha –, encontrando a nau de guerra chinesa (destroier 052C-170) PCR Lanzhou, da classe Luyang²⁸, que manobra a menos de 41 metros da proa do navio americano, obrigando-o a retirar-se da área numa perigosa manobra²⁹. Devemos lembrar que o Comando do Pa-Com já havia avisado que não aceitaria limitações à ação americana nas águas, consideradas internacionais, da Região do Indo-Pacífico.

²⁶ Financial Times. Trump Takes Aim at Iran, China, and the Global System in Big U.N. Speech, 25/09/2018. In: <https://foreignpolicy.com/2018/09/25/trump-takes-aim-at-iran-china-and-the-global-system-in-big-un-speech/>, visitado em 01/10/2018.

²⁷ Sputnik. This is China: leaves immediately, 10/08/2018. In: <https://sputniknews.com/asia/201808101067109006-us-spy-plane-warned-in-spratleys/>, visitado em 30/09/2018.

²⁸ Global Security. China – Ships. <https://www.globalsecurity.org/military/world/china/navy.htm>. Visitado em 30/09/2018.

²⁹ Global Times. China wards off US Navy destroyer to leave S.China Sea, 02.10.2018. In: <http://www.globaltimes.cn/content/11211633.shtml>, visitado em 02/10/2018; Sputnik. Navios chinês e americano se enfrentam em incidente perigoso em Mar do Sul da China, 02.10.2018. In: https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2018100212342474-navios-chines-americano-incidente-perigoso-mar-sul-china/. The New York Times. American and Chinese Warships Narrowly Avoid High-Seas Collision, 02.10.2018. In: <https://www.nytimes.com/2018/10/02/world/asia/china-us-warships-south-china-sea.html?rref=collection%2Fsectioncollection%2Fworld&action=click&contentCollection=world®ion=rank&module=package&version=highlights&contentPlacement=6&pgtype=sectionfront>, visitados em 02/10/2018.

Para termos uma dimensão exata do incidente do USS Decatur lembremos a história dos incidentes navais norte-americanos. Foi desde o incidente do Couraçado Maine, no Porto de Havana, que deu a partida a Guerra Hispano-Americana de 1890 até o incidente do Golfo de Tonquim, em 1964, pretexto para o envolvimento massivo dos Estados Unidos em guerras, como na Guerra do Vietnã³⁰.



Foto da Marinha americana mostrando a confrontação entre o USS Decatur (esquerda) e o Contratorpedeiro PRC 170 Classe Luygan (direita) no Mar do Sul da China em 30/09/2018. Fonte: American Navy ³¹

A Emergência do “Novo Grande Jogo”

A deriva do que seria, aparentemente, um conflito comercial-tarifário para uma clara disputa geopolítica, e mesmo militar, entre os Estados Unidos e a China Popular, já anunciada na enunciação da “Estratégia Nacional de Defesa dos Estados Unidos”, de dezembro de 2017, escala, assim, de forma muito perigosa³².

A “Nova Estratégia Nacional de Defesa” aponta a China e a Rússia como potências “revisionistas capazes de colocar em risco a segurança dos Estados Unidos ao questionar o status quo” e ao mesmo tempo assinala que tais potências revisionistas, como a China e a Rússia, usam tecnologia, propaganda e coerção para moldar um mundo que representa a antítese dos interesses e valores da América e, por tal razão, devem ser contidos.

Para dar consistência e coerência ao disposto, já em agosto de 2018, a Administração Trump

³⁰ Para o debate sobre o Arquipélago das Spratly ver: “Spratly Island” In: Global Security. <https://www.globalsecurity.org/military/world/china/south-china-sea.htm>, 04/10/2018.

³¹ GCaptain. Photos Show Confrontation Between USS Decatur and a Chinese Navy Warship in South China Sea. 02/10/2018. In: <https://gcaptain.com/photos-show-confrontation-between-uss-decatur-and-chinese-navy-warship-in-disputed-south-china-sea/>, visitado em 02/10/2018.

³² White House. REFORM AND REBUILD: The Next Steps NATIONAL DEFENSE AUTHORIZATION ACT, 01/08/2018. In: https://armedservices.house.gov/sites/republicans.armedservices.house.gov/files/wysiwyg_uploaded/FY19%20NDAA%20Conference%20Summary%20.pdf, visitado em 05/10/2018.

publica o “REFORM AND REBUILD: The Next Steps NATIONAL DEFENSE AUTHORIZATION ACT/NDAA”, o Ato (Lei) Autorizativo do Orçamento do Departamento de Defesa, no valor US\$ 717 bilhões de dólares, prevendo um substancial aumento no orçamento militar e, o mais importante, nomeando especificamente a China Popular como adversário a ser combatido e prevendo a disposição de novos sistemas militares à disposição de Taiwan, o que gera forte protesto por parte de Beijing³³.

Este novo orçamento militar, aliás, reconhece que a “retirada” americana no Pós-Guerra de uma posição de “prontidão para a guerra”, anos seguidos de engajamento em guerras de desgaste no Afeganistão e no Iraque, investimentos massivos em contraterrorismo e sucessivos cortes orçamentários, em especial derivados da Crise Econômica Mundial de 2008, atingiram, em seu conjunto, a capacidade de resposta das Forças Armadas americanas. Assim, as forças americanas não possuem hoje, conforme seus líderes militares, uma capacidade “ótima” para responder a um ataque de “nocaute” de tipo Pearl Harbour, com armas hipersônicas, por exemplo, ou, na expressão do General John Hyten, “... profundidade necessária para sustentar uma guerra rápida contra um adversário com o tipo de arma hipersônica de ponta decisiva presente. Além disso, a complexidade do hardware militar moderno e a escala limitada da indústria de defesa atual limitam a capacidade de aumentar rapidamente a produção. Nem pessoal treinado poderia ser gerado em um prazo de tempo expedito”³⁴. O novo orçamento militar americano trabalha diretamente visando superar tais lacunas, inclusive na área de armas hipersônicas, onde a pesquisa e testes estão bastante avançados – como os Projetos Aerojet Rocketdyne, Northrop Grumman e Boeing orçados em mais de um bilhão de dólares, o que fez o General Paul Selva, vice-presidente do “Joint Chiefs of Staff”, declarar que “perdemos nossa vantagem técnica em hipersônicos... não perdemos a luta hipersônica [...] neste contexto, uma coisa é clara: é hora de a América empurrar para cima esta competição”³⁵.

A nova postura americana em defesa e segurança internacional espelha a “retomada” de uma política externa, via uma “diplomacia militar”, agora escorada em um forte suporte armamentista de enfrentamento com as chamadas “potências revisionistas”.

Já em maio de 2018, os Estados Unidos, inamistosamente, haviam “desconvidado” a Marinha do Exército de Libertação do Povo (sic!) de participar dos exercícios conjuntos a serem realizados na “Orla do Pacífico” – “Rim of Pacific” (RimPac”) –, com a participação de 20 países, incluindo sérios concorrentes da China, como a Índia, Japão e Austrália, causando sério mal-estar nas autoridades chinesas³⁶. Da mesma forma, dois outros atos das autoridades americanas, no âmbito da política militar, tinham provocado a ira de Beijing. Primeiro, a decisão americana de dispor de um corpo de Fuzileiros Navais para guarnecer o escritório de

³³ Xinhua. China protests against signing of U.S. defense act, 14/08/2018. In: http://www.xinhuanet.com/english/2018-08/14/c_137389513.htm, visitado em 30/09/2018.

³⁴ Forbes. Hypersonic Weapons Could Transform Warfare. The U.S. Is Behind, 05/10/2018. In: <https://www.forbes.com/sites/davedeptula/2018/10/05/faster-than-a-speeding-bullet/#77b75ef35ca6>, visitado em 05/10/2018.

³⁵ Idem, Op. Cit. (mesma matéria da Forbes).

³⁶ FirstPost. US Withdraws its invitation to China to participate in world's largest naval warfare exercise citing 'behavioural inconsistencies', 25/05/2018. In: <https://www.firstpost.com/world/us-withdraws-its-invitation-to-china-to-participate-in-worlds-largest-naval-warfare-exercise-citing-behavioural-inconsistencies-4480843.html>, visitado em 30/09/2018.

interesses americanos em Taipé, Taiwan, o que igualaria a representação “informal” norte-americana – o chamado “Instituto Americano de Taiwan” - em Taipé às demais embaixadas americanas em todo o mundo³⁷. Em segundo lugar, na formulação da política de defesa norte-americana, Washington, não só declara formalmente a China Popular uma “ameaça estratégica” como, e esse é ponto mais irritante para as autoridades em Beijing, dispõe-se a uma venda de armamentos modernos em grandes proporções para Taiwan. Incluía-se aí modernos caças F-16, F-35, drones armados e minas inteligentes (para o Estreito de Formosa), o que tornaria a situação no Estreito extremamente tensa³⁸.

Da mesma forma, o estabelecimento do “Sistema THAAD/Terminal High Altitude Area Defense”, de detecção preventiva e intercepção profunda de mísseis, instalado na Coreia do Sul – em virtude do desenvolvimento da balística da Coreia do Norte – no primeiro semestre de 2018 expôs em profundidade as defesas chinesas, que ficaram sem o “tempo útil” de resposta para um contra-ataque de mísseis em caso de um conflito com os Estados Unidos, envolvendo a própria “mainland”. Tal situação mostrou-se insuportável para Beijing, que não havia desenvolvido, desde há muito tempo, uma estratégia para um conflito em larga escala com os Estados Unidos do tipo território-território. Os cenários possíveis de conflito envolviam – e envolvem – guerras limitadas, intensas e altamente tecnológicas, em cenários marítimos – Mar do Sul da China, Mar Amarelo, Mar da China Oriental. A instalação do Sistema THAAD criou uma situação nova, obrigando a uma reorientação estratégica totalmente diferenciada, da qual a movimentação de Pyongyang não é de todo estranha³⁹. Ou seja, um dos principais instrumentos de pressão que Beijing possuía sobre os Estados Unidos, a ameaça norte-coreana, tornou-se, de forma autônoma, incontrolável, após o imprevisto “Encontro de Singapura” entre Trump e Kim Jon-un. Não só resultou em um grave prejuízo estratégico com a instalação do Sistema THAAD na península, como também prejudicou, com isso, as relações Beijing-Seul e tirou da mesa as negociações sob o “Modelo 4+2” para a resolução da questão coreana (China, Estados Unidos, Rússia, Japão e as duas Coreias, que se realizavam em Beijing) sob o qual os chineses exerciam uma grande influência, e desta forma tornava-se um instrumento de pressão sobre Washington.

Deste modo, no “Novo Grande Jogo” da Ásia Oriental-Pacífico, decorrente de uma fase aguda de ameaças e da corrida armamentista na Península Coreana, a China Popular, sai bastante prejudicada enquanto uma potência que apostou na Ordem Mundial, e sem capacidade de exercer um papel decisivo sobre o jogo diplomático em curso que se desenrola em sua im-

³⁷ Taiwan News. State Department requests for US Marines in Taiwan, 26/06/2018. In: <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/3470296>, visitado em 30/09/2018.

³⁸ Washington Post. The U.S. makes a new push to bolster Taiwan’s military defenses. China won’t like it, 23/07/2018. In: https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2018/07/23/the-u-s-makes-a-new-push-to-bolster-taiwans-military-defenses-china-wont-like-it/?noredirect=on&utm_term=.14a4903e1a95, Visitado em 30/09/2018.

³⁹ The Economic Times. THAAD: The fear of China, anxiety of Russia, 28/07/2018. In: [https://economictimes.indiatimes.com/articleshow/57273866.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst](http://economictimes.indiatimes.com/articleshow/57273866.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst). Visitado em 30/09/2018. Ver também: Insider Business. Why a purely defensive, unarmed US missile defense system scares the pants off of China, 08/06/2018. In: <https://www.businessinsider.com/why-thaad-missile-defense-system-scares-the-pants-off-of-china-2017-6>. Visitado em 30/09/2018.

portante fronteira coreana, para além das demonstrações militares já realizadas junto com os russos (Manobras "Vostok")⁴⁰. O fulcro da política externa chinesa – a manutenção das estruturas básicas da Ordem Mundial e um relacionamento baseado num "Jogo de Ganha-Ganha" com seus parceiros –, parece não ser mais possível com os Estados Unidos, obrigando a liderança em Beijing, num momento em que havia um grande interesse pós-XIX Congresso do PCCh em maiores e mais consistentes investimentos no bem-estar interno, a buscar uma nova prática e, acima de tudo, maiores investimentos na corrida armamentista.



Fonte: Today in Energy, In: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=10671>, visitado em 30/08/2018.

A aproximação mais estreita com a Rússia, como expressa nas manobras militares "Vostok", realizadas em agosto de 2018, e o aumento massivo de investimento em uma nova classe de armamentos, em especial armas hipersônicas e de cegação eletrônica e cibernética, apontam para um novo realismo na abordagem de Defesa e de Segurança Internacional por parte de Beijing vão se impor como resultado da ação disruptiva da política externa norte-americana⁴¹. Da mesma forma, uma defesa intransigente do Irã, maior envolvimento na Síria, e investimentos e garantias à Venezuela, surgem como uma política objetivando evitar um bloqueio por parte dos Estados Unidos, capaz de travar o desenvolvimento, ou mesmo a sobrevivência, da potência chinesa.

⁴⁰ Sputnik. Rússia vai realizar manobras militares em grande escala, 19/07/2018. In: <https://br.sputniknews.com/defesa/2018091612222569-russia-defesa-manobras-militares-grande-escala/>, visitado em 30/09/2018.

⁴¹Sobre a questão das armas hipersônicas a própria Administração Trump, via Pentágono, reconhece o impacto geopolítico das novas armas e a mudança estratégica daí decorrente. Ver: CNBC, Russia and China are 'aggressively developing' hypersonic weapons — here's what they are and why the US can't defend against them, 21/03/2018. In: <https://www.cnbc.com/2018/03/21/hypersonic-weapons-what-they-are-and-why-us-cant-defend-against-them.html>, visitado em 30/09/2018.

Novos Teatros, Novos Atores

Nesse momento, a China Popular apresenta-se, no cenário mundial como uma potência da ordem, com a defesa ativa dos organismos mundiais, dos mecanismos de “compliance” como a melhor forma de dirimir conflitos e a negociação de diferendos, oferecendo a possibilidade de uma relação baseada no “Jogo ganha-ganha”. Na verdade, mesmo impondo contrasanções aos bens americanos, o poder chinês é bastante inferior ao americano e a capacidade de desafio militar, em vários teatros, e, além de inferior, não é desejado e nem possui a amplitude e a capacidade de desdobramento, no momento, da América. Assim, vemos uma China na defensiva, “empurrada” para a defesa de seus interesses no Mar do Sul da China e no Mar Amarelo e da China Oriental – teatros puramente defensivos. Por sua vez, os Estados Unidos parecem ter conseguido, até o momento, sucesso – malgrado o jeito “meio estúpido de ser e de viver” de Trump, em mobilizar um “Grande Arco Estratégico” no Pacífico para a contenção de Beijing, reunindo Japão – em pleno processo de rearmamento – Austrália e Índia, no “círculo exterior” e, interior deste arco, um círculo menor, desafiando as rotas vitais de abastecimento do gigante asiático, formado de “pequenos dragões”: Coréia do Sul, Taiwan, Vietnã e Sri Lanka com o objetivo de conter a China⁴².



Fonte: Geré, François. Demain, la Guerre. Paris. Calman-Lévy, 1997

^{41 (cont)} Nesta entrevista, pouco depois do Presidente Putin anunciar, na agora famosa entrevista sobre as “Novas Armas da Rússia” - em 01/03/2018 - o General da Força Aérea Americana John Hyten, Comandante do Comando Estratégico dos EUA, afirmava: “Tanto a Rússia quanto a China estão buscando agressivamente as capacidades hipersônicas”, acrescentou Hyten. “Nós os assistimos testar esses recursos.” A Rússia e China são os países mais avançados neste campo, ao lado dos Estados Unidos, seguidos do Japão, Índia e Austrália, ainda que num patamar mais baixo. Richard Spier, especialista da Rand Corporation, que se dedicou a um estudo específico sobre o tema afirmou, de forma conclusiva que “... atualmente, não temos defesas efetivas contra armas hipersônicas por causa da maneira como elas voam, ou seja, elas são manobráveis e voam a uma altitude em que nossos atuais sistemas de defesa não são projetados para operar disso ele”. Op. Cit. Supra. Speier, Richard et alii. Hypersonic Missile Nonproliferation. Hindering the Spread of a New Class of Weapons. Rand Corporation, 2018. Edição Digital. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR2137.html, visitado em 13/07/2018.

⁴²Sputnik. Maior porta-helicópteros japonês visita Sri Lanka, 01/10/2018. In: https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2018100112339027-porta-helicoptero-japones-influencia-chinesa/, visitado em 03/10/2018.

O “entorno geopolítico” chinês e seus constrangimentos e possibilidades: destacamos, ao contrário da Guerra Fria, a abertura e “pacificação” da longa fronteira terrestre (representada pelos “enlaces” possibilitados pela aliança tácita) com a Rússia expressa no Pacto de Shanghai (2001); a confirmação da aliança tradicional ao Sul com a Birmânia; a Sudoeste com o Paquistão; a presença de forças/bases americanas na Coreia do Sul, Japão/Okinawa – bem próximo das Ilhas Diaoyu/Senkaku, a montante de Taiwan e em Singapura, junto ao Estreito de Málaca, via de abastecimento de toda a região e no extremo oposto em na Ilha de Diego Garcia, no Oceano Índico, dando expressão geográfica ao conceito “Indo-Pacífico”, simultânea à “projeção de força” da China em direção aos seus vizinhos além-mar. Por sua vez, a China ocupa as Ilhas Spratly/Nansha, disputa as Ilhas Diaoyu/Senkaku e estabelece uma base no extremo oposto na Grande Ilha do Coco (cedida pela Birmânia), na entrada do Estreito de Málaca, além de estabelecer instalações no Porto de Gwadar, no Paquistão e no Djibuti, junto ao Chifre da África.

Desta forma, a “virada para o Indo-Pacífico” dos Estados Unidos, assemelha-se, de certa forma, à “pactomania” dos tempos de Foster Dulles, com a então criação da OTASE⁴³ e busca os mesmos meios de contenção e, se possível, de “roll back” da China e de sua Grande Estratégia de “One Belt, One Road”.

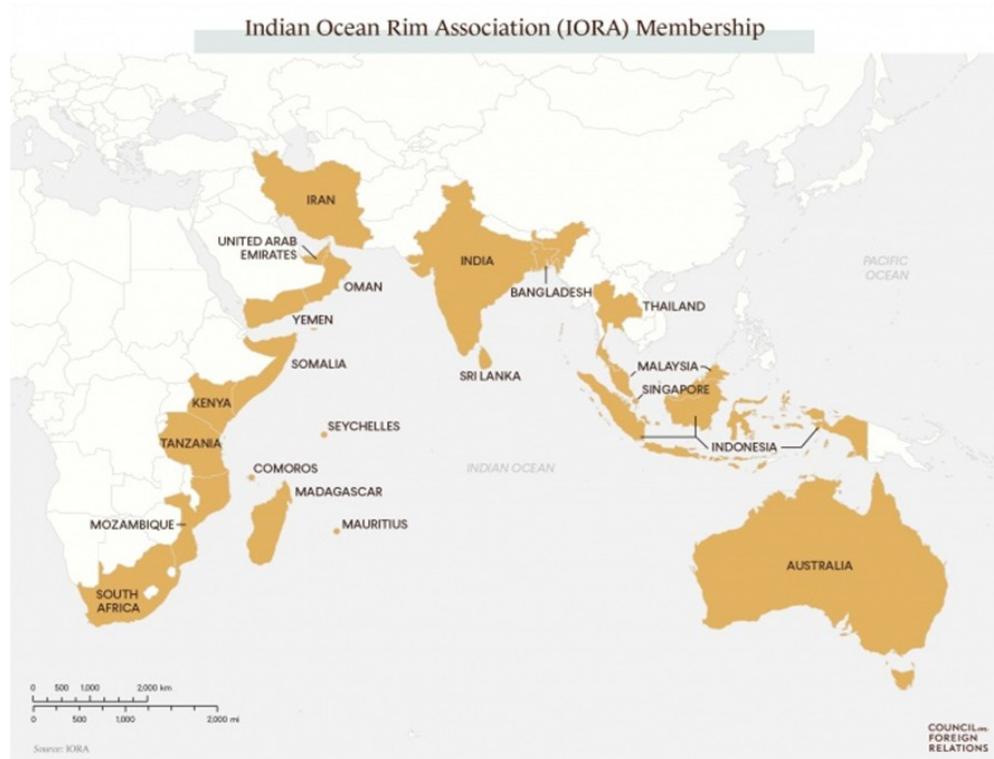
Após um longo período de inanição, ou ao menos de certa confusão política – Administração Bush e Obama – em relação a melhor abordagem em face à China na Ásia-Oriental e à “opção russa” como adversário principal, Donald Trump volta-se “en force” contra a China. A formação do “Quadrado Estratégico” do Indo-Pacífico é, neste sentido, fundamental para o enfrentamento da Geopolítica do “One Road, One Belt”. A Índia, assumindo uma herança mítica do “Rajj”, desempenha um papel central, migrando da condição de “apêndice” de uma política da Ásia-Pacífico para região-pivot do Indo-Pacífico.

Sua grande contribuição é trazer para o centro do arranjo do Indo-Pacífico proposição da chamada “IORA” – a “Indian Ocean Rim Association/Associação da Orla do Pacífico”, onde o conceito de “orla”, “entorno”, “rim” representa o retorno em força da geopolítica colonial de Mackinder, atualizada por Nicolas Spykman, para uma moderna geopolítica pós-Guerra Fria, pós-Globalização.

A IORA foi uma iniciativa da África do Sul, em 1995, e da Índia, esposada pela Austrália, com apoio de Mauritius que a sedia em Ebene, tendo permanecendo desde sua conformação em 1997 como uma associação consultiva e de cooperação entre 21 países membros sem maior expressão. Agora, em 2018, sob impulsão da Índia, Austrália e Japão (com os Estados Unidos e os países do “Quadrado Geopolítico do Pacífico” esposando com entusiasmo a ideia básica) assume um amplo dinamismo e relevância como uma associação capaz de fazer frente à política de “One Road, One Belt” e merece atenção dos Estados Unidos como um fórum alternativo. Assim, Índia sugere fortemente aos Estados Unidos, após abandonar a TPP, a considerar a IORA como uma plataforma válida para um “Corredor de Crescimento Ásia-África”, baseado em infraestrutura e conectividade, além de um sério combate ao terrorismo,

⁴³ OTASE ou SEATO foi criada pelo Pacto de Manila em 8 de setembro de 1954 e visava conter a expansão comunista na Ásia, contando com a participação dos Estados Unidos, seu proponente, França, Grã-Bretanha, Filipinas, Austrália, Paquistão, Nova Zelândia, Austrália, Vietnã, Laos e Camboja, sendo uma espécie de OTAN da Ásia.

ao narcotráfico e à pirataria, um programa ao qual o Japão e a Austrália se engajariam fortemente⁴⁴.



Fonte: The U.S. Indo-Pacific Strategy Needs More Indian Ocean - Council on Foreign Relations. (<https://www.cfr.org/expert-brief/us-indo-pacific-strategy-needs-more-indian-ocean>), visitado em 24/01/2019

Ante a firmeza da resposta chinesa no seu “entorno geopolítico”, insistindo na natureza da “blue China” do Mar do Sul da China, único âmbito onde de fato a China pode apresentar uma postura firme e mostrar suas capacidades, incluindo um enfrentamento aeronaval de extrema violência, mas que não atinja a “mainland” de ambos os contendores, ao mesmo tempo que reafirma a natureza “vital” da Política de “Uma só China, dois regimes”, conforme estabelecida na Constituição da República Popular da China, nos seus Artigos 2º e 5º, sendo considerados pontos “sagrados”, inegociáveis⁴⁵.

Os Estados Unidos, por sua vez, não podem se deixar intimidar. Numa típica ação de “grande potência”, que muito emula o comportamento das potências europeias nos fatídicos processos que antecederam 1914, Washington buscou responder às ações chinesas no Mar do Sul da China com capacidade superior e reação punitiva, para provar aos seus aliados, em

⁴⁴ Council on Foreign Relations. The U.S. Indo-Pacific Strategy Needs More Indian Ocean, 25/05/2018. In: <https://www.cfr.org/expert-brief/us-indo-pacific-strategy-needs-more-indian-ocean>, visitado em 30/09/2018.

⁴⁵ Constituição da República Popular da China. The People's Daily, 1982-12-04. In: <http://en.people.cn/constitution/constitution.html>, consultado em 30/09/2018.

especial aos países menores e suscetíveis à sedução chinesa, que estão presentes no Indo-Pacífico. Daí a exibição de força com uma postura firme e permanente, tal qual, em campos opostos, a Áustria-Hungria ou o Império Russo em 1914⁴⁷.

Numa visão ampla podemos dizer que a questão toda gira em torno do crescente desprestígio da diplomacia como instrumento das relações internacionais – notável na administração Trump – em favor da “diplomacia militar”. Depois de décadas de brilhantismo enquanto formulação de resposta a crises, sob a direção de Henry Kissinger, Zbigniew Brezinski e Madeleine Albright, o Departamento de Estado americano entra em declínio nas administrações Bush (Junior) e Obama (com o desastre da gestão Hilary Clinton) para ser praticamente esvaziado com Donald Trump, que dá muito mais importância ao grupo “palaciano” e aos “sábios” militares que busca no Pentágono. Da mesma forma, o uso constante da “diplomacia presidencial”, onde a personalidade do indivíduo, o humor e caráter de cada um moldam as relações internacionais, limitam e constrangem as negociações internacionais.

A evolução da diplomacia militar começa a moldar as novas relações internacionais em direção a um processo de atrito e confrontação.

Assim, em 05/10/2018, a imprensa americana – a CNN – “vaza” informações de uma gigantesca manobra aeronaval no Pacífico – fala-se em “a global show of force” – estendendo-se desde o Mar do Sul da China e do Estreito de Formosa até a Costa Ocidental da América do Sul, onde especialmente, segundo o Pentágono, a China possui fortes interesses econômicos, visando responder aos últimos atos da China nos “mares do Sul” e ao mesmo tempo demonstrar aos aliados da Região do Indo-Pacífico a disposição norte-americana em permanecer na região como uma grande potência⁴⁸.

Não há grandes chances de um retorno à diplomacia clássica.

A grande novidade nesse momento, e o evento disruptivo, seria a injunção quase imperativa de ambas as partes em usar a força militar, ou ao menos mostrar a disposição em usar o poderio militar – pelo qual gastam imensos recursos – visando evitar uma humilhação ou em resposta a uma percepção de risco. Para os chineses, muito especialmente, trata-se de garantir os interesses nacionais e o que consideram a dignidade tão custosa e recentemente readquiridos da nação. Muito conscientes de sua própria história contemporânea, vêem a China constantemente humilhada desde a Primeira Guerra do Ópio em 1839, perante o Ocidente, incluindo de certa forma o impasse coreano e agora a imposição do Sistema THAAD e o “escape da Coreia do Norte” do controle de Beijing. Uma nova humilhação agora perante os Estados Unidos seria a abdicação chinesa a desempenhar qualquer papel significativo no cenário mundial, envolvendo diversas dimensões do relacionamento das duas grandes superpotências⁴⁹.

⁴⁷ Hastings, Max. Catástrofe, 1914. A Europa vai à Guerra. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014, p. 80 e ss.

⁴⁸ CNN. US Navy proposing major show of force to warn China, 04/10/2018. In: <https://edition.cnn.com/2018/10/03/politics/us-navy-show-of-force-china/index.html>, visitado em 05/10/2018.

⁴⁹ Sputnik. Já não é apenas uma “Guerra Comercial”, 03/10/2018. In: https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2018100312353575-china-eua-guerra-comercial-confrontacao/, visitado em 03/10/2018.

Assim, o incidente de 30 de setembro nas Ilhas Spratly/Nansha guarda um significado especial e deve ser entendido neste contexto: a China como uma potência da ordem e, contudo, decidida a não abdicar de sua dignidade e de sua consciência de ser, agora, uma grande potência⁵⁰.

Por outro lado, a opção crescente dos Estados Unidos por uma “diplomacia militar” e guiado por “percepções” disruptivas de um líder impõe às relações externas do país uma dinâmica cada vez mais nacionalista, baseada numa noção bastante estreita de “interesse nacional”, deslocada do conceito vigente até a administração Obama de “interdependência complexa”, base da ordem mundial caracterizada pela globalização.

É importante destacar, na contramão da mídia comum e mesmo de alguns cientistas políticos mais apressados, que não estamos perante a uma “segunda edição da Guerra Fria”. Malgrado a linguagem agressiva, a emergência da “diplomacia militar”, a situação atual de competição entre as Grandes Potências nada tem a haver com as estruturas de poder mundial estabelecidas entre 1945 e 1991 na esteira de Potsdam e Ialta. Naquele momento, tínhamos uma violenta competição entre sistemas completos, competição ideológica, política, econômica e militar entre sistemas – o capitalismo e o socialismo de Estado⁵¹. Hoje, os competidores – claramente a Rússia e os Estados Unidos, não procuram “exportar” seus modelos econômicos de organização da sociedade, e mesmo a China, a potência emergente no “Grande Jogo” – com seu modelo econômico e social que merece um amplo debate conceitual acerca de sua natureza – não busca de forma alguma “exportar” um modelo e apresenta-se bem mais como uma potência da ordem, buscando a garantia das estruturas da chamada “Nova Ordem Mundial”.

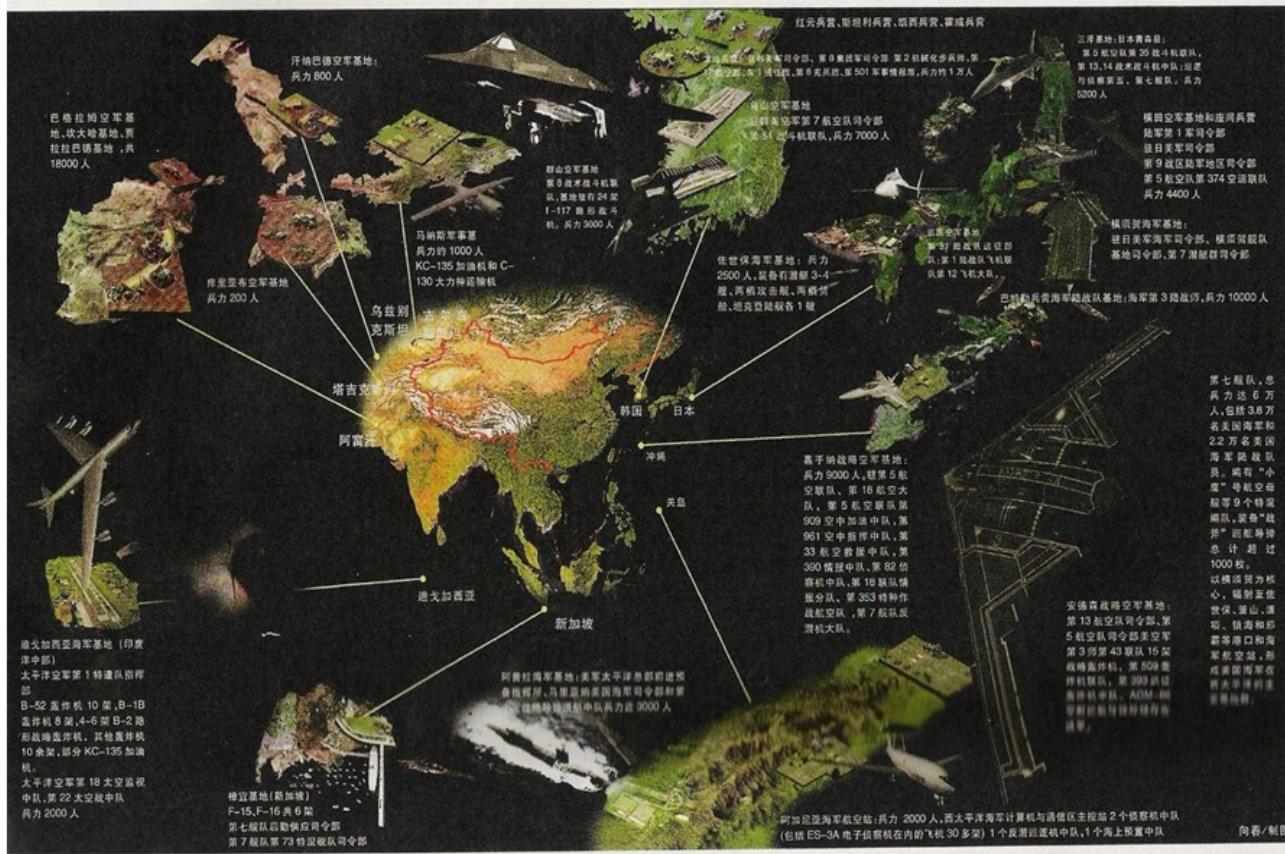
Por paradoxo, os Estados Unidos de Donald Trump surgem bem mais como um fator disruptivo da Ordem Mundial do que seus competidores.

Assim, não devemos entender o atual momento geopolítico como um “regresso”, buscando na Guerra Fria os instrumentos de entendimento. Na verdade, adentramos uma fase histórica inteiramente nova, incerta e volátil, onde as regras relativamente pautadas e mutuamente contidas das “condição MAD” e do “equilíbrio do terror”, da “mútua contenção” alcançadas por um patamar bélico nivelado por um “optimum” de armamentos não se repetirá. Hoje, a existência de uma nova revolução tecnológica na construção de armamentos, em especial na classe de armas hipersônicas e de negação e cegação de espaço eletrônico e cibernético tornam o equilíbrio do terror e a “condição MAD” – uma típica inversão do axioma clausewitziano – obsoletos e assim adentramos a um mundo plenamente hobbesiano.

Por esse caminho, o famoso axioma da Guerra Fria, “guerra improvável, paz impossível”, conforme Raymond Aron, torna-se, esse sim, obsoleto, com a real possibilidade de uma rápida, brutal e altamente tecnológica guerra entre potências e, portanto, os estudos da guerra e paz uma imperiosidade.

⁵⁰ Sputnik. China demonstra a EUA quem manda no Mar do Sul da China, 03/10/2018. In: https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2018100312358187-china-eua-confrontacao-navios-poderio-militar/, consultado em 03/10/2018.

⁵¹ Teixeira Da Silva, Francisco C. (Org.) Enciclopédia de Guerras e Revoluções. Rio de Janeiro, Elsevier, 2017, vol.3, p. XV e s.



“Percepção” chinesa de risco e ameaça. Fonte: Ministry of National Defense. China's national defense policy for the new stage in the new century basically includes, 04/10/2018. In: <http://eng.mod.gov.cn/defense-policy/index.htm>, visitado em 05/10/2017. Vemos na representação chinesa a presença do poder aeronaval americano junto ao mar do Sul da China e ao Mar Amarelo apontado como risco, ao lado de pontos de controle da Rota dos Estreitos de Málaga.

Enfim, apresentamos neste ensaio algumas preocupações da História do Tempo Presente e da Geopolítica pós-Guerra Fria, buscando ressignificar alguns conceitos – em especial “entorno”, região-pivot, apresentadas numa nova dimensão, bem como de “corrida armamentista” – ou seja: a projeção geopolítica de sistema de armamentos como THAAD, S-400, armas hipersônicas, cyberguerras e a guerras eletrônica. “Note bene”: não estamos falando aqui de “guerra sem guerra”, mas de guerra real com novos sistemas de armamentos ultratecnológicos e de seus impactos geopolíticos, temática cara, por exemplo, durante a Guerra Fria a pensadores com Herman Khan⁵².

Óbvio que tratamos aqui de suposições, embora sejam suposições referidas a um amplo, devo dizer trabalhoso, material de base recolhido de fontes diversas e plurais. Os objetivos, além de testar as hipóteses e de explicitar a capacidade de produzir, no Brasil, um pensamento geopolítico de ponto e de qualidade.

⁵² Khan, Hermann. On Termonuclear War. Princeton, University Press, 1960.

Quanto às hipóteses defendidas podemos resumi-las da seguinte forma:

1. Evolução rápida da chamada “Trade War” para um conflito geopolítico entre Estados Unidos e China Popular;
2. A “opção chinesa” de Donald Trump e do Pentágono como o principal “risco estratégico” dos Estados Unidos no século XXI;
3. A emergência do “Indo-Pacífico” como a nova e mais relevante área geoestratégica do planeta;
4. A emergência da Índia como potência-mediadora no Indo-Pacífico;
5. Evolução positiva da situação estratégica da Rússia nas relações EUA/China/Índia;
6. Eclipse geopolítico da União Europeia; e
7. Foco secundário de conflito Estados Unidos/China no Oriente Médio/Golfo Pérsico, envolvendo Irã/Arábia Saudita/Turquia (a possibilidade, ao nosso ver mais fraca e merecedora de um maior estudo e detalhamento).

De qualquer forma, nos apropriamos do aforismo do Dr. Anísio Teixeira, em sua humildade epistemológica, ao afirmar que “...não morria de amores por suas ideias!”. Tivemos, neste ensaio, talvez, o único, e insisto, trabalhoso, mérito de colocar tais ideias na “tela do computador” e apresentar aos colegas da Escola Superior de Guerra/ESG, espaço privilegiado do debate estratégico no Brasil, para difusão aos leitores destes Cadernos.

Convidamos os colegas a trilhar o mesmo caminho e aprofundar, corrigir e refutar as propostas aqui apresentadas e assim garantir um espaço criativo para a Geopolítica no Brasil.

A sua opinião sobre o tema é importante.

Envie seu comentário para cee18@esg.br

FAZENDO AS COISAS CERTAS: Segurança e Defesa do Estado Moderno

por Coronel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro*

"A Brigada de Cavalaria Pomorska, ao que parece ignorando o material de que eram feitos nossos carros [blindados], carregou sobre eles com suas espadas e lanças, sofrendo tremendas perdas."¹

– General Heinz Guderian

Grandes mudanças são inerentes à história da humanidade. O domínio do fogo, a Revolução Neolítica, o advento da escrita e da roda, o surgimento da metalurgia do bronze, os avanços incontidos das ciências e a criação de sofisticadas instituições políticas e sociais demonstram que o mundo sempre esteve em constante transformação. Das leis de Hamurabi, codificadas na antiga Mesopotâmia no século XVIII a.C., à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, redigida pelos revolucionários franceses no século XVIII d.C., a humanidade jamais se manteve, inteiramente, estagnada.

Entretanto, há cerca de apenas 200 anos, com o início da Revolução Industrial, passamos a experimentar alterações em um ritmo, cuja intensidade, celeridade, amplitude e profundidade têm desafiado a capacidade adaptativa, até mesmo, dos mais elaborados agrupamentos humanos. Não por acaso, o epicentro dessas mudanças, a Europa, quase encontrou sua própria destruição, na primeira metade do século XX, com duas guerras mundiais, caos político, desintegração de impérios, revoluções, conflitos nacionalistas, tensões étnicas agudas, disseminação de ideologias radicais, ascensão de regimes totalitários, genocídios, crise econômica prolongada, epidemia e fome².

Como alertou Michael Phillips, “nossa maior perigo não é o ambiente mundial em mutação, mas a nossa relação com ele”³. Afinal, incorremos em equívocos naturais (e, por vezes, desastrosos) ao interpretar as transformações que afetam os princípios básicos que regem a organização e o funcionamento da sociedade, demandando, em algumas ocasiões, um tempo excessivo para nos readequarmos a novos contextos.

Ao postular que o conhecimento se tornou o principal fator de produção no século XXI, superando em importância a disponibilidade de terra, capital, trabalho, energia e matéria-prima juntos, o professor Marcos Cavalcanti, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, asse-

* Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/USA e assessor da edição em português da revista *Military Review*.

¹ Heinz Guderian, *Panzer Líder: a verdadeira história dos Panzers, e a sua influência na 2ª Guerra Mundial* (Rio de Janeiro: Bibliex, 1966), p. 72.

² Han Kershaw, *De Volta do Inferno: Europa, 1914-1949* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016), p. 19-25.

³ P. Michael Phillips, “Desconstruindo Nosso Futuro de Idade das Trevas”, *Military Review*, Edição Brasileira (Jul.-Ago. 2010): p. 36.

gurou que “nós não vivemos, hoje, uma era de mudanças [...] Ao contrário, estamos vivenciando uma autêntica mudança de era, o que é algo completamente diferente”⁴. De fato, o uso do termo “era de mudanças” sugere um *continuum* de transformações sobre as quais podemos exercer certo grau de controle. Por outro lado, a expressão “mudança de era” pressupõe uma ruptura paradigmática que incide sobre os fundamentos da sociedade, tornando obsoletos modelos e padrões consagrados ao longo do tempo.

Segundo o escritor venezuelano Moisés Naím:

[É] impressionante o pouco consenso que existe a respeito da direção das mudanças no nosso mundo e de quais são as ameaças que precisam ser previstas em razão delas – sem falar na escassez de ideias realistas de como lidar com elas. Apesar do dilúvio de dados e opiniões disponíveis hoje, não temos uma bússola confiável, ou seja, um quadro de referência claro para ajudar a dar sentido às transformações que estão ocorrendo em todos esses domínios, cada vez mais interconectados.⁵

No campo da segurança e defesa, muitos dos desafios trazidos pela pós-modernidade não passam de antigas ameaças submetidas a uma nova dinâmica. Algumas formas de conflito são inéditas, embora também contem com antecedentes bastante remotos. Ainda assim, os tradicionais padrões de resposta do Estado têm se revelado anacrônicos e completamente ineficazes. As estruturas conceituais disponíveis continuam a guiar processos cognitivos apoiados em heurísticas e vieses, que divergem significativamente da realidade. Ou seja, os cenários atuais têm sido interpretados segundo preceitos rígidos e arcaicos, como se novos problemas devessem se subordinar a soluções preexistentes e não o contrário.

Os mais ortodoxos e conservadores refutam, categoricamente, uma releitura das questões afetas à segurança e defesa, advogando a atemporalidade de seus princípios fundamentais. Contudo, perigos reais e potenciais à sociedade se avultam, de forma inexorável, sem que disponhamos de ferramentas e mecanismos apropriados para seu enfrentamento – motivo pelo qual, no decurso das últimas décadas, o arriscado e oneroso uso do poderio bélico convencional tem se revelado tão pouco compensador. Por mero pragmatismo e prudência, portanto, devemos questionar nossos pressupostos.

Albert Einstein afirmou que “se tivesse uma hora para resolver um problema e [sua] vida dependesse dessa solução, passaria 55 minutos definindo a pergunta certa a se fazer”⁶. Dificilmente agimos dessa forma. Como discípulos inconscientes de Frederick Taylor e Henry Ford⁷, somos mais propensos à imediata aplicação dos rígidos processos para os quais fomos

⁴ Marcos Cavalcanti, “O Trabalho”, Instituto CPFL (*site*), 23 set. 2009, acesso em 3 out. 2018, <https://youtu.be/jW6wRlikgT4>.

⁵ Moisés Naím, *O fim do poder: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser?* (São Paulo: LeYa, 2013), p. 329.

⁶ Talita Abrantes, “5 Frases Geniais Sobre Criatividade para Seguir Ainda Hoje”, Exame (*site*), 26 jun. 2013, acesso em 12 out. 2018, <https://beatriziolanda.com/?p=4229>.

⁷ Stanley A. McChrystal, *Team of Teams: new rules of engagement for a complex world* (New York: Portfolio/Penguin, 2015), p. 36-48.

“mecanicamente” treinados, em detrimento de um estudo crítico mais amplo do problema. Por conseguinte, em um mundo globalizado e profundamente afetado pela revolução digital, estadistas, soldados, juristas, acadêmicos, analistas de inteligência, policiais, profissionais de mídia e representantes da sociedade civil, cada qual dentro de seu nicho de conhecimento, têm apresentado enormes dificuldades para estruturar problemas complexos relacionados à violência armada, tampouco se mostram capazes de pôr em execução soluções coerentes, eficazes e duradouras. Porquanto, seus matizes intelectuais permanecem atrelados à lógica linear, cartesiana e mecanicista, característica das sociedades industriais.

O cerne da questão reside no apego incondicional a modelos teóricos, com os quais pretendemos interpretar e justificar o conjunto de circunstâncias que nos envolve – a despeito de tais recursos se mostrarem, total ou parcialmente, antiquados. De acordo com o economista britânico John Maynard Keynes, “a dificuldade não está em adotar novas ideias, mas em se livrar das antigas”⁸.

A crença equivocada de que se adequar às exigências do século XXI restringe-se, tão somente, à mera aquisição de moderna tecnologia pode levar ao desperdício de vultosos investimentos e à frustração de estadistas e soldados que se mostram obcecados por sistemas de armas autônomos, inteligência artificial e guerras centradas em redes de computadores⁹. De fato, a simples incorporação de inovações tecnológicas, além de perceptível, é inevitável. O que não parece tão claro são os riscos de se empregar uma lógica antiquada para gerir novos recursos e reger novas dinâmicas, a exemplo do incontrolável choque de interesses que culminou com a deflagração da Grande Guerra em julho de 1914. Os líderes mundiais, em particular, deveriam ter isso sempre em mente, a fim de evitar que uma desnecessária sucessão de equívocos possa, mais uma vez, definir o curso da história.

Assim sendo, o ingresso da humanidade em uma nova era exige que os pressupostos básicos que tradicionalmente têm orientado o Estado na promoção de segurança e defesa sejam submetidos a uma análise isenta de preconceitos, vícios e paixões. Com o intuito de contribuir para esse debate, oferecendo uma abordagem epistemológica do tema, o presente artigo realizará uma breve descrição do desenvolvimento da estrutura conceitual disponível, desde a Paz de Vestfália, em 1648, até os dias atuais.

O advento do Estado moderno, a ordem vestfaliana e o conceito de segurança nacional

Na Idade Média, o Estado representava um ente quase imaginário, subordinando-se a instituições supra-estatais, especialmente, à Igreja. Além disso, sua autoridade, no plano doméstico, encontrava-se fragmentada nas mãos de senhores feudais e tiranetes semiautônomos que detinham, de fato, o poder político, social, econômico e militar no nível local. Essa realidade perduraria até a primeira metade do século XVII, já na Idade Moderna, quando, ao término da Guerra dos Trinta Anos, instituiu-se a Paz de Vestfália.

Em 1648, a luta entre católicos e protestantes, na Europa, chegava ao seu fim. Três décadas de guerras religiosas desprovidas de limites deixaram um continente destruído pelos

⁸ John Maynard Keynes, “The General Theory of Employment, Interest, and Money”, UMKC (*site*), 16 abr. 2003, acesso em 5 out. 2018, <https://cas2.umkc.edu/economics>.

⁹ Alessandro Visacro, *A Guerra na Era da Informação* (São Paulo: Contexto, 2018), p. 26.

combates, pela pilhagem, pela fome e pela doença. O impasse decorrente do esgotamento e da incapacidade de se alcançar uma vitória decisiva demonstrou que nenhum dos diversos reinos envolvidos no conflito estava em condições de se sobrepor aos demais, instaurando a unidade política e religiosa necessária à consolidação de um império. Assim sendo, quando os responsáveis pelas negociações de paz se reuniram nas cidades de Münster e Osnabrück, na região da Vestfália (na atual Alemanha), viram-se obrigados a adotar como ponto de partida o reconhecimento da fragmentação política da Europa¹⁰. Em termos práticos, admitia-se que uma nova dinâmica entre os poderes lá existentes deveria ter como fundamento precípua a autoridade soberana de cada Estado sobre seu próprio território e sobre o contingente populacional que o habitasse. Dessa forma, destacou Henry Kissinger, “o Estado (não o império, a dinastia ou a confissão religiosa) foi consagrado como a pedra fundamental da ordem europeia”¹¹.

A Paz de Vestfália tornou-se, portanto, responsável pelo advento do moderno Estado-nação – antítese do Estado medieval. De acordo com Russell Handy et al.:

Os termos [dos tratados de Münster e Osnabrück] reconheciam o direito soberano de cada Estado sobre seu território, povo e política externa, em bases iguais. Além disso, os tratados “formalizavam” o recurso da guerra como uma ferramenta política à disposição de líderes políticos reconhecidos internacionalmente, tornando-os responsáveis por ações militares inaceitáveis. Portanto, a soberania conferiu a líderes políticos formalmente reconhecidos o domínio exclusivo sobre o território e o povo dentro de suas fronteiras, livre da interferência de outros governantes.¹²

O Estado moderno compõe-se de três elementos essenciais, a saber: povo, território e soberania. Para muitos juristas e doutrinadores, a finalidade (ou valor social), consubstancial na tarefa estatal precípua de promoção do bem comum, representa um quarto componente fundamental. Povo e território constituem os elementos materiais, sobre os quais a soberania traduz o poder formal do Estado. Para ser efetiva, a soberania deve se mostrar absoluta, perpétua, inalienável, una, indivisível, imprescindível e, naturalmente, ser uma prerrogativa exclusiva do Estado – que goza de legitimidade na medida em que o exercício dessa soberania se reveste de valor social, tendo o bem comum como fim¹³.

Com a ordem internacional gerada a partir da Paz de Vestfália inteiramente apoiada no protagonismo do Estado, a política externa passou a ser regida segundo a primazia absoluta do interesse nacional. A *raison d’État* e o obstinado exercício da *realpolitik* tornaram-se os alicerces de uma diplomacia excessivamente pragmática, cujos fundamentos doutrinários foram consagrados, séculos mais tarde, sob a égide da escola realista de Hans Morgenthau.

10. Ibid., p. 82 e 83.

11. Henry Kissinger, *Ordem Mundial* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2015), p. 33.

12. Russel Handy, Michael J. Forsyth e Joseph Kunkel, “Sovereignty-in-Being: A Dangerous New Model for Territorial Expansion in the 21st Century”, *InterAgency Journal* 9, no. 2 (2018): p. 52.

13. Dalmo de Abreu Dallari, *Elementos de Teoria Geral do Estado* (São Paulo: Saraiva, 2013), p. 79.

Nesse contexto, não surpreende que a principal destinação do instrumento militar tenha se tornado a defesa da soberania do Estado e de seus interesses vitais ante ameaças provenientes de outros Estados nacionais. Assim surge, portanto, o conceito de “segurança nacional” segundo uma concepção eminentemente estatocêntrica e militarista.

Durante os três séculos compreendidos entre o fim da Guerra dos Trinta Anos e o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, segurança nacional foi o verdadeiro fiel da balança entre guerra e paz. Era, sobretudo, em seu nome que irrompiam as conflagrações entre os povos. Via de regra, a salvaguarda do poder soberano do Estado sobre seus elementos materiais, especialmente, sua integridade territorial, constituía a principal razão *jus ad bellum*, isto é, o direito de se fazer a guerra entendida como justa (figura 1).¹⁴

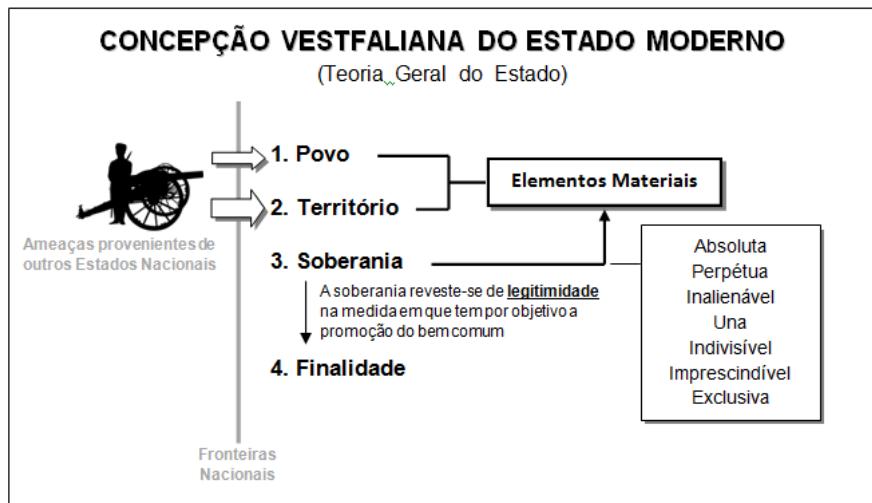


Figura 1 – Elementos essenciais do Estado moderno. (Fonte: o autor)

De acordo com Mariana Moreira e Silva, “tradicionalmente, a defesa de um país é (ou era) relacionada direta e unicamente com o conceito de segurança externa, ou seja, voltada somente para o caso de confronto ostensivo entre dois Estados”¹⁵. Embora os exércitos fossem frequentemente requeridos para suprimir revoltas internas e debelar insurreições, quase sempre se valiam da mesma lógica que norteava a guerra entre Estados, recorrendo, portanto, a expedições punitivas e represálias brutais que invariavelmente atingiam civis inocentes de forma indiscriminada¹⁶.

Naturalmente, o Estado também era responsável pela manutenção da lei e da ordem pública no plano doméstico, bem como pela proteção dos direitos e garantias individuais no nível comunitário. Mas essa atribuição estava restrita ao escopo da “segurança pública”. Estabelecia-se, assim, a distinção básica entre o soldado e o policial. Enquanto o Estado outorga ao primeiro a responsabilidade pelo uso da legítima força coercitiva contra pessoas alheias à sua coletividade, atribui ao segundo a mesma responsabilidade sobre indivíduos pertencentes ao próprio agrupamento social.

¹⁴Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 83-85.

¹⁵ Mariana Moreira e Silva, “O papel da AGU na defesa das forças armadas em sua atuação na garantia da lei e da ordem” (trabalho de conclusão de curso, Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 2016), p. 11.

¹⁶Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 110.

Todavia, essa segregação de papéis nem sempre é tão clara. Forças irregulares nativas que colocam em risco a existência do Estado, como grupos insurgentes e organizações terroristas, por exemplo, frequentemente demandam uma resposta militar, ampliando o escopo da segurança nacional e incorporando-lhe, também, uma dimensão interna. Mas segurança interna, ao menos em tese, não se confunde com segurança pública. Porquanto, mantém-se estritamente orientada para a defesa do Estado, não do indivíduo. Tal fato explica por que a rebelião camponesa em Canudos (1896-1897), por exemplo, foi considerada um problema de segurança nacional, enquanto o fenômeno do cangaço, que perdurou na mesma região entre os anos de 1879 e 1940, foi tratado como mero banditismo e, portanto, circunscrito à esfera da segurança pública (tabela 1)¹⁷.

Segurança Interna	Segurança Pública
Segurança proporcionada ao próprio <u>Estado</u> , antepondo-se a ameaças internas, com vista a assegurar o pleno funcionamento de suas instituições políticas e sociais.	Segurança proporcionada pelo Estado aos <u>indivíduos</u> , incluindo seus bens e direitos, segundo as normas jurídicas estabelecidas.
Ameaça à estrutura político-social vigente.	As ameaças à segurança pública não agride diretamente a estrutura político-social vigente.
Compete, também, às forças armadas.	Compete, essencialmente, às forças policiais de segurança pública.

Tabela 1 – Principais distinções entre os conceitos de segurança interna e segurança pública (Fonte: Visacro, 2009)

Segundo Anatole Rapoport, “a personificação do Estado como entidade com uma única vontade foi um conceito natural da era da monarquia absoluta, quando os interesses das unidades políticas se identificavam com os apetites dos seus príncipes”¹⁸. Cabe destacar que a ordem internacional criada na Europa do século XVII encontrava-se alicerçada em bases pragmáticas, isto é, um equilíbrio de poder tangível entre diferentes países. Porém, séculos depois, quando o sistema vestfaliano foi ampliado para abranger as nações que surgiram do desmantelamento dos impérios coloniais europeus, o reconhecimento da soberania dos Estados em condições igualitárias se apoiou, evidentemente, em um ideal e não mais em uma realidade irrefutável. Ademais, “a diplomacia europeia não se baseava na natureza pacífica dos Estados, mas em sua propensão à guerra, que precisava ser desestimulada ou compensada em equilíbrio. Alianças se formavam na busca de objetivos definíveis e específicos, não na defesa da paz em termos abstratos”¹⁹.

¹⁷ Alessandro Visacro, *Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história* (São Paulo: Contexto, 2009), p. 321-323.

¹⁸ Carl Von Clausewitz, *Da Guerra* (Lisboa: Martins Fontes, 1979), p. 47.

¹⁹ Henry Kissinger, *Diplomacia* (São Paulo: Saraiva, 2012), p. 196.

Por trezentos anos, foi possível estabelecer clara distinção entre segurança nacional e segurança pública, atribuindo-se à primeira, em virtude de diversos fatores, primazia sobre a segunda. A figura 2 ilustra a abordagem cartesiana de ambos os conceitos. Essa visão anacrônica, ainda hoje, prevalece nos círculos especializados e perpassa, de um modo geral, toda a sociedade.

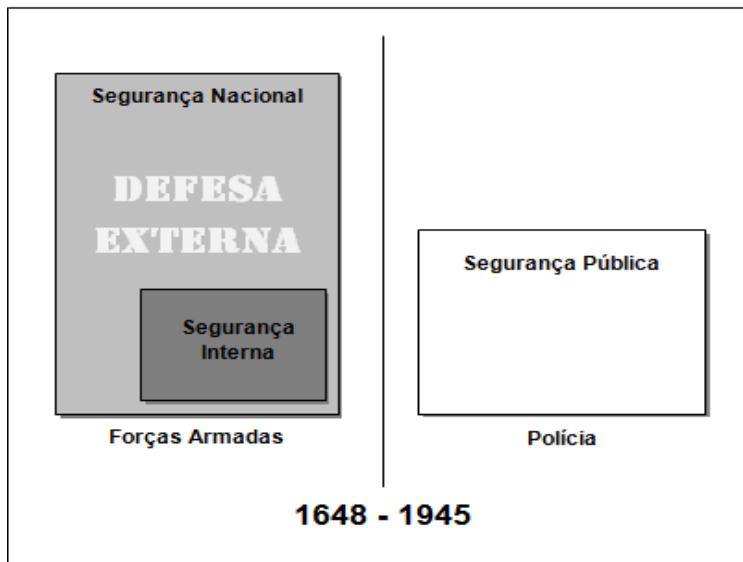


Figura 2 – Relação entre segurança nacional e segurança pública, desenvolvida durante o período compreendido entre o fim da Guerra dos Trinta Anos e o término da Segunda Guerra Mundial. (Fonte: o autor)

O impacto da Revolução Francesa e da Revolução Industrial

Na Europa absolutista, a coroa não se prestava tão somente como núcleo irradiador dos instrumentos de poder. Acima de tudo, a figura real personificava o elemento aglutinador em torno do qual se dava forma à noção de Estado. Desafortunadamente, não foram os valores de “liberdade, igualdade e fraternidade”, propugnados pelos revolucionários franceses, que substituíram o ente do rei como amálgama do Estado. No final do século XVIII, esse ideário ainda não passava de mera abstração e, portanto, possuía pouca aplicação prática. Com o rápido avanço do pensamento iluminista e o declínio das monarquias absolutas, foi a *identidade nacional de base étnica* que, efetivamente, serviu a esse propósito.

De acordo com o consenso emergente no século XIX, a lealdade a um Estado nacional era incompatível com o pluralismo de culturas, como observou o historiador Howard Sachar²⁰. Além disso, parafraseando Henry Kissinger, nacionalismo sem democracia torna-se chauvinista²¹. Não por acaso, uma onda de ufanismo xenófobo trouxe consequências catástroficas para a Europa e o resto do mundo na primeira metade do século XX.

²⁰ Howard Sashar, *História de Israel* (Rio de Janeiro: A. Hoogan, 1989), v. I, p. 4.

²¹ Henry Kissinger, *Diplomacia*, p. 115.

Todavia, em contraposição à perspectiva eminentemente nacionalista derivada da Revolução Francesa, uma visão materialista adveio da Revolução Industrial. A demanda crescente por mão de obra fabril deu origem a uma nova classe social, o proletariado. Suas degradantes condições de subsistência propiciaram o surgimento de diferentes correntes socialistas, dentre as quais o anarquismo e o marxismo forneceram novos fundamentos ideológicos à guerra revolucionária²².

De acordo com Karl Marx e Friedrich Engels, “a história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes”²³. Ou seja, segundo a ótica nacionalista, a raça humana se divide em cortes verticais, que separam os diferentes povos. A interpretação marxista, ao contrário, pressupõe a existência de cortes horizontais, cuja natureza se sobrepõe às fronteiras nacionais, segregando a humanidade em diferentes classes sociais (figura 3). Em ambos os casos, a relação entre povos ou classes sociais era regida, eminentemente, pelo confronto ininterrupto.

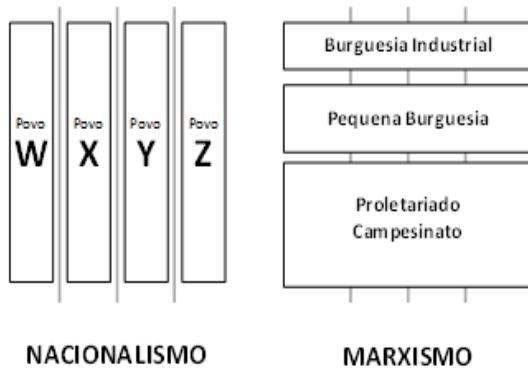


Figura 3 – Perspectivas nacionalista e marxista da humanidade. (Fonte: o autor)

Embora o pensamento socialista tenha proporcionado inegáveis contribuições, a obtusa fidelidade ao materialismo histórico – dogma do socialismo científico – representa um dos maiores obstáculos à correta compreensão das questões de segurança e defesa no século XXI. Trata-se de um preceito anacrônico, ainda profundamente arraigado graças à intransigência ideológica ou indolência intelectual, e que se mostra, com o reducionismo que lhe é intrínseco, insuficiente para destrinçar os complexos problemas relacionados à violência armada na sociedade pós-moderna, dificultando, sobremaneira, a formulação de soluções objetivas.

Em termos estritamente militares, a Revolução Francesa propiciou o retorno à “guerra total”, da qual Napoleão foi seu maior artífice e Clausewitz seu maior ideólogo. Quando a guerra total incorporou a tecnologia advinda da Revolução Industrial, forjou-se o “paradigma da guerra industrial entre Estados”²⁴, que atingiu seus píncaros na primeira metade do século XX com as duas confrontações mundiais. A concepção minimalista representada pela figura 4 ainda exerce enorme influência e fascínio sobre a cosmovisão dos soldados.

²²Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 45.

²³Karl Marx e Friedrich Engels, *O Manifesto Comunista* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998), p. 9.

²⁴Rupert Smith, *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno* (Lisboa: Edições 70, 2008), p. 51.

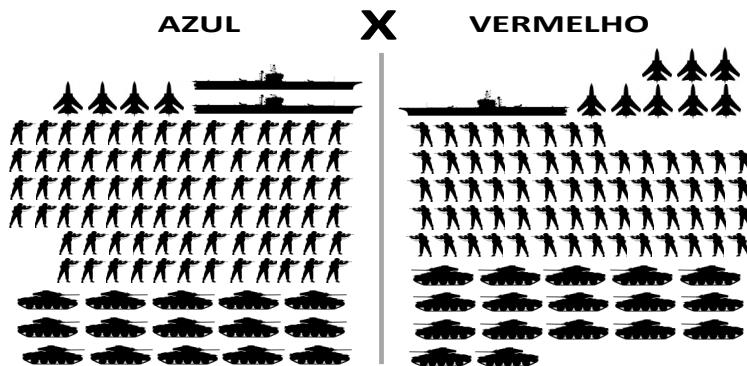


Figura 4 – O modelo de guerra industrial entre Estados. (Fonte: o autor)

A Guerra Fria

Durante a Guerra Fria, o impasse gerado pelo equilíbrio dos arsenais atômicos norte-americano e soviético, por mais tenebroso que fosse, evitou o choque direto entre as duas superpotências que emergiram dos escombros da Segunda Guerra Mundial. Os riscos inaceitáveis de uma hecatombe nuclear, postulados de acordo com a teoria da “Destrução Mútua Assegurada” (MAD, da sigla em inglês), descartaram a opção de um confronto aberto, na Europa, entre as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte e do Pacto de Varsóvia. Assim sendo, o conflito foi traspassado para a via indireta do Terceiro Mundo e, a partir de 1945, a humanidade presenciou uma acentuada redução de guerras entre Estados, enquanto se dava uma incontida proliferação de “conflitos de baixa intensidade”²⁵. De acordo com Eric Hobsbawm, “o número de guerras internacionais diminuiu de maneira praticamente contínua desde meados da década de 1960, quando os conflitos internos passaram a ser mais comuns do que as guerras entre países”²⁶.

Além das guerras de libertação nacional decorrentes do processo de descolonização, disputas internas pelo poder provocaram um grande número de guerras civis em Estados frágeis, sem tradição democrática, cujos governos se mostravam incapazes de fortalecer a coesão interna e superar o desafio do desenvolvimento econômico em curto prazo. Muitos conflitos combinavam dissensões étnicas, ideologia revolucionária e a velada ingerência de governos estrangeiros, especialmente Washington e Moscou. Dessa forma, algumas guerras “transbordaram” as fronteiras políticas de seus respectivos países e se internacionalizaram, causando impacto regional e reflexos globais significativos²⁷.

A dinâmica dos conflitos internos, orientada para a supressão de movimentos revolucionários e a erradicação de organizações de luta armada, impôs uma nova relação entre os conceitos de segurança nacional e segurança pública. Afinal, a luta contra grupos de guerrilha e células terroristas exigia maior integração e complementaridade entre forças militares e policiais, com o propósito de assegurar a consecução dos objetivos definidos no escopo da segurança interna. Naturalmente, a segurança nacional ainda se sobreponha à segurança pública (figura 5).

²⁵Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 30 e 86.

²⁶Eric Hobsbawm, *Globalização, democracia e terrorismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 2007), p. 23.

²⁷Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 86.

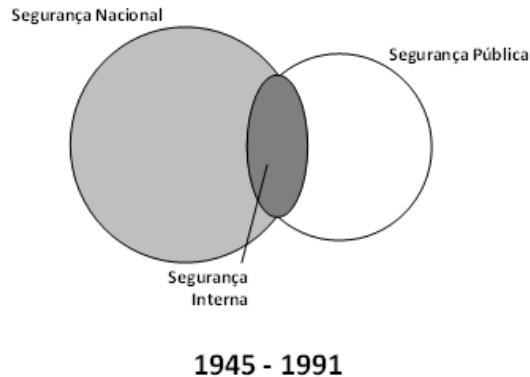


Figura 5 – Relação entre segurança nacional e segurança pública durante o período da Guerra Fria.
(Fonte: o autor)

A eliminação de Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional, por exemplo, na alameda Casa Branca, em 4 de novembro de 1969, foi levada a cabo pelo Departamento de Ordem Pública e Social da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo²⁸. Por outro lado, a neutralização do malfadado foco guerrilheiro instalado nas selvas do sul do Estado do Pará pelo Partido Comunista do Brasil, entre os anos de 1972 e 1974, coube às Forças Armadas²⁹.

É digno de nota que, nesse mesmo período, em face da intensa proliferação de guerras de libertação nacional e guerras civis ao redor do planeta, tenha sido adotado, em 8 de junho de 1977, o Protocolo Adicional II às Convenções de Genebra de 1949³⁰. As quatro Convenções de Genebra e o Protocolo I (também de 1977) representam os diplomas legais consonantes com o arraigado paradigma da guerra industrial entre Estados. O Protocolo II surgia, à época, como resposta aos desafios impostos pelos “conflitos de baixa intensidade”. O tratado, ainda em vigor, tem por objetivo instrumentalizar a aplicação dos princípios que regem o Direito Internacional Humanitário em caso de “conflito armado não internacional”³¹.

Os responsáveis pela formulação desse instrumento normativo basearam-se, sobretudo, no perfil das guerras de descolonização que, em termos práticos, se findaram em 1975. De certa forma, portanto, o Protocolo II surgiu, de antemão, com contornos defasados, além de existirem outros óbices significativos à sua efetiva implementação em contextos que envolvem violência armada não estatal. Ademais, como adverte o coronel do Exército Brasileiro Carlos Frederico Cinelli: “o problema é que um alegado anacronismo da norma é sempre um pretexto para sua não aplicabilidade, sobretudo no direito internacional, em que não há um instrumento coercitivo supranacional”³².

²⁸Emiliano José, *Carlos Marighella: o inimigo público número um da ditadura militar* (São Paulo: Sol & Chuva, 1997), p. 21 e 22.

²⁹Hugo Studart, *A Lei da Selva* (São Paulo: Geração Editorial, 2006), p. 16.

³⁰Frédéric De Mulinén, *Manual Sobre El Derecho de la Guerra para las Fuerzas Armadas* (Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 191), p. xxiv.

³¹Ângelo F. Faccioli, *Direito internacional humanitário: guerras e conflitos armados* (Curitiba: Juruá, 2015), p. 31.

³²Carlos F. Cinelli, *Direito internacional humanitário: ética e legitimidade no uso da força em conflitos armados* (Curitiba: Juruá, 2016), p. 141.

A Escola de Copenhagen e o conceito de segurança humana³³

Mesmo após o término da Guerra Fria em 1991, manteve-se elevado o número de conflitos protagonizados por atores armados não estatais e, por conseguinte, à margem da ordem internacional idealizada segundo o modelo vestfaliano (figura 6).

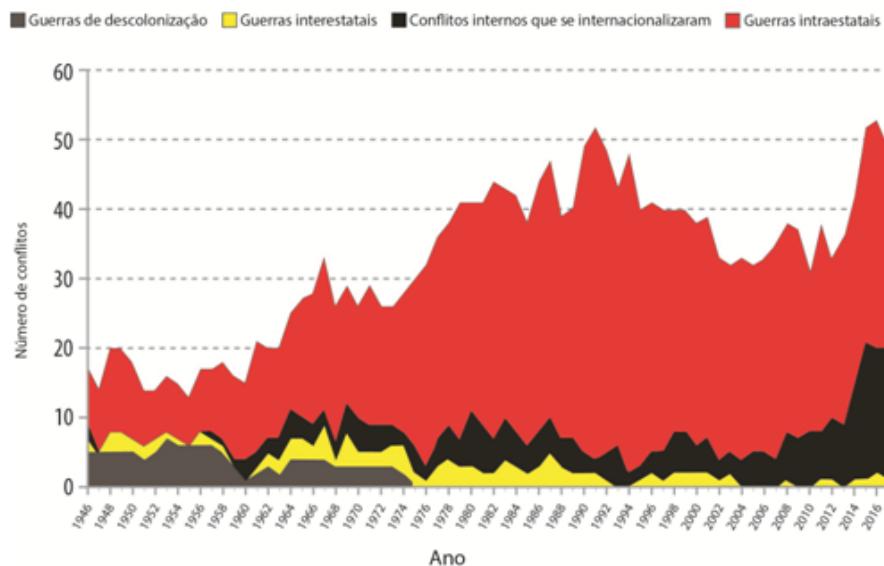


Figura 6 – Natureza dos conflitos armados (1946-2017).

(Fonte: Petersson, Terese; Eck, Kristine, 2018. *Organized violence, 1989-2017. Journal of Peace Research. 55(4): 535-547 / Uppsala Conflict Data Program / Adaptado por Military Review 1º Trim, 2019, p. 24; tradução do autor)*

Já na década de 1980, muitos acadêmicos passaram a postular uma redefinição do conceito de segurança segundo um enfoque mais abrangente. Para eles, a ideia de segurança nacional, *strictu sensu*, mostrava-se incapaz de proporcionar um enquadramento lógico ao grande número de conflitos intraestatais, além de se revelar um obstáculo a quaisquer outras formas de relações internacionais que não fossem fundamentalmente regidas pela competição entre os Estados.

Em 1985, na capital dinamarquesa, foi criado o Instituto de Pesquisas da Paz, mais conhecido como Escola de Copenhagen. O instituto tornou-se um importante centro do pensamento crítico, advogando que as análises de segurança não poderiam se submeter, tão somente, a um enfoque puramente militar. Ao contrário, deveriam incorporar também considerações mais amplas de caráter econômico, social, político e ambiental. Seu ideário tornou-se um contraponto ao realismo tradicional.

Dentre os principais intelectuais da Escola de Copenhagen, Barry Buzan exerceu notável influência sobre os debates de ampliação da agenda de segurança internacional. Com uma abordagem holística bem estruturada, introduziu, em última análise, uma nova perspectiva de paz, que não se restringia apenas à ausência de guerras convencionais entre Estados soberanos.

³³Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 87-100.

No ano de 1994, o relatório sobre o desenvolvimento humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) trouxe o conceito de “segurança humana”, incorporando-o à agenda do mundo pós-Guerra Fria. A ideia de segurança humana revelou-se bastante inovadora na medida em que se contrapôs à consagrada doutrina da segurança nacional, cujo foco se mantém centrado na defesa e na proteção do próprio Estado enquanto instituição e ente jurídico. A tabela 2 apresenta uma síntese comparativa entre o tradicional conceito de segurança nacional e a proposta apresentada, na década de 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

Fatores de comparação	SEGURANÇA NACIONAL	SEGURANÇA HUMANA
1. Core	Conceito centrado na segurança do Estado	Conceito centrado na segurança da pessoa humana
2. Concepção	Estatocêntrica e militarista	Concepção multidisciplinar
3. Marco doutrinário	Escola realista (Hans Morgenthau)	Escola de Copenhague (Barry Buzan) Relatório sobre Desenvolvimento Humano do PNUD, 1994
4. Para quem é a segurança?	O objeto da segurança é o Estado (o Estado é o fim)	O objeto da segurança é o indivíduo (o Estado é o meio)
5. Segurança	Defesa e proteção do território nacional	Salvaguarda das garantias individuais básicas
6. Qual valor deve ser protegido? (enfoque sobre os elementos constitutivos do Estado moderno)	A soberania do Estado sobre seus elementos materiais, sobretudo a integridade territorial	A <u>finalidade</u> ou valor social: tarefa estatal precípua de promoção do bem comum, materializada na promoção e salvaguarda dos Direitos Humanos
7. Ameaças à segurança	Outros Estados	Violência intra e interestatal Ameaças transnacionais (terrorismo, crime organizado etc.) Endemias Desastres naturais Chagas sociais e econômicas (violência estrutural: atraso econômico, iniquidade, miséria etc.)
8. Foco	Na prevenção de conflitos por meio da dissuasão militar Na resolução de conflitos por meio da intervenção militar	Na prevenção de conflitos por meios não militares
9. Meios	Militares	Prevalência de meios não militares

Fatores de comparação	SEGURANÇA NACIONAL	SEGURANÇA HUMANA
10. Obtenção e manutenção da paz	Hegemonia de uma potência ou equilíbrio do poder (<i>"conquista da paz"</i>)	Condições favoráveis de desenvolvimento socioeconômico Promoção e proteção dos Direitos Humanos (<i>"construção da paz"</i>)
11. Premissas	As relações internacionais são regidas exclusivamente pelo interesse dos Estados	- Os Estados não são os únicos atores importantes. - A força não é o único instrumento significativo. - A segurança internacional vai além das questões militares. - A segurança internacional é transnacional, global e interdependente. - O conceito de segurança internacional centrado no poderio bélico convencional é insuficiente para explicar (e solucionar) todas as questões de segurança.
12. Atores	Estados	Estados, organismos internacionais, ONGs, atores não estatais responsáveis por ameaças à sociedade e ao indivíduo (organizações terroristas, grupos insurgentes, facções criminosas etc.)
13. Dimensões <u>interdependentes</u>	Diplomática (calcada no poderio bélico convencional) Militar	<i>Freedom from Wants</i> (dignidade da pessoa humana) 1. Segurança econômica; 2. Segurança alimentar; 3. Segurança sanitária; 4. Segurança ambiental; <i>Freedom from Fear</i> (segurança física) 5. Segurança pessoal; 6. Segurança comunitária; e 7. Segurança política.
14. Relação preponderante entre os Estados	Competição	Cooperação
15. Segurança proporcionada	Pela <u>capacidade militar</u>	Pelo <u>desenvolvimento humano</u> , ainda que o Estado detenha o monopólio da aplicação da legítima força coercitiva para salvaguardar direitos individuais e coletivos.

Tabela 2 – Quadro comparativo Segurança Nacional versus Segurança Humana (Fonte: Visacro, 2018)

Embora o termo apresentado pelo PNUD há pouco mais de 20 anos tenha se tornado lugar comum no âmbito das relações internacionais, até o presente momento, nenhum Estado de efetiva relevância no concerto das nações incorporou-o, verdadeiramente, como dogma fundamental na formulação de sua política de defesa. Os adeptos da escola realista ainda conservam sua hegemonia.

Na verdade, o conceito de segurança humana torna-se pleno de ambiguidades e incongruências quando confrontado com os múltiplos desafios inerentes à sua aplicação. Todavia, seu teor pode ser entendido como um ponto de partida para uma interpretação holística, multidisciplinar e multidimensional acerca das questões que envolvem guerra e paz. Assim sendo, estabeleceu-se, a partir de meados da década de 1990, uma dicotomia entre segurança humana, enquanto inovação doutrinária, e a consagrada perspectiva binária “segurança nacional/segurança pública” (figura 7).

Pós-Guerra Fria (Escola de Copenhagen)

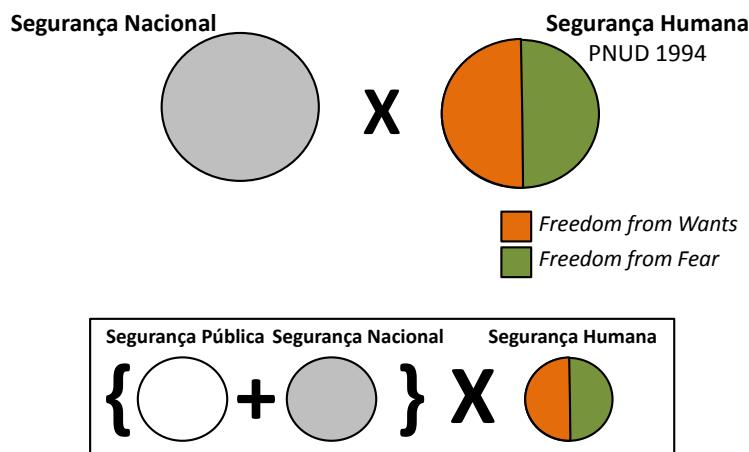


Figura 7 – Novas concepções de segurança no mundo pós-Guerra Fria. (Fonte: o autor)

Convergência e Hibridização

Os desafios inerentes ao século XXI não se restringem ao impacto de tecnologias advindas da revolução digital. A humanidade se defronta, hoje, com um fluxo sem precedentes de pessoas, ideias, serviços, bens e capital. Além disso, modificações nos padrões migratórios, pressões demográficas, urbanização incontida e degradação ambiental se somam a mudanças políticas, transformações econômicas globais e, sobretudo, profundas alterações nas expectativas, valores e normas sociais. De acordo com Moisés Naím: “negar o papel crucial das tecnologias de informação, especialmente das mídias sociais, nas mudanças que estamos assistindo seria tão equivocado quanto explicar essas mudanças apenas como resultado da adoção disseminada dessas tecnologias”³⁴.

Em termos práticos, a pós-modernidade impôs uma redefinição daquilo que entendíamos como *tempo, distância e poder*. Em uma era de comunicações instantâneas, na qual pessoas se conectam automaticamente a qualquer lugar do planeta, não é difícil admitir a virtual abolição do tempo e da distância³⁵. Entretanto, a decomposição do poder, decorrente da ascensão de pequenos atores em todos os campos da atividade humana, talvez não seja tão evidente. Recorrendo, uma vez mais, ao escritor venezuelano:

³⁴ Naím, *O fim do poder*, p. 33.

³⁵ Hobsbawm, *Globalização, democracia e terrorismo*, p. 37.

Hoje em dia, o que está mudando o mundo tem menos a ver com a rivalidade entre mega-atores do que com a ascensão de *micropoderes* e sua capacidade de desafiar com sucesso os *mega-atores*. [...] não é mais o poder massivo, esmagador e com frequência coercitivo das grandes organizações com muitos recursos e longa história, mas sim o poder de vetar, contrapor, combater e limitar a margem de manobra dos grandes atores. É negar ‘aos grandes de sempre’ espaço de ação e influência que sempre foram dados como certos. É um poder que nasce da inovação e da iniciativa, sem dúvida, mas também do fato de que há cada vez mais espaço para os micropoderes empregarem técnicas como o voto, a interferência, o desvio de atenção, o adiamento das decisões ou a surpresa. As táticas clássicas dos rebeldes em tempos de guerra estão agora disponíveis e mostram eficácia em muitos outros campos.³⁶

É dentro desse contexto de degradação de “tempo, distância e poder” que se dá o fenômeno da *convergência*, isto é, a interatividade e *hibridização* de diversas redes de ilícitos em escala global³⁷. Grupos insurgentes, organizações terroristas, facções criminosas e, não raro, Estados pouco comprometidos com valores democráticos e preceitos humanitários compartilham interesses, métodos e objetivos, estabelecendo dinâmicas de cooperação apoiadas em atividades legais, ilegais e informais (figura 8).

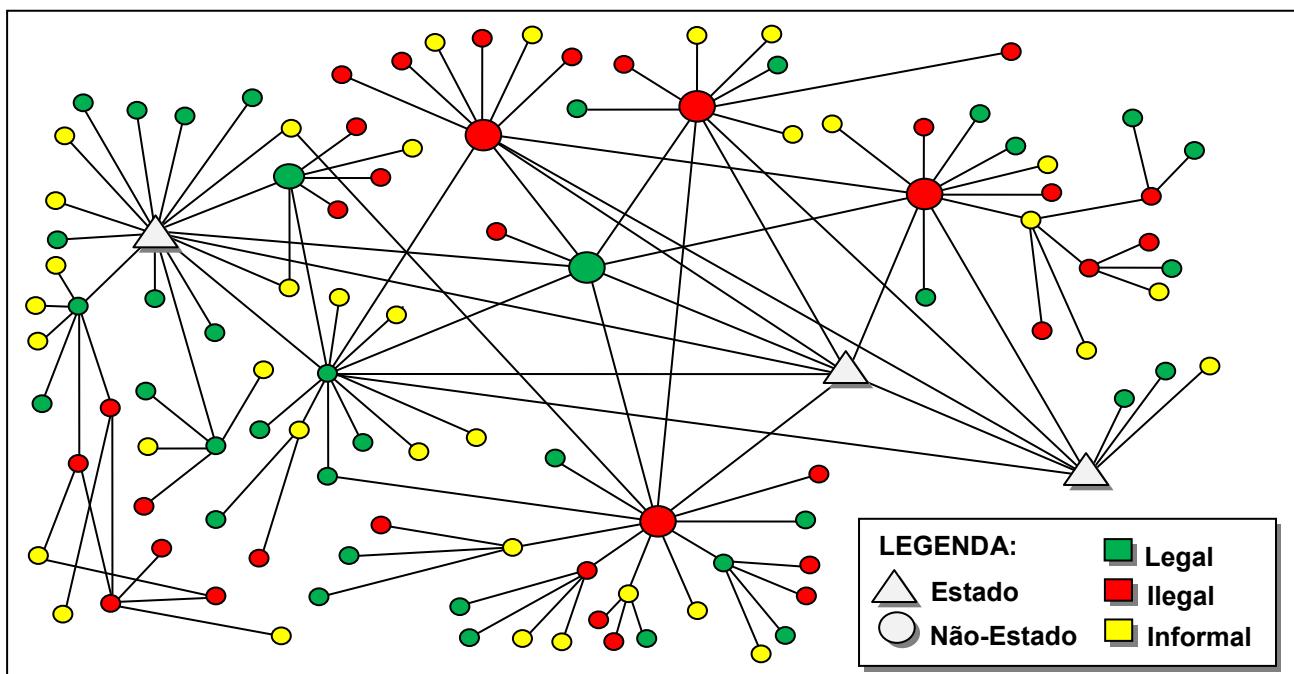


Figura 8 – Convergência e hibridização. (Fonte: o autor)

³⁶Naím, *O fim do poder*, p. 31, 37 e 38.

³⁷Hilary Matfess e Michael Miklaucic, *Beyond Convergence: world without order* (Washington: Center for Complex Operations Institute for National Strategic Studies/National Defense University, 2016), p. x.

Com conectividade ilimitada, surgem “*networks de networks*” caracterizadas por enorme alcance, capilaridade, multiplicidade, velocidade e redundância. Ou seja, a convergência dá forma a *sistemas complexos adaptativos*, que não podem ser interpretados de acordo com a ortodoxia que rege os tradicionais preceitos de segurança e defesa. Por conseguinte, os processos cognitivos apoiados, exclusivamente, na usual lógica cartesiana se mostram ineficazes e suas soluções são inócuas, sobretudo porque essas estruturas são extremamente resilientes e apresentam notável capacidade regenerativa (compare as figuras 4 e 8).

De acordo com André Luís Woloszyn:

O término da Guerra Fria e o início do processo de globalização econômica podem ser considerados os marcos nos quais surgiram grande número de organizações paraestatais, que visualizaram a possibilidade de lucros em mercados em expansão e fronteiras recentemente abertas, o que ocasionou múltiplas facilidades para a comercialização e transporte de diversos materiais provenientes de atividades ilícitas. [...] As diversas formas de violência vêm se desenvolvendo em razão, sobretudo, da interconectividade global e da facilidade de acesso a redes informais de comércio ilegal (drogas ilegais, armas, explosivos e tecnologia), recriando um ambiente de guerrilha urbana mais sofisticado do que aquela praticada nas décadas de 1960 e 1970.³⁸

Segundo Hilary Matfess e Michael Miklaucic, “o escopo e as dinâmicas da convergência de redes de ilícitos indicam que este fenômeno está penetrando em novos domínios e mercados, adquirindo novas características, em um processo de constante mutação e em uma velocidade muito difícil de acompanhar”³⁹.

Graças à convergência e à hibridização, as conexões entre atividades territorialmente dispersas se tornam mais fluidas, ignorando deliberadamente as fronteiras erguidas entre Estados soberanos. Vínculos flexíveis de interdependência, apoiados na vocação natural de espaços geográficos distintos, permeiam uma densa teia que interliga (1) remotas regiões produtoras de drogas; (2) rotas de tráfico, contrabando e infiltração de criminosos, terroristas e *foreign fighters*; (3) mercados consumidores em expansão, sobretudo, nas grandes cidades; (4) centros industriais e financeiros; (5) redutos para ocultação de ativos, captação de fundos, lavagem de dinheiro, disseminação de proselitismo, propaganda e recrutamento; (6) áreas conflagradas e zonas de conflito; (7) enclaves não governados e “santuários” de forças irregulares; e (8) paraísos fiscais. Por esse motivo, a violência no século XXI, em particular, a violência armada não estatal, não pode mais ser compreendida de forma segmentada, por meio de abordagens reducionistas. Ao contrário, exige uma análise sistêmica complexa – algo que, dificilmente, é feito.

O fenômeno da convergência representa, portanto, um imenso desafio à ordem vestfaliana. Afinal, a coexistência de insurgências nacionalistas, insurgências jihadistas e insurgências criminais conectadas, por meio de *networks* de alcance global, a frenéticas atividades ilícitas transnacionais, à delinquência desenfreada no nível local e ao obscuro exercício

³⁸ André Luís Woloszyn, *Ameaças e desafios à segurança humana no século XXI: de gangues, narcotráfico, bioterrorismo, ataques cibernéticos às armas de destruição em massa* (Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 2013), p. 13 e 85.

³⁹ Matfess e Miklaucic, *Beyond Convergence*, p. vii.

da real política expõem a fragilidade do sistema vestfaliano e, sobretudo, a crescente vulnerabilidade do Estado moderno. Com razão, André Luís Woloszyn adverte: “o avanço das organizações criminosas constitui-se em estratégica questão de segurança internacional”⁴⁰.

O coronel Eduardo de Oliveira Fernandes, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, explicou o fenômeno da convergência por meio de um “desenho assimétrico pós-moderno”⁴¹, no qual destaca a interseção entre atividades de guerra irregular, terrorismo doméstico e crime organizado (figura 9).



Figura 9 – Desenho assimétrico pós-moderno.
(Fonte: Eduardo de Oliveira Fernandes, 2012, p: 125)

Liddell Hart, um dos maiores pensadores militares do século XX, rotulou o general William Sherman, herói da Guerra de Secesão norte-americana (1861-1865), como o primeiro general da era industrial⁴². Talvez, o general Stanley Allen McChrystal possa ser considerado, com o mesmo rigor, o primeiro general da era da informação. Como comandante da Força-Tarefa 714, ele foi um dos principais responsáveis pela destruição da Al-Qaeda no Iraque, incluindo a eliminação de seu líder, o terrorista jordaniano Abu Musab al-Zarqawi, em 7 de junho de 2006⁴³. Segundo o general McChrystal:

Tanto no Iraque quanto no Afeganistão, as forças da coalizão [liderada pelos Estados Unidos] se encontravam lutando contra adversários não estatais resilientes, altamente adaptáveis e totalmente comprometidos, operando sem nenhuma das restrições impostas às tradicionais campanhas militares dos governos nacionais. A Al-Qaeda, o Talibã e o Estado Islâmico refletem um novo tipo de conflito que muitos conservadores ainda não reconhecem como guerra. Essas organizações desafiam caracterizações elementares como terroristas, insurgentes ou criminosos.⁴⁴

⁴⁰ Woloszyn, *Ameaças e desafios*, p. 19.

⁴¹ Eduardo de Oliveira Fernandes, *As ações terroristas do crime organizado* (São Paulo: Livrus, 2012), p. 125.

⁴² Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 48.

⁴³ Stanley A. McChrystal, *My share of the task: a memoir* (New York: Portfolio/Penguin, 2013), p. 215-236.

⁴⁴ Matfess e Miklaucic, *Beyond Convergence*.

Estado *versus* Estado: guerra híbrida e zona cinza⁴⁵

Os Estados nacionais, como entes políticos, ainda competem acirradamente entre si, guiados pela *raison d'état* e pelos preceitos realistas da escola de Hans Morgenthau. Todavia, têm diversificado as formas de enfrentamento e procurado reduzir a visibilidade de suas ações estratégicas, em face de uma opinião pública cada vez mais intolerante e impaciente, e menos disposta a arcar com os custos de uma guerra total. Guerra cibernética, guerra da informação, guerra psicológica, guerra não convencional e operações clandestinas (“black Ops”) são apenas alguns dos recursos largamente empregados, de modo conjugado, com alternativas não militares, visando a complementar, apoiar, ampliar e, sobretudo, evitar uma confrontação formal.

Especialmente, Rússia, China e Irã vêm desenvolvendo estratégias menos ortodoxas com o propósito de se anteporem à hegemonia militar norte-americana. Espectadores da surpreendente exibição de poderio bélico durante a Guerra do Golfo em 1991, esses países se convenceram de que os Estados Unidos haviam se tornado virtualmente imbatíveis em um campo de batalha convencional. Nenhuma outra força armada do planeta poderia confrontar-lhes, aventurando-se em um embate campal direto, conduzido de acordo com o paradigma da guerra industrial entre Estados.

Anos mais tarde, em fevereiro de 1999, dois oficiais da Força Aérea chinesa, Qiao Liang e Wang Xiangsui, publicaram um livro intitulado “A Guerra Além dos Limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização”. A obra propunha ações e procedimentos que transcendiam as usuais táticas militares, visando a compensar a inferioridade militar de países emergentes, como a China em particular, no caso de um conflito envolvendo meios de alta tecnologia⁴⁶. Segundo eles:

A guerra como nós a conhecíamos, descrita em termos gloriosos e dominantes, até a conclusão do recente conflito, marcando um ápice na história militar, deixou de ser considerada um dos mais importantes eventos no cenário mundial, e passou a ter a importância de um ator secundário. [...] A questão é que as forças multinacionais lideradas pelos Estados Unidos, operando na região desértica do Kuwait, marcaram o fim de um período, inaugurando, assim, uma nova era. [...] Tudo isso ainda é indeterminado. A única conclusão certa é a de que, a partir de agora, a guerra não será mais como sempre foi. [...] A guerra, que se submeteu às mudanças da moderna tecnologia e do sistema de mercado, será desencadeada de formas ainda mais atípicas. Em outras palavras, enquanto presenciamos uma relativa redução na violência militar, estamos evidenciando, definitivamente, um aumento na violência política, econômica e tecnológica.⁴⁷

⁴⁵ Alessandro Visacro, “Priorizando as Operações de Combate Convencional em Larga Escala: Como o Exército dos EUA Pretende Lutar e Vencer as Próximas Guerras”, *Military Review* 74, nº 1, Edição Brasileira (Primeiro Trimestre 2019): p. 12-27.

⁴⁶ Qiao Liang e Wang Xiangsui, *Unrestricted Warfare*, (Beijing: Peoples's Liberation Army Literature and Arts Publishing House, 1999). [O trecho traduzido foi extraído da versão em português intitulada “A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização”, tradutor desconhecido, disponível em <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/GUERRAALEMPLIMITES.pdf> – N. do T.]

⁴⁷ Ibid.

O atual Chefe do Estado-Maior Geral da Rússia, general Valery Gerasimov, também fez menção à adoção de estratégias mais ecléticas, não calcadas exclusivamente no uso do instrumento militar:

A ênfase no conteúdo dos métodos de enfrentamento está mudando em direção ao amplo emprego de medidas políticas, econômicas, diplomáticas, informacionais e outras medidas não militares, implementadas com o envolvimento do potencial de protesto de uma população. Formas e meios não militares de luta têm sido objeto de um desenvolvimento sem precedentes, adquirindo um caráter perigoso e, às vezes, violento.⁴⁸

Além disso, o conjunto de participantes de um conflito militar está se ampliando. Junto com forças regulares, o potencial interno de protesto de uma população vem sendo utilizado, assim como grupos terroristas e organizações extremistas. [...] Está havendo uma mudança de operações sequenciadas e concentradas para operações dispersas conduzidas simultaneamente em todas as esferas de confrontação e em remotos teatros de guerra.⁴⁹

Análises recentes demonstram que a conduta dos governos de Moscou, Pequim (Beijing) e Teerã parece se subordinar, claramente, a três premissas:

I. Um embate direto contra as Forças Armadas dos Estados Unidos seria extremamente desvantajoso e arriscado, portanto, deve ser evitado;

II. Outros meios, que não as alternativas militares tradicionais, devem ser empregados na consecução dos objetivos nacionais; isso significa atribuir maior ênfase às ações políticas, diplomáticas, geoeconômicas⁵⁰ e informacionais, em detrimento das ações no campo militar, bem como desenvolver outros métodos indiretos de engajamento, como, por exemplo, guerra não convencional, operações de informação e guerra cibernética; e

III. Dispor de poderio bélico convencional que, embora não seja suficiente para lhes assegurar uma vitória militar definitiva sobre os Estados Unidos, permita-lhes alterar a relação custo benefício de uma eventual intervenção norte-americana, tornando-a desvantajosa e criando, assim, um impasse estratégico do qual possam tirar proveito, explorando as ambiguidades e contradições do sistema internacional.

Dessa forma, as opções políticas e estratégicas traçadas pela Rússia, China e Irã se desenvolvem, em linhas gerais, de acordo com a seguinte sequência lógica:

1º) Emprego “agressivo” de meios não militares, apoiados por alternativas militares de efeito não cinético (não letais), sobretudo operações de informação e guerra cibernética. Isso lhes permite moldar o ambiente a seu favor, reduzindo progressivamente a influência e o poder de ingerência dos Estados Unidos em determinada área geográfica, ao mesmo

⁴⁸ Valery Gerasimov, “A Guerra Contemporânea e os Problemas Atuais para a Defesa do País”, *Military Review* 73, nº 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018): p. 45.

⁴⁹ Valery Gerasimov, “Russian General Staff Chief Valery Gerasimov’s 2018 Presentation to the General Staff Academy”, *Military Review* (Online Exclusive January 2019): p. 4, 30 jan. 2019, acesso em 10 jan. 2019, <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/Jan-Feb-2019/Gerasimov-Future>.

⁵⁰ O termo geoeconomia refere-se “ao uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos” – John F. Troxell, “Geoeconomia”, *Military Review* 73, nº 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018): p. 26-27.

tempo que lhes assegura expandir sua própria presença no âmbito regional. As iniciativas geoeconômicas empreendidas pelos chineses na África e na América Latina se prestam como exemplo, assim como as ações levadas a efeito por Teerã junto às forças políticas xiitas do Afeganistão, Iraque, Síria e Líbano.

2º) Emprego de meios militares para alcançar objetivos estratégicos, sem, contudo, provocar uma intervenção norte-americana. Isso significa admitir uma escalada violenta do conflito até um limite que anteceda uma ação decisiva do governo de Washington. Nessa fase, é possível observar o emprego limitado de forças convencionais, combinado com o hábil uso de ferramentas diplomáticas e informacionais, além de práticas de guerra não convencional, sobretudo, o intenso uso de *proxies*, como os russos têm feito apoiando os separatistas no leste da Ucrânia e por meio de milícias xiitas e do *Wagner Group*, uma companhia militar privada a serviço do Kremlin, na guerra civil síria⁵¹; bem como o Irã por meio do *Hezbollah* e do *Janud al-Madhi*, por exemplo.

3º) Eventual emprego de capacidades de antiacesso e negação de área (A2-AD, da sigla em inglês), valendo-se de sofisticados meios aéreos, navais e de defesa antimísseis, incluindo armas antissatélites, apoiados por operações de informação, atividades cibernéticas e de guerra eletrônica, a fim de restringir o ingresso de forças norte-americanas no teatro de operações.

O fato de Rússia, China e Irã desafiarem a hegemonia norte-americana retrata uma dinâmica multipolar muito próxima do cenário previsto por Samuel Huntington em sua controversa obra “O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial”⁵². Todavia, não são apenas esses três países que têm se valido de métodos heterodoxos para atingir seus objetivos nacionais.

Muitos governos, a fim de defenderem seus interesses vitais, têm estabelecido vínculos perniciosos com atividades clandestinas, sobretudo, com o terrorismo e o crime organizado transnacional. Cram-se, assim, relações obscuras, dentro das quais se torna difícil distinguir o quanto o Estado explora práticas ilícitas ou, até que ponto, redes criminosas utilizam a burocracia governamental. Esse é o caso, por exemplo, de narco-Estados e Estados que patrocinam o terrorismo. De acordo com os pesquisadores colombianos Vicente Torrijos e Luis Fernando Sarmiento, “vários Estados estão se servindo do fenômeno dos atores irregulares para promover seus interesses e alcançar objetivos estratégicos, de ordem política, econômica ou ideológica, criando lógicas de convergência”⁵³. Constata-se, portanto, que alguns governos incorporaram deliberadamente a seu “arsenal diplomático”: a corrupção; a lavagem de dinheiro; o tráfico de drogas e de armas de fogo; o contrabando; a captura de propriedade intelectual; a pirataria; a manufatura e o comércio de produtos falsificados etc.

Como destacou o general Gerasimov, o potencial de mobilização e protesto de um

⁵¹ Frederico Aranha, “Guerra Híbrida: desvendando a PMC Wagner”, Defesanet (*site*), 7 jul. 2018, acesso em 1 set. 2018, <https://www.defesanet.com.br>.

⁵² Samuel Huntington, *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial* (Rio de Janeiro: Bibliex, 1998).

⁵³ Vicente Torrijos e Luis Fernando Balaguera Sarmiento, “Tendencias Conceptuales que Definen la Evolución Actual de las Amenazas a la Seguridad y Defensa Nacional”, in *Desafíos para la Seguridad y Defensa Nacional de Colombia: Teoría y Praxis* (Bogotá: Escuela Superior de Guerra, 2017), p. 65, acesso em 21 jan. 2019, <https://esdeguilibros.edu.co/index.php/editorial/catalog/book/19>.

povo também se torna um componente fundamental na nova dinâmica geopolítica, a exemplo do que aconteceu com as chamadas Revoluções Coloridas – Revolução Rosa na Geórgia (2003), Revolução Laranja na Ucrânia (2004), Revolução do Cedro no Líbano (2005) e Revolução da Tulipa no Quirquistão (2005). Assim como a Primavera Árabe, que se iniciou, em 2010, com manifestações na Tunísia, se espalhou pelo Egito, Líbia, Bahrein, Iêmen e Síria; além de desestabilizar os governos do Marrocos, Jordânia e Líbano, transformando o panorama político do Oriente Médio e do Norte da África⁵⁴. A despeito da espontaneidade de alguns movimentos de massa, a erupção de distúrbios internos e o engajamento de “ativistas digitais” podem ser canalizados para a degradação do poder de Estados antagônicos. De acordo com o general Marshall Webb, antigo comandante de operações especiais dos Estados Unidos no continente europeu:

As condições de 2014 são diferentes daquelas de 1944, e as ferramentas com as quais a guerra não convencional é travada, hoje, diferem enormemente. Nós devemos deixar a visão nostálgica das remotas bases de guerrilha em territórios inacessíveis e nos adaptarmos a um mundo de comunicações instantâneas, transferência de dados, resistência não-violenta, guerra cibernética e econômica, e manipulação da lei internacional para minar a soberania nacional. [...] Na nossa era, é mais provável que a guerra não convencional assuma a forma de um movimento de resistência civil, ainda que manipulado por poderes estrangeiros, que provoque uma resposta violenta das autoridades, com o propósito de destruir a legitimidade do governo aos olhos da comunidade internacional. Empreender e enfrentar essa nova forma de guerra não convencional demanda grande sofisticação e agilidade.⁵⁵

Regimes ditoriais do Magreb e do Oriente Médio experimentaram a ameaça proveniente de “tribos urbanas” de jovens inconformados, desafiando o *establishment* e seu tradicional monopólio do uso da força. O engajamento extrarregional de ciberativistas como o grupo *Anonymous*, por exemplo, deu forma àquilo que Peter Fein chamou de “guerrilla information warfare”⁵⁶. Hackers desempenharam um papel decisivo em ludibriar as tentativas governamentais de censura e controle da mídia, potencializando e ampliando as manifestações de rua que, de outro modo, poderiam ter sido facilmente debeladas. Em 1998, um grupo de pesquisadores, do qual fazia parte John Arquilla, já havia chamado a atenção para um fenômeno denominado “social netwar”:

A revolução da informação está favorecendo e fortalecendo formas de organização em redes, enquanto, simultaneamente, torna as coisas mais difíceis para as tradicionais estruturas verticalmente hierarquizadas. O crescimento de *networks*

⁵⁴ David Kilcullen, *Out of the mountains: the coming age of the urban guerrilla* (Oxford: Oxford University Press, 2013), p. 170.

⁵⁵ Joseph L. Votel, Charles T. Cleveland, Charles T. Connell e Will Irwin, “Unconventional Warfare in the Gray Zone”, *JFQ* 80, (1st Quarter 2016): p. 107-108.

⁵⁶ Kilcullen, *Out of the mountains*, p. 182 e 191.

– especialmente *networks* abertas, nas quais cada nó está diretamente conectado a todos os demais nós – significa que o poder está migrando para as mãos de atores não estatais, que são capazes de se adaptar dentro de redes multiorganizacionais dispersas de forma mais rápida que os tradicionais e hierarquizados atores estatais. Isso significa que, cada vez mais, os conflitos serão travados por *networks*, em detrimento das “hierarquias”. Por conseguinte, quem quer que domine essas formas de redes terá maior vantagem sobre seus oponentes.⁵⁷

Esse cenário ambíguo e difuso tem colocado em grande evidência os conceitos de *guerra híbrida* e *zona cinza*. Segundo o coronel Paulo Cesar Leal, do Exército Brasileiro, a guerra híbrida emprega uma ampla gama de recursos, combinando ferramentas de guerra convencional e não convencional, a saber: forças regulares e irregulares, forças especiais, apoio a manifestações locais, guerra de informação, diplomacia, ataques cibernéticos e guerra econômica⁵⁸. De acordo com Hal Brands, o “conflito na zona cinza é uma atividade coercitiva e agressiva por natureza, mas deliberadamente concebida para permanecer abaixo dos limites de um conflito militar convencional”⁵⁹. Ou seja, “a Zona Cinza se caracteriza por uma intensa competição política, econômica, informacional e militar, mais acirrada que a diplomacia tradicional, porém inferior à guerra convencional”⁶⁰. O próprio general Gerasimov admite que “atualmente, o obscurecimento da distinção entre estado de guerra e de paz é óbvio”⁶¹.

Além de Estados nacionais que recorrem a estratégicas calcadas no conceito de guerra híbrida, Torrijos e Sarmiento chamam a atenção para aqueles atores não estatais que se converteram em “ameaças híbridas”:

As diferenças existentes entre os conflitos convencionais e irregulares estão se tornando cada vez mais tênues, permitindo aos atores não estatais incorporarem de forma contundente capacidades próprias de ambas as classes de conflito. [...] os atores híbridos são capazes de recorrer a táticas próprias dos exércitos regulares, enquanto desenvolvem atividades criminosas, atentados terroristas e empregam os últimos avanços tecnológicos a seu favor. [...] os atores irregulares que empregam a guerra híbrida podem recorrer ao potencial de protesto da população civil para se servirem de movimentos sociais e forças políticas transversais à sociedade [...] é possível afirmar que o novo centro de gravidade dessa classe de conflitos é a sociedade civil, a qual os atores híbridos buscam polarizar em seu favor. [...] De acordo com [o general] Gerasimov, o uso de meios não militares de natureza política, econômica, social, humanitária e informacional aumenta a efetividade dos atores híbridos para atingir seus objetivos políticos e estratégicos. [...] Os atores que recorrem a esse modo de fazer a guerra não buscam a elimina-

⁵⁷Ibid., p. 226.

⁵⁸Paulo César Leal, “A Guerra Híbrida”, *Doutrina Militar Terrestre em Revista*, [S.I.], v. 4, n. 9, p. 10, 4 jan. 2016. acesso em 17 dez. 2018, <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/722>

⁵⁹John Arquilla, “Perils of the Gray Zone”, *Prism* 7, no. 3 (2018): p. 121.

⁶⁰Votel et al., “Unconventional Warfare”, p. 102.

⁶¹Gerasimov, “A Guerra Contemporânea”.

ção de seu oponente, senão sua fratura interna, que pode se dar em forma de desestabilização interna, desintegração, perturbação e terror massivo, volatilidade econômica e isolamento diplomático.⁶²

Segundo John Troxell, “a guerra de informação, guerra cibernética e competição econômica internacional não são necessariamente novas abordagens ou métodos para os Estados buscarem objetivos de segurança nacional, mas o contexto em que estão sendo aplicadas e a importância que assumiram são algo significativamente novo”⁶³. O que temos, de fato, é o tradicional exercício da *realpolitik* com um portfólio mais diversificado de meios e, talvez, com menos amarras morais. Não apenas os Estados fazem parte dessa dinâmica. Afinal, diante da vigorosa ascensão de atores não estatais (armados ou não) e do advento da sociedade pós-moderna, a ordem internacional tornou-se visivelmente mais complexa, a ponto de colocar em dúvida a própria eficácia do sistema vestfaliano.

As disputas geopolíticas entre Estados soberanos sempre foram comparadas a uma partida de xadrez. Contudo, parecem existir novas regras em um mundo globalizado e profundamente afetado pela revolução digital, no qual as distâncias e o tempo foram virtualmente abolidos e o poder sensivelmente degradado. Imaginemos, então, um tabuleiro que comporta mais de dois adversários ao mesmo tempo. Algumas peças são autônomas, possuem vontade própria, movendo-se de forma independente. O perfil de jogo das peças sofre modificações no decorrer da partida – a torre avança na diagonal como um bispo, e um peão retrocede várias casas! Os jogadores são livres para se movimentarem sem respeitar o tempo destinado aos outros adversários... Possivelmente, essa analogia retrate os complexos desafios do século XXI de forma mais apropriada.

Entretanto, convém relembrar que o jogo de estratégia chinês é o Go (ou *Wei-Chi*) e não o xadrez – de origem persa. Essa sutil diferença talvez oculte concepções estratégicas bastante distintas entre o Ocidente de Clausewitz e o Oriente de Sun Tzu. Segundo o major Jamie Schwandt, do Exército dos Estados Unidos:

No xadrez, a filosofia subjacente é vencer por meio de uma vitória decisiva com o claro objetivo de capturar o rei inimigo e destruir as forças inimigas. O xadrez é um jogo linear com um centro de gravidade simples – o rei. Iniciamos o jogo com todas as peças no tabuleiro, buscando avançar linearmente em uma guerra de a-trito.⁶⁴

O Go, por sua vez, sugere uma dinâmica complexa, na qual a hábil combinação dos instrumentos do poder nacional adquire um caráter construtivo, enquanto o desenrolar de uma partida de xadrez reproduz um processo estratégico-militar eminentemente destrutivo⁶⁵.

⁶² Torrijos e Sarmiento, “Tendencias Conceptuales”, p. 56 e 57.

⁶³ Troxell, “Geoeconomia”, p. 24.

⁶⁴ Jamie R. Schwandt, “Uncovering Hidden Patterns of Thought in War: Wei-Chi versus Chess”, *Military Review* 98, no. 6 (November-December 2018): p. 21.

⁶⁵ Mark McNeilly, *Sun Tzu e a Arte da Guerra Moderna* (Rio de Janeiro: Record, 2003), p. 37.

Insurgência criminal

No século XX, as dinâmicas dos conflitos irregulares se aglutinaram em torno de causas nacionalistas e/ou marxistas. Ou seja, os perfis dessas guerras se mantiveram subordinados, quase que invariavelmente, a propósitos emancipacionistas ou revolucionários, visando a alcançar metas eminentemente políticas. Porém, desde a erosão da antiga União Soviética e o fim da Guerra Fria, as coisas deixaram de ser tão simples.

Etnicidade, demografia, urbanização, busca por identidades alternativas, globalização econômica, revolução digital, fluxos migratórios, anomia, convergência e hibridização de redes de ilícitos, dentre outros fatores correlatos, têm promovido uma significativa fragmentação da violência, incluindo a proliferação de *microinsurgências* dissociadas de uma agenda política tangível.

Na verdade, a despeito do eventual recrudescimento das disputas entre Estados soberanos, o advento da sociedade pós-moderna deu realce a um tipo de violência notadamente: armada, organizada, não estatal, endêmica e hiperdifusa. Nesse contexto, a *insurgência criminal*, assim como a *insurgência jihadista*, tem adquirido uma importância crescente, em virtude de sua capacidade de corromper, degradar e, até mesmo, usurpar o poder soberano do Estado sobre seus elementos materiais.

De acordo com John Sullivan, a criminalidade de alta intensidade decorrente da disputa pelo controle da economia ilegal promove conflitos por territórios e rotas de ilícitos, cujos objetivos estão associados à busca por plena autonomia econômica e territorial, livre da influência do Estado⁶⁶. Tem-se um confronto, desprovido de qualquer matiz político-ideológico, no qual o poder central é desafiado por atores armados não estatais ou “*criminal netwarriors*”, que recorrem à barbárie e à violência abjeta, permeadas por ações informacionais com diferentes graus de sofisticação, a fim de arrebatar a iniciativa e encobrir suas práticas criminosas com um falso apelo de “banditismo social”, procurando auferir legitimidade a eles próprios e a seus empreendimentos⁶⁷.

As insurgências criminais diferem do terrorismo clássico e da insurgência tradicional, cujas metas levam à tomada do poder. A insurgência criminal não ambiciona capturar o Estado. Mas ela precipita um processo que pode levar à erosão total ou parcial das instituições nacionais e, por conseguinte, ao colapso e à falência da governança estatal ou, ao menos, a uma “renegociação” dos termos de sua existência.

Isso se dá por meio dos elementos a seguir:

- enfrentamento contínuo do aparato de segurança e proteção do Estado, com níveis variáveis de intensidade, acarretando no esgotamento da capacidade de repressão policial e sobrecarga do sistema legal;

- contestação da legitimidade do Estado, especialmente em regiões que padecem de corrupção endêmica, fragilidade democrática e inépcia governamental em atender às demandas básicas da população local;

- domínio sobre áreas não governadas;

- expansão dos empreendimentos ilícitos e controle da microeconomia informal

⁶⁶John P. Sullivan, “Criminal Insurgency in the Americas”, Small Wars Journal (*site*), 2010, acesso em 22 jan. 2019, <https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/criminal-insurgency-in-the-americas>.

⁶⁷John P. Sullivan, *From Drug Wars to Criminal Insurgency: Mexican Cartels, Criminal Enclaves and Criminal Insurgency in Mexico and Central America, and Their Implications for Global Security* (Bogotá: Vortex Working Paper, 2012), p. 5, 8, 16 e 18.

por coerção e/ou cooptação; e

- corrupção, intimidação, defecção, aliciamento e infiltração em instituições públicas e organizações não governamentais.⁶⁸

Segundo José Rita Martins Lara, “hodiernamente, o crime organizado foge ao padrão das antigas estruturas mafiosas hierarquizadas, com seu rígido código de honra, e se transforma em redes difusas, que penetram nos sistemas do Estado, procurando dar aparência legal a seus atos ilícitos”⁶⁹. Em linhas gerais, a criminalidade de alta intensidade pode se manifestar como uma insurgência de diferentes formas, a saber:

Insurgência local. Gangues, *maras* ou facções criminosas atuam no nível comunitário pela hegemonia local, a fim de estabelecerem o controle político, econômico e social sobre a população. Neste estágio, criam-se, ainda que de forma empírica, os mecanismos necessários para o exercício do poder em áreas não governadas.

Luta pelo Estado paralelo. Organizações criminosas lutam entre si pelo controle de áreas não governadas e empreendimentos ilícitos. A violência crescente afeta a sociedade como um todo e, por conseguinte, impele o Estado a ação. Todavia, a amplitude do engajamento contra as forças governamentais permanece limitada.

Luta contra o Estado. Nesse estágio a organização criminosa desencadeia campanhas agressivas, tornando-se um beligerante ativo contra o Estado, a fim de preservar sua autonomia e sua liberdade de ação.

Implosão do Estado. O Estado perde sua capacidade de resposta em face de uma incontrolável espiral ascendente de violência. Corrupção e aliciamento endêmicos nas instituições públicas comprometem a legitimidade do poder central e o torna cúmplice de empreendimentos ilícitos. A sociedade civil passa a admitir formas alternativas de governança, em detrimento do poder soberano do Estado sobre seus elementos materiais. Dá-se, com isso, a acomodação das organizações criminosas às estruturas formais de poder.⁷⁰

A insurgência criminal tem sido um fenômeno recorrente, sobretudo, nas Américas. Assim como qualquer outra forma de conflito, as insurgências criminais compartilham características e elementos comuns entre si. Porém, se moldam às idiossincrasias locais e a contextos específicos de tempo e espaço, o que as tornam únicas e autóctones. Países como México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Colômbia, Peru e Brasil, por exemplo, têm sofrido os efeitos deletérios dessa categoria peculiar de violência (armada, organizada, não estatal, endêmica e hiperdifusa), que se arrasta por décadas de forma inconclusiva e nefasta.

Todavia, as ameaças intrínsecas às insurgências criminais têm sido mal interpretadas, pois são submetidas a uma abordagem ortodoxa, quase sempre restrita ao escopo da segurança pública, ainda que, paradoxalmente, o uso das forças armadas tenha se tornado recorrente (figura 2). O conceito de insurgência criminal está intimamente associado à ideia de “áreas não governadas no interior do Estado”. Talvez, a magnitude do desafio que representem possa ser mais bem avaliada por meio de uma análise fundamentada nos pressupostos que regem a *teoria geral do Estado* e a *teoria do controle competitivo* de David Kilcullen⁷¹.

Bartosz Hieronim Stanislawski cunhou o termo “black spot” (buraco negro) para designar áreas ao redor do mundo que se encontram fora de efetivo controle governamental,

⁶⁸ Ibid., p. 27.

⁶⁹ Fernando J. Ludwig e Luciano S. Barros, *(Re)Definições das Fronteiras: visões interdisciplinares* (Curitiba: Juruá, 2017), p. 63.

⁷⁰ Sullivan, “Criminal Insurgency”, p. 17 e 18.

⁷¹ Kilcullen, *Out of the mountains*, p. 116.

capazes de gerar e propagar insegurança, a despeito de permanecerem relativamente excluídas da agenda internacional. A abordagem realizada por Stanislawski abrange tanto grupos terroristas quanto organizações criminosas transnacionais, como “males globais” capazes de afetar a segurança e a estabilidade internacional⁷². De acordo com a professora Marília Carolina Barbosa de Souza:

Black spots são áreas localizadas dentro de um Estado, sobre as quais o governo formal não exerce governança alguma. O tipo de ordem vigente nesses territórios é, quase sempre, desconhecido tanto por parte das autoridades governamentais como pela comunidade internacional. Desse modo, as agências de segurança nacionais têm pouca supervisão sobre os *black spots*, que se tornam terrenos propícios para que grupos terroristas e criminosos desenvolvam livremente suas atividades ilícitas. O México é um exemplo de país que possui *black spots*, já que há regiões em que o poder do Estado não vigora – caso de Ciudad Juárez, onde grupos de narcotráfico impõem suas próprias normas de convivência.

[...] Trata-se da violência urbana, predominante em grandes cidades de países emergentes. A falha na governança por parte das autoridades centrais do Estado acabam gerando nesses locais pequenos *black spots*, situados geralmente em periferias onde as forças policiais não chegam e, por consequência, acaba vigorando normas sociais paralelas às formais. Nesses *black spots* operam com frequência gangues e narcotraficantes, que buscam expandir sua influência por regiões estratégicas e obter lucros com suas atividades ilícitas. Para tanto, utiliza-se constantemente a violência.⁷³

Em 2004, a Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA) já havia identificado 50 regiões ao redor do mundo sobre as quais os governos nacionais exerciam pouco ou nenhum controle. Na verdade, são raros os países que não possuem “bolsões de ilegalidade” conectados a redes globais mais amplas⁷⁴.

No interior de *black spots*, todos os elementos essenciais que dão forma ao Estado vestfaliano (quais sejam: povo, território, soberania e finalidade) encontram-se profundamente subvertidos por grupos anárquicos que usurparam, essencialmente por meio da violência armada, prerrogativas até então exclusivas do poder público. O problema se torna exponencialmente mais grave quando o fenômeno se dá no interior de megacidades. Pois, nessas áreas não governadas, degradadas e densamente povoadas, gangues de infratores, quadrilhas armadas e outros *spoilers* detêm a capacidade de redefinir a dinâmica de interação social e impor regras informais de convivência, além de exercerem influência, direta e indireta, sobre os valores culturais (*narcocultura*), padrões de comportamento e as normas de conduta da população local, submetendo centenas de milhares de pessoas ao seu efetivo controle.

De acordo com a *teoria do controle competitivo*, “quem impõe o sistema normativo detém o controle efetivo”⁷⁵. Dessa forma, observa-se a territorialização de nichos urbanos,

⁷² Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 175.

⁷³ Marília C. B. de Souza, “O Conceito de Áreas Não-Governadas ou Black Spots e os Desafios Políticos e Teóricos para a Agenda de Segurança do Pós Guerra Fria”, *Ensaios do IEEI*, N. 14. (Ago. 2012): p. 11, 14 e 15.

⁷⁴ Hobsbawm, *Globalização, democracia e terrorismo*, p. 145.

⁷⁵ Kilcullen, *Out of the mountains*, p. 125–127.

por meio da apropriação do espaço de maneira concreta e abstrata⁷⁶, em detrimento do poder hegemônico do Estado. Portanto, a capacidade governamental de realizar incursões eventuais ou ocupações temporárias com forças militares e policiais não significa que esses enclaves criminais estejam sob o controle do poder público.

Considerando que a incidência de *black spots* se dá, dentre outros fatores, em virtude da incapacidade governamental de atender às demandas e aspirações crescentes da população local, pressão demográfica, *apartheid* social, baixos índices de desenvolvimento humano, dívidas históricas não quitadas, escassez de recursos e preservação de deformidades na estrutura social, sua ocorrência torna evidente que o Estado tem fracassado na promoção do bem comum (motivo pelo qual foi concebido) e, portanto, se encontra desprovido de finalidade. Parafraseando o professor Dalmo de Abreu Dallari, é sinal de que o próprio Estado está mal organizado e afastado dos objetivos que justificam sua existência.

Ademais, no interior de áreas não governadas, o poder soberano do Estado sobre seus elementos materiais – povo e território – deixa de ser, a um só tempo, absoluto, perpétuo, inalienável, uno, indivisível, imprescindível e exclusivo (figura 1). Ou seja, a soberania, simplesmente, deixa de existir no momento em que a força coercitiva passa a ser exercida por atores armados não estatais de forma ilegítima e arbitrária, alheia às instituições públicas e em franca divergência dos princípios que regem o Estado democrático de direito⁷⁷. De acordo com Alice Castelani de Oliveira:

Quando o Estado deixa de exercer sua soberania, ainda que em um espaço limitado de seu território, ausentando-se de praticar uma governança efetiva atendendo às demandas sociais da população, este perde legitimidade frente à sociedade e cria vácuos de poder.

[...] as transformações que o mundo globalizado impõe atualmente evidenciam que atores paraestatais têm atingido o posto de real ameaça ao Estado. O poder públicovê-se, hoje, diante de novos desafios colocados por uma ‘sociedade global’, na qual as interações humanas são fluidas e instantâneas. Os novos desafios apresentados, como o narcotráfico e o terrorismo transnacional, são atividades que extrapolam as fronteiras formais do Estado, enquanto este ainda se faz atado a concepções clássicas.

O surgimento de áreas não governadas é uma agressão explícita a todos os elementos que constituem o Estado, uma vez que estas apresentam o potencial para o desenvolvimento de grupos que passam a exercer o controle sobre o território e a população dentro dos limites de um Estado nacional.

[...] a formação de áreas não governadas dentro do território nacional de um Estado pode acarretar no surgimento de grupos que vão se colocar como inimigos reais do Estado, tornando-se de fato uma ameaça ao princípio basilar estatal, a soberania.⁷⁸

⁷⁶ Andrelino Campos, *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007), p. 36.

⁷⁷ Visacro, *A Guerra na Era da Informação* p. 176.

⁷⁸ Alice C. de Oliveira, “Soberania Fragilizada: a Eclosão de Poderes Paralelos em Áreas Não Governadas” (trabalho de conclusão de curso de graduação em ciências do Estado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 14 nov.)

Áreas não governadas não constituem problemas restritos a Estados falidos ou quase falidos. Muitos países, embora não estejam submetidos a um processo de falência claro e inexorável, podem apresentar “governança falida” e, dessa forma, permitir o surgimento e a expansão de *black spots* no interior de seu território. Tem-se, assim, um paradoxo que agride a tradicional ordem vestfaliana, pois perante o concerto das nações, esses Estados mantêm intacta a prerrogativa do poder soberano sobre seus elementos materiais. Mas, ao mesmo tempo, amargam um déficit crescente de soberania interna. É o que se pode chamar de “soberania fragmentada”⁷⁹. Ao tratar da crise de governança global, Phil Williams chamou a atenção para o fato que “permanece válida a ideia de soberania como um *status formal e legal*, segundo o Estado não reconhece nenhuma outra autoridade acima dele próprio e não admite mandatos de intervenção em seus assuntos internos. Porém, a soberania como domínio territorial pleno e exclusivo e como controle sobre os cidadãos dentro de seus limites jurisdicionais é, cada vez mais, ilusória”⁸⁰. Novamente, a estrutura conceitual disponível se mostra incapaz de lidar com esse tipo de ambiguidade. De acordo com Vanda Felbab-Brown:

Vastos contingentes populacionais ao redor do mundo, em áreas com uma mínima presença do Estado, grande pobreza e marginalização política e social, são dependentes de economias ilícitas, incluindo o tráfico de drogas, para sua sobrevivência econômica e a satisfação de outras necessidades socioeconômicas. Por isso, é importante deixar de pensar no crime apenas como uma atividade social anômala que precisa ser suprimida. Mas, em vez disso, pensar no crime como um competidor que ameaça o próprio Estado.⁸¹

A questão se torna ainda mais delicada quando setores da sociedade civil passam a advogar modelos alternativos de governança em face da explícita incapacidade de o Estado restabelecer o controle absoluto sobre esses enclaves. Aquilo que se origina como um mecanismo informal de sobrevivência da população, no nível comunitário, ante a ausência do poder público, se converte em “governança criminal” profundamente arraigada, suscitando uma renegociação dos termos da própria soberania do Estado. De acordo com Gabriel Rocha:

Em um contexto de rearticulação das forças políticas localizadas no campo das esquerdas, o esforço pela composição das organizações de base e até mesmo o chamado autonomismo ganham maior proeminência e as comunidades carentes são vistas como espaços liminares, onde é possível construir alternativas políticas e sociais frente ao Estado e à sociedade ditos convencionais.⁸²

⁷⁹ Sullivan, “Criminal Insurgency p. 31.

⁸⁰ Matfess e Miklaucic, *Beyond Convergence*, p. 22.

⁸¹ Vanda Felbab-Brown, “Conceptualizing Crime as Competition in State-Making and Designing an Effective Response”, apresentação na *Conference on Illicit Trafficking Activities in the Western Hemisphere: Possible Strategies and Lessons Learned*, Brookings Institution, 21 maio 2010.

⁸² Gabriel Rocha, “Qual Sociedade contra Qual Estado? Peirre Clastres, Autonomismo e a Guerra Civil do Rio de Janeiro”, Proveitos Desonestos (*site*), 18 nov. 2018, acesso em 24 jan. 2019, <https://proveitodesonestos.com.br/2018/11/18qual-sociedade-contra-qual-estado-pierre-clastres-autonomismo-e-aguerra-civil-do-rio-dejaneiro>

A perspectiva de uma soberania dual tem levado muitos analistas a se inquietarem diante dos riscos do advento de uma ordem neofeudal. Isto é, um arranjo político que obrigue o Estado – combalido em seu poder, prerrogativas e atribuições – a compartilhar o controle sobre parte de seu território e sua população com tiranetes locais, “senhores da guerra”, chefes tribais, traficantes de drogas, *mareros*, líderes de organizações terroristas etc. A constatação de que muitos países, a despeito de reiterados esforços, se mostram incapazes de conter e erradicar espaços anárquicos e enclaves de microssoberania fomenta, com justa razão, esse tipo de temor, que é também corroborado pela tendência de fortalecimento de organismos e instituições supranacionais.

A despeito da existência de *black spots* em regiões remotas, como, por exemplo, zonas tribais da Ásia Central, estudos demográficos atuais sugerem uma incidência cada vez maior de áreas não governadas se proliferando nas megacidades litorâneas dos países pobres ou em desenvolvimento – um prognóstico desanimador para o século XXI⁸³. De acordo com Mike Davis, em sua consagrada obra *Planet of Slums*, “a urbanização da pobreza mundial produziu a urbanização da insurgência”⁸⁴.

Entretanto, o fenômeno da insurgência criminal não está circunscrito aos desafios de territorialidade. A contínua busca por autonomia, liberdade de ação e expansão de empreendimentos ilícitos transnacionais tem promovido diferentes formas de enfrentamento – algumas delas dissociadas das disputas pelo controle de *black spots*. No Brasil, por exemplo, as ações terroristas empreendidas pelo crime organizado nos anos de 2006 e 2012 em São Paulo; 2012, 2013, 2014 e 2017 em Santa Catarina⁸⁵; e 2019 no Ceará foram desencadeadas, de forma seletiva, contra agentes de segurança do Estado, veículos de transporte público e estruturas críticas, tais como fontes de abastecimento de água, energia elétrica e obras viárias, sem pretensão de domínio territorial⁸⁶.

Por se tratar de uma ameaça amorfa, insurgentes criminais exploram, com maestria, o “vácuo legal” que existe entre o ordenamento jurídico interno e o Direito Internacional Humanitário. Tal fato não só lhes proporciona maior liberdade de ação como também impõe inúmeros dilemas jurídicos ao Estado. Dessa forma, as alternativas viáveis de enfrentamento são seriamente restrinvidas por ambiguidades éticas e legais. Em outras palavras, a insurgência criminal se mostra capaz de combinar *guerra jurídica* e *guerra informacional* para alcançar seus objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, cercear o uso dos meios coercitivos estatais. Nesse sentido, recomenda-se o aprofundamento da discussão em torno do chamado “Direito Penal do Inimigo”⁸⁷.

⁸³ John Sullivan, “New Wars in the City: Global Cities - Global Slums”, Stratfor (*site*), 4 jul. 2018, acesso em 23 jan. 2019, <https://marcom.stratfor.com/horizons/fellows/dr-john-p-sullivan/04072018-new-wars-city-global-cities-global-slums> .

⁸⁴ Mike Davis, *Planet of Slums* (Londres: Verso, 2006), p. 203.

⁸⁵ Diário Catarinense, “Relembre as Cinco Ondas de Atentados em Santa Catarina desde 2012”, DC (*site*), 5 set. 2017, acesso em 24 jan. 2019, <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2017/09/relembre-as-cinco-ondas-de-atentados-em-santa-catarina-desde-2012-9888643.html> .

⁸⁶ André Luís Woloszyn, “A Insurgência no Brasil como Instrumento de Desestabilização do Poder”, Defesanet (*site*), 13 jan. 2019, acesso em 23 jan. 2019, <Http://Www.Defesanet.Com.Br/Ghbr/Noticia/31749/Woloszyn---A-Insurgencia-no-Brasil-como-Instrumento-de-Desestabilizacao-do-Poder> .

⁸⁷ Rogério Greco, “Direito Penal do Inimigo”, Jusbrasil (*site*), 2012, acesso em 29 jan. 2019, <https://rogeriogreco.jusbrasil.com.br/artigos/121819866/direito-penal-do-inimigo> .

Por fim, faz-se necessário destacar o enorme poder de atração e cooptação que as insurgências criminais exercem sobre jovens, crianças e adolescentes, sobretudo, nos espaços segregados das megacidades. Trata-se de uma porcentagem significativa da população que deixa de encontrar o atendimento às suas crescentes aspirações no tradicional corpo de crenças e valores de sua própria cultura, sentindo-se obliterada por estruturas políticas e sociais fossilizadas. De fato, não é difícil constatar a relação existente entre a busca por “*identidades alternativas*” e a submissão a formas de “*governança alternativa*”, estabelecendo -se uma associação entre antropologia cultural, segurança e defesa.

Em um artigo publicado em 1995, Geoffrey Demarest alertou para o fato de que “as crianças das favelas constituem a arma secreta das forças anti-Estado”⁸⁸. Elas representam um manancial de recursos humanos aparentemente inesgotável, bem como a reserva mobilizável das insurgências criminais. Com notável clarividência, Demarest concluiu que “a violência híbrida não precisa ser uma entidade única, subordinada a uma liderança coordenada. Ela pode ser, apenas, resultado da convergência de muitas formas de violência anti-Estado que se alimentam mutuamente da capacidade disruptiva uma das outras e do medo que a própria violência produz”⁸⁹.

Segurança Multidimensional

Como buscamos sucintamente demonstrar, o advento de uma ordem pós-industrial deu forma a ambientes que se caracterizam por extrema fluidez, volatilidade, incerteza e complexidade. Dessa maneira, tornou-se impositiva a adoção de um enfoque sistêmico. Porém, sua instrumentalização vem sendo, com certa frequência, negligenciada. Talvez, porque a estrutura conceitual que tradicionalmente tem orientado o Estado na promoção de segurança e defesa não se preste, efetivamente, para induzir abordagens ecléticas e soluções multidisciplinares.

Surge, portanto, o conceito de “*segurança multidimensional*” como uma ferramenta mais adequada aos novos conjuntos de ameaças à sociedade e suas dinâmicas não lineares. Como fundamento doutrinário, permite interpretar, de modo mais assertivo, os perigos advindos de sistemas complexos adaptativos, bem como orienta a formulação de respostas coerentes, convergentes e integradas em todas as expressões do poder nacional, pois se apoia na relação de acentuada interdependência que se criou entre *Segurança Nacional*, *Segurança Pública*, *Segurança Humana* e *Segurança Comum* (conceito calcado na cooperação interestatal em face da emergência de interesses comuns de segurança, que transcendem a responsabilidade de cada Estado isoladamente, uma vez que implica também em organizações internacionais e não governamentais⁹⁰) – compare as figuras 2, 5, 7 e 10.

⁸⁸ Mike Davis, *Planet of Slums* p. 205.

⁸⁹ Geoffrey Demarest, “Geopolitics and Urban Armed Conflict in Latin America”, *Small Wars and Insurgencies* 6, no. 1 (1995): p. 44–67.

⁹⁰ António José de Oliveira, *Resolução de Conflitos: o Papel do Instrumento Militar no Actual Contexto Estratégico – o Exemplo do Kosovo* (Lisboa: Esfera do Caos, 2011), p. 24.

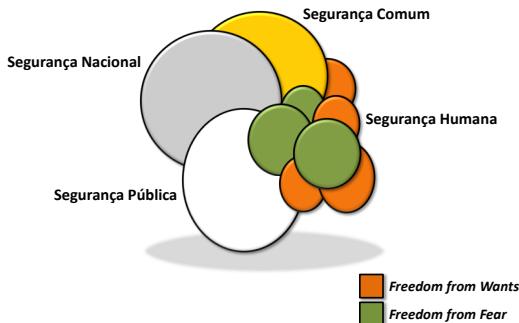


Figura 10 – Segurança multidimensional. (Fonte: o autor)

A aquisição de um novo referencial multidisciplinar como ponto de partida para a interpretação de questões de segurança e defesa e formulação de políticas públicas não deve ser entendida como mero exercício de tautologia. Na verdade, essa aparente fusão conceitual impõe uma perspectiva holística mais profunda do que a usual relação compartimentada entre campos do poder (político, econômico, psicossocial, militar e científico-tecnológico). Porquanto, o modelo político e estratégico de proteção do Estado e da sociedade adquire uma concepção sistêmica logo em sua origem, não se restringindo apenas a algo que, em algum momento do processo de resolução do problema, experimentará uma efêmera interface com temas afins.

Confinados em nossos próprios nichos de especialização, acostumamo-nos à procura por respostas excludentes entre si, em uma espécie de “jogo de soma zero”. Em especial, a volúvel opinião pública – suscetível a resultados imediatos, porém insatisfatórios – mostra-se, de forma recorrente, inclinada a deixar-se seduzir por panaceias. Entretanto, a ideia de segurança multidimensional propugna uma visão compartilhada de toda a problemática, que, invariavelmente, dependerá de soluções complementares e interdependentes como parte de uma resposta sistêmica.

Assim sendo, o conceito de segurança multidimensional induz de forma objetiva: (1) a articulação entre os poderes constituídos; (2) a gestão executiva apoiada em mecanismos regulatórios formais, capazes de fomentar a dinâmica do ambiente cooperativo interagências em todas as instâncias da administração pública; (3) a integração, coordenação, sincronização e avaliação de ações e campanhas empreendidas em todos os campos do poder nacional; (4) o desenvolvimento de culturas organizacionais que favoreçam a dinâmica de relações horizontais e transversais, tanto quanto as tradicionais funções verticalmente hierarquizadas; (5) o engajamento da sociedade civil; e (6) a cooperação internacional.

Infelizmente, dedicados profissionais têm, muitas vezes, reduzido possíveis inovações conceituais a mero recurso semântico, tornando lugar-comum termos e expressões que lhes enriquecem o vocabulário, tão somente com o intuito de dar uma conotação futurista a preleções doutrinárias e documentos oficiais. Entretanto, no âmago de sua racionalidade, persiste o apego incondicional a valores, regras e preceitos inerentes à dinâmica das sociedades industriais e à lógica cartesiana e mecanicista que lhes são próprias⁹¹.

⁹¹Visacro, *A Guerra na Era da Informação* p. 64.

Conclusão

O episódio envolvendo a intrépida cavalaria polonesa em setembro de 1939, descrito na epígrafe deste texto, se presta como um contundente alerta quanto aos perigos intrínsecos à obsolescência. No choque entre forças de dois mundos, um agrícola e outro industrial, prevaleceu o poder do aço e do motor a combustão. A incomensurável tragédia que se abateu sobre a Polônia, cujo Estado foi incapaz de impedir o sacrifício de seu povo e a mutilação de seu território, deve inspirar-nos a questionar nossos pressupostos diante do advento de uma nova era na história da humanidade.

Inicialmente, convém que a sociedade, de um modo geral, demonstre menos ceticismo ao ser confrontada com eventuais releituras de questões relacionadas à segurança e defesa. Devemos, sobretudo, abdicar do desejo de adequarmos novos problemas a soluções pré-existentes. O que não quer dizer renúncia de todo conhecimento e experiência duramente adquiridos, tampouco adesão incondicional a abordagens minimalistas. Apenas a admisão de que, nem sempre, os dogmas segundo os quais fomos educados e os processos para os quais fomos rigidamente condicionados oferecerão a resposta mais adequada para a proteção e salvaguarda dos interesses vitais da nação. Quando a fidelidade a nossas próprias crenças se mostra maior do que a capacidade de perceber a realidade que nos cerca, permitimos inadvertidamente que os meios monopolizem o fim, criando um sério obstáculo à consecução das metas e objetivos da sociedade.

O general Stanley McChrystal, em sua obstinada caçada a Abu Musab al-Zarqawi, concluiu que não lhe bastava “fazer certo as coisas”. Era necessário, sobretudo, “fazer as coisas certas”⁹². Ou seja, se a extrema proficiência na execução de processos e a maestria na aplicação de preceitos consagrados não proporcionam resultados decisivos, devemos questionar nossos pressupostos à procura daquilo que, efetivamente, nos conduzirá ao êxito. Essa postura deve prevalecer entre estadistas e soldados, mas também precisa estar presente nos auditórios das universidades, nas redações dos jornais, nos gabinetes da magistratura e nos fóruns da sociedade civil. Nesse sentido, a breve análise, que aqui se encerra, nos induz a:

- repensar o paradigma da guerra industrial entre Estados da forma como foi consagrado nos campos de batalha da primeira metade do século XX;
- rejeitar a interpretação estritamente materialista da história, reconhecendo que a violência armada decorre da interação de um conjunto de fatores complexos e não apenas da estratificação social ou dos modos de produção, que, em muitos casos, sequer serão causas preponderantes do conflito; e
- reavaliar a rígida dicotomia entre segurança nacional e segurança pública, em prol de uma abordagem multidimensional ampliada, que se antepõe à convergência de ameaças híbridas provenientes de atores estatais e não estatais.

⁹² McChrystal, *Team of Teams* p. 75.

A sua opinião sobre o tema é importante.

Envie seu comentário para cee18@esg.br

Guerras contemporâneas e do futuro

por General de Brigada Marcio Tadeu Bettega Bergo, Exército Brasileiro¹

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivos mostrar os conceitos e os fundamentos dos conflitos, definir poder, conhecer os principais elementos das crises e a metodologia para sua gestão, informar sobre os principais componentes da negociação, as técnicas aplicáveis e estudar o fenômeno “guerra”: sua natureza, causas, tipos, bem como analisar as guerras contemporâneas e visualizar as guerras do futuro.

O estudo dos conflitos e suas ligações políticas tem o nome de “polemologia”. Eles são objeto focal da História Militar. Por quê? Para conhecer melhor o fenômeno da guerra, evitar que ocorra novamente. Contudo, se acontecer, não se repetirem erros. A melhor forma de se evitar uma guerra, é estar preparado para ela!

2. INTERESSES

Ao abordarmos tais temas, crises e conflitos, qual a ordem cronológica deles? O que vem antes, a crise ou o conflito?

Antes de buscarmos uma resposta (inexistente, afinal!), é importante entendermos que as guerras são o grau máximo dos conflitos. Elas, em geral, originam-se de crises. As crises não resultam em guerra, necessariamente. E as crises quase sempre trazem, em si, conflitos.

As opiniões ou os desejos, quando divergentes, geram disputas. Quem está com a verdade? É natural que a resposta dependa dos pontos de vista! As discrepâncias sempre aparecerão, bastam duas pessoas: marido e mulher, pais e filhos, irmãos, vizinhos, síndico e condômino, motoristas, torcedores de futebol... ou mais: empresas, cidades, estados, países. O fato é que a realidade dos conflitos e das crises está na essência humana, seus relacionamentos. O ser humano é dotado de virtudes, que devem ser estimuladas, como a ética, os valores e a moral. Já os vícios, precisam ser contidos, pelo bom caráter e pelo sistema legal, incluindo os mecanismos de justiça.

O agir humano é originado em instintos, que podem ser “celestiais” ou “bestiais”. É pautado por limites, direitos, deveres e obrigações.

A grande “energia” que move o homem são os “interesses”. Estes nascem das necessidades e atuam numa espécie de “ciclo”, originando desejos/vontades, ações e culminando com uma satisfação ou uma insatisfação, realimentando o ciclo.

As necessidades, via de regra, referem-se ao corpo, são fisiológicas. Os desejos, por sua vez, provêm do espírito, são mentais. Todos convergem em objetivos individuais, a base do agir humano, em ação individual e em objetivos grupais, que atingem pessoas unidas por vínculos comuns, gerando ações conjuntas.

¹ Presidente do Instituto Geográfico e Histórico Militar do Brasil (IGHMB).

Os interesses, em resumo, são derivados do verbo “querer”. Podem ser lídilos ou espúrios e, ainda, abertos ou ocultos - sem ligações entre essas classificações.

A vida humana, portanto, em suas diversas agremiações, segue, cada qual em busca das melhores condições. Ao se defrontarem, surgem atitudes de concordância, quando há soma de esforços (cooperação). Porém, pode haver discordância ou confrontação, quando surgirá competição. E numa situação de um grupo tentar impor suas vontades, utilizando-se do poder, estará caracterizado um conflito.

3. PODER

O entendimento do que seja poder está no cerne dos nossos estudos sobre conflitos. Quando ocorre uma relação de “A” (uma pessoa ou um grupo) com “B” (da mesma forma, indivíduo ou grupo), no âmbito de uma discordância, confrontação ou competição, aquele primeiro busca que a soma de sua vontade com sua capacidade produza um efeito sobre a vontade e a capacidade deste último. Tal efeito pode acontecer por um castigo, por uma recompensa ou pela fé (a admiração, respeito, submissão etc) que um dedique ao outro. A isto chamamos a essência do poder.

Poder, portanto, é a “capacidade de gerar ou bloquear ações (\approx energia).” Trata-se de fazer (ou impedir!) com que um ser humano execute uma tarefa ou acione (ou não!) uma máquina ou um instrumento.

Um entendimento moderno, do Prof Nye, o classifica “soft power”, que seria o poder “lapidado”, “brando”, a liderança, o convencimento, a persuasão, sedução enfim. Na outra vertente, estaria o “hard power”, o poder “bruto”, a coerção, a intimidação, pressão em suma. E uma terceira forma, o “smart power”, que seria o poder “inteligente”, o conhecimento.

Poder se confunde com força, havendo, entretanto, que se entender que existem limitações do que pode ou não ser empregado. Força é aquilo que impõe, é a autoridade, o império, o domínio, o poderio. Também chamada coerção, força bruta, força física, *manu militari*, na “marra”. Até um determinado ponto, é possível se tentar influenciar alguém, motivar uma atitude ou um comportamento, como por exemplo a sedução dos anúncios comerciais, o incentivo das recompensas financeiras lícitas etc. No outro extremo, está a imposição mesmo, a obrigação imposta. Esse uso legítimo da força é prerrogativa do Estado.

Já violência é a força mais intensa do que o necessário, é a força com fúria, com vêmência, fora de controle. É enfim, a força ilegal, excessiva.

O uso do poder pelo Estado (a força, em seu sentido estrito) se constitui no chamado “poder de polícia”, parte constitutiva do aparato de leis e regulamentos que constituem o sistema legal de uma nação.

No trato com os demais países, o instrumento cabível é a Diplomacia, a arte de conduzir negociações entre estados soberanos. Usar a força nestes casos é bastante complicado!

4. CONFLITOS

Conflito nada mais é, pois, quando dois “sistemas” (pessoas, grupos, empresas, estados etc) se confrontam em competição por um mesmo objeto. Outras palavras que também o integram: falta de entendimento, choque, enfrentamento, divergência, contestação, discórdia, desarmonia, desacordo, desajuste e disputa.

É importante ser ressaltado que conflito existe somente entre seres humanos - jamais com a Natureza! Ela pode, sim, gerar crise ou motivar conflito, mas não o integra.

Os conflitos seguem um “ciclo de vida”, que, logicamente, inicia numa fase de estabilidade, onde eles se encontram latentes. Até que haja o seu surgimento ou afloramento, quando,

então, a situação fica em instabilidade. Em seguida, há uma escalada, até que se busque sua resolução. Neste momento, ocorre uma “bifurcação”, um rumo levando a uma ruptura e outro a conduzindo a uma busca de acordo. Ou seja, ou a imposição de uma vontade (uso do poder!) ou uma tentativa de acerto mútuo. Nesse último caso, ocorre a negociação, de onde nasce um tratado formal seguido, por fim, da reconstrução da estabilidade.

As formas de intervenção ou resolução de um conflito, portanto, podem ser listadas em mediação, conciliação, negociação, competição e poder. A seleção de como se vai atuar depende de criteriosa análise dos custos e dos benefícios. Em verdade, a solução sensata buscará principalmente limitar o conflito e minimizar as perdas. A melhor maneira é a negociação.

5. CRISES

O curso normal da vida segue conforme “normatizações”, ou seja, um acumulado de processos, instrumentos e regras que balizam as ações do dia-a-dia das pessoas e dos grupos. Assim, por exemplo, existem, numa empresa, normas de segurança e de proteção individual, regras de funcionamento e de proteção para edificações, processos, insumos, produtos etc. Num país, não é diferente e existe um “sistema legal”, composto por leis, regulamentos, normas, agências reguladoras, instrumentos de verificação e controle, forças de segurança, meios jurídicos etc.

Contudo, o risco existe, ele faz parte da vida. Presente em quase todas as situações, em forma latente, a observância das regras em princípio é fundamental para evitá-lo. O percentual restante poderá assumir as formas de tolerado, subestimado ou assumido. Destes, resultarão procedimentos arriscados, onde o risco é aceito ou mesmo ignorado. Chave para acidentes ou crises.

A palavra “crise” provém do latim *crisis*, oriundo do grego *krísis*. Era o nome dado ao ciclo de evolução das doenças. Os antigos acreditavam que no 7º dia haveria a cura ou a morte. Com o passar do tempo, a palavra adquiriu vários significados, em especial o de momento decisivo, mudança súbita. Hoje, “crise” é desequilíbrio, incerteza, transição entre surtos/estados, situação problemática, turbulência, risco, inquietação, tensão, falta, escassez, carência.

Geralmente ela contém outros “ingredientes”, ou palavras “associadas”, como problema, emergência, imprevisto, (in)segurança, imprudência, imperícia, negligência, displicência e incompetência.

Elas podem ser individuais, como as doenças ou as “crises” emocionais, existenciais, de relacionamento, conjugais. Estas, quase sempre, são “problemas”. As “crises” empresariais ou institucionais, de ordem econômica, carências ou emergências, geralmente resultam de falhas de planejamento. Por fim, as “crises” da Natureza, catástrofes ou cataclismos, são ocorrências fora do controle humano, há que se vivê-las, preparando-se no possível e tomando medidas reativas de proteção e reconstrução.

Assim, é importante entendermos que “crise”, em sua acepção mais ampla, é diferente de “problema”, assim como há diferenças entre “emergência” e “crise”. Um problema inicialmente é interno, enquanto a crise é externa. A emergência geralmente é localizada; a crise, distendida. Porém, qualquer uma pode se transformar ou evoluir para outra, assim como uma determinada ocorrência pode “contaminar” uma outra situação, originando reações em cadeia.

A importância do assunto é enorme, pois as situações críticas surgem a qualquer momento, são “ameaças” latentes pairando sobre todos. Atingem desde pequenos grupos até nações organizadas, poderosas ou não, afetam instituições públicas ou privadas, empresas de

todos os portes e unidades ou frações de órgãos públicos. Todos os integrantes de uma instituição, em especial aqueles de mais elevado posicionamento hierárquico, devem estudar o tema, necessitam se familiarizar com os conceitos e as metodologias e, por fim, precisam ter em mente a importância de se manter permanentemente alertas e preparados.

Contudo, deixaremos o termo “crise”, neste nosso estudo, para as grandes ocorrências, que tenham incidências predominantemente externas, sejam de amplitude crescente, acarretem prejuízos maiores, sejam de menor previsibilidade e controle, afetem mais intensamente a capacidade da instituição. Enfim, tenham proporções maiores, mesmo até incalculáveis.

Os dirigentes públicos devem aplicar estes conhecimentos quando da fixação e execução das respectivas políticas e estratégias. Como esses agentes despendem recursos amealhados com impostos, precisam ter cuidados e eficiente planejamento dos gastos. E “segurança” é um dos principais encargos do Estado.

São tipos de crises: políticas, político-estratégicas (internacionais), econômicas, psicosociais, de segurança pública, ocorrências policiais, militares, científico-tecnológicas, epidemias, catástrofes, grandes acidentes e climáticas.

A que mais nos interessa, aqui, é a crise político-estratégica. Esta corresponde a um tipo de conflito desencadeado imediatamente após a ruptura do equilíbrio existente entre duas ou mais partes envolvidas em determinado contencioso, evoluindo para uma fase de tensão que, quando falham as tentativas de solucionar as divergências, tende a exacerbar-se, aproximando-se ou até mesmo chegando ao uso do poder militar.

As crises político-estratégicas mais comuns são ameaças à integridade do patrimônio nacional, ameaças à soberania, acesso a tecnologias sensíveis, apoio a insurreições internas, antagonismos históricos, questionamento de limites, nacionais residentes em outros países, intervenção a fim de impor regras ou ordem e, finalmente, o “*devoir d'ingerence*” ou “dever de ingerência”, concepção na qual os organismos internacionais ou as grandes potências têm o dever de intervir em temas ditos de interesse da humanidade, mesmo ferindo a soberania dos estados (nestes casos seriam enquadrados assuntos como preservação ambiental, direitos humanos, proteção a minorias étnicas, problemas indigenistas, minorias religiosas, tecnologias sensíveis, narcotráfico e terrorismo internacional).

As crises devem ser enfrentadas e, para tal, se empregam as ferramentas constantes num procedimento chamado “gestão de crises”. Expressões sinônimas englobam gerenciamento de crises, administração de crises, controle de crises, manobra de crises, manejo de crises, condução de situações críticas, prevenção e acompanhamento de crises e outras.

Em resumo, é um processo eficaz, ordenado e padronizado, de prevenção a ocorrências nefastas, bem como de identificação, obtenção e aplicação, em conformidade com a lei, dos recursos para a solução de uma crise, de forma a alcançar o completo restabelecimento da normalidade da situação. Seu cerne é antecipar, prevenir e agir para minimizar impactos e restabelecer a normalidade.

Nos casos internacionais, o principal meio é a “manobra diplomática”. Uma sequência comum é o surgimento de um desafio, ao qual há uma reação e uma confrontação. Após o processo, há como resultado ou um acordo ou um conflito, que, armado, chamamos de “guerra”.

6. NEGOCIAÇÃO

A negociação é também chamada, entre outras expressões, de “conversações”, “tratativas” ou, nos casos entre nações, “manobra diplomática”.

Uma negociação envolve sempre interesses (convergentes ou conflitantes). Ela não necessariamente provém de ou inclui uma crise, mas pode ser ferramenta para controlar uma

crise. E é a melhor alternativa para o emprego da força.

Negociação é um processo que se desenvolve num determinado ambiente, entre duas ou mais partes que abordam uma dada situação (problemas ou oportunidades) a partir de interesses comuns e antagônicos. Para isso, segundo regras do jogo (cooperativas, integrativas, competitivas, distributivas, claras ou ocultas), as partes utilizam meios de comunicação, por intermédio dos quais manifestam comportamentos de influência, para confrontar e discutir propostas explícitas, com objetivo de alcançarem um acordo.

Os interesses antagônicos opõem as partes, os interesses comuns as aproximam.

A metodologia da negociação envolve planejamento (levantamento de dados e preparação), execução (preliminar, ajustes, abertura, exploração e encerramento), controle (exame das condições e avaliação) e, se necessária, a renegociação (um fato novo, novas condicionantes, “fato princípio”).

São definições básicas num processo de negociação o objeto (escopo), as partes (aliados e adversários), os interesses em jogo, os “fantasmas” (*stakeholders*, partes não presentes mas que interferem, como governo, acionistas, fornecedores etc), as opções e alternativas possíveis, os pontos de recuo (a MACNA - Melhor Alternativa para Caso de Não Acordo ou a MAPUANA -Melhor Alternativa Para Um Acordo Não Aceitável).

Os agentes que conduzem uma negociação, chamados de “negociadores”, devem possuir certas características pessoais como conhecimento técnico (sobre o tema ou assunto tratado), inteligência emocional, diversidade cultural, paciência, expressividade, credibilidade, confiança, decisão e aparência (postura, agradabilidade e gentileza).

As propostas necessitam ser suficientes (atendam aos interesses), realistas (sem obstáculos técnicos ou legais) e operacionais (podem ser implementadas).

7. CRISES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS

Como já dito, são as principais em nosso estudo. Ocorrem entre nações e podem gerar conflitos armados. Nesses casos, o poder político do país em questão deve marcar para a diplomacia os limites de negociação (mínimos e máximos) no contexto dos objetivos estabelecidos e correspondentes às normas de comportamento político. É dele a decisão de escalar uma crise, estabilizar uma situação ou distender um posicionamento.

Em suma, devem ser observados certos pressupostos básicos, em especial os objetivos nacionais, os interesses nacionais e o poder nacional (sua capacidade). Em resumo, está em cena a credibilidade do país!

As negociações diplomáticas seguem um ritual próprio, característico. São levadas a efeito por profissionais da carreira diplomática, com cultura estratégica. Eles conhecem os usos e costumes de cada país, observam gestos significativos e nuances idiomáticas. Se expressam com detalhes na linguagem, usando meias-palavras e reticências. Enfim, muitas vezes suas declarações podem significar um “chove-e-não-molha”!

As conversações podem ser bilaterais, multilaterais ou no âmbito de organismos internacionais. Em todos os casos, as Forças Armadas atuam na retaguarda, como respaldo.

8. A GUERRA

a. Definição

O que entendemos por “guerra” não é um conceito absoluto. É algo relativo, que depende de quem o exprime, se altera em distintas épocas e varia com diferentes geografias. O significado depende de quem o formula, decorrendo da sua formação filosófica, ideológica e cul-

tural, do momento histórico vivido, de fatores de ordem moral e ética relativos às finalidades da guerra considerada.

Em resumo, guerra é igual a conflito mais força (ou violência).

Em nosso livro “Explicando a Guerra”, elencamos premissas de definições, histórico das guerras, tipos de conflitos e muitos outros aspectos.

Aqui, nos limitamos a um resumo, afirmando que a guerra é um fenômeno social, é um fenômeno político, é um ato de violência. É uma dialética de vontades, é um “jogo”. E envolve toda uma nação.

b. História

A humanidade deseja a paz. Mas o conflito integra sua história! A história do homem é a história de seus conflitos!

O estudo da evolução das guerras pode ser feito observando-se a cronologia, ou a região, ou ainda suas causas (expansão, independência, ideologias etc). Outras abordagens focam o modo de operar ou os meios empregados.

O nosso objeto maior, neste estudo, é o mundo atual, onde sobrelevamos o conflito humano.

c. As “gerações” da guerra

Os estudos agrupam as guerras conforme suas características marcantes, resultantes das épocas de desenvolvimento da espécie humana.

A 1^a geração é a das batalhas frontais, com choque direto, desgastando o inimigo e vencendo aquele que tiver maior resistência.

A 2^a geração é a das batalhas em desalinhamento, com fogo concentrado e defesa em trincheiras.

A 3^a geração é marcada pelo predomínio da manobra, que é a combinação do fogo com o movimento.

A 4^a geração é a das guerras mais recentes, incluindo o tempo presente, as chamadas “guerras assimétricas”, onde há desigualdade entre os contendores, com grandes diferenças de efetivos e de meios, tanto em tecnologia como em logística. Nem sempre é possível identificar o teatro de operações, que é amplo, difuso e mutante. Nesta última, se enquadram todos os demais componentes dos conflitos e das atuações dos estados modernos e sua arena de existência num mundo dito globalizado e em plena era do conhecimento.

Contudo, já há quem fale numa “5^a geração”, estando os seus limites ainda pendentes de definição, não existindo unanimidade de pensamento entre os estudiosos. Nós entendemos esta nova classificação em especial quando aplicada ao contexto contemporâneo, onde o mais fraco busca mais impedir a vitória do oponente do que vencê-lo. Visa desgastá-lo em pontos de significado logístico, econômico, social, de opinião pública ou político, sendo importantíssimo encarecer ao inimigo o preço a pagar.

Nesta classificação ainda se destacam as chamadas “operações bélicas de não-combate”, ou seja as guerras comercial, financeira, ecológica, de mídia, cultural e cibernética. Finalmente, nestes tempos presentes, no quadro de uma guerra, não necessariamente todos os beligerantes são um estado organizado.

d. O contexto contemporâneo:

Desta forma, os conflitos atuais envolvem muito mais do que ações militares de tropas

em um campo de batalha. Eles incluem controle de massas populacionais, luta contra o crime organizado, combate ao terrorismo, ações sobre a informação (mídia), cooperação com órgãos nacionais e de outros países, operações de inteligência.

e. O preparo para a guerra

Como já afirmamos, é essencial se preparar para a guerra. Este não é outro senão o principal motivo de se estudarem as guerras!

É fundamental o funcionamento do fluxo de informações e dos níveis de tomada de decisão. Há que se obter um aperfeiçoamento e/ou uma reestruturação dos sistemas de Comando e Controle, de Comunicações/Eletrônica e de Inteligência (conhecidos como "C⁴I"), com estudo dos canais que devem ser percorridos até a decisão e o consequente tempo decorrido entre a identificação de uma necessidade ou de uma ameaça pelo sensoriamento e a ação respectiva de resposta. Em resumo, rapidez, eficiência e tecnologia para vigilância, inteligência e tomada de decisões. Tudo, logicamente, respaldado por capacidade de ação, com forças aptas e disponíveis para ação em terra, no ar e no mar.

f. Classificação dos conflitos

Em nossa obra já mencionada, apresentamos as classificações e tipos de guerra. Porém, para entendimento dos conflitos atuais, entendemos que a melhor metodologia é a do HIIK (*Heidelberg Institute for International Conflict Research*), que se encontra disponível em sua página da internet (<http://www.hiik.de/en/>).

Nessa classificação, são considerados os atores, as ações e os "ingredientes" de um conflito, posicionado num nível, numerado de 1 até 5. O nível 1 é designado como "disputa", o 2 é uma "crise não violenta", o 3 "crise violenta", o 4 designa uma "guerra limitada" e o 5 identifica uma "guerra".

Quanto à violência, classifica os conflitos como "não violentos" (as disputas, nível 1), e as crises não violentas, nível 2), e "violentos" (as crises violentas, nível 3, as guerras limitadas, nível 4, e as guerras, nível 5).

Finalmente, com relação à intensidade, os conflitos recebem as classificações de "baixa" (quando não violentos), "média" (as crises violentas) ou "alta" (os conflitos violentos: as guerras limitadas, nível 4, e as guerras, nível 5).

A avaliação da intensidade dos conflitos violentos considera as armas empregadas, os efetivos envolvidos e as consequências (mortos, feridos, refugiados, deslocados e a destruição havida).

g. Custos

As guerras sempre tiveram custos e causaram ascensão ou ruína a cidades, estados, nações etc. Hoje se entende que os custos já constituem num dos fatores da decisão. A guerra, além de todas as características que vimos até agora, também tem sua porção "*business*". Napoleão Bonaparte disse que "*a guerra é um negócio*". De fato, a capacidade econômica faz uma diferença notável no desenrolar de uma guerra.

O velho dilema persiste, desde a antiguidade: "espadas ou arados?"... "canhões ou manteiga"? A sociedade segue discutindo. E o mundo girando!

9. O MUNDO ATUAL

Vivemos em pleno século XXI e o mundo segue em meio a crises e conflitos! Eles se propagam em velocidade, têm amplitude geográfica e atuação em conjunto. Se há uma coisa que não falta neste planetinha azul é motivo para conflito!

Habitamos um mundo no qual os conflitos que se transformam em guerras se constituem na chamada 5^a geração. Novas ameaças e vulnerabilidades mostram ou ocultam suas faces, dificultando cada vez mais as operações destinadas a neutralizá-las. É o mundo do xadrez tridimensional (três tabuleiros superpostos: um militar, um econômico e outro de múltiplos interesses, lícitos ou não), dos custos crescentes e da responsabilidade que, a cada dia, se afirma como da totalidade da população. Há necessidade de integração de todos os meios a serem empregados para prevenir os conflitos ou para enfrentar as ameaças.

As operações de uso do poder apresentam-se sob três cenários, que podem ocorrer de forma isolada ou simultaneamente:

- Paz (relativa - as ameaças existem mesmo nesta situação e podem estar camufladas).
- Crise (quando Forças Armadas poderão ser envolvidas).
- Guerra (o conflito armado).

Estas novas situações, difusas e indefinidas (a chamada “5^a geração”), envolvem “guerras transmilitares” (atos agressivos de cunho diplomático, informações/espionagem, redes de dados/internet, crimes/drogas/contrabando) e “guerras não-militares” (ofensivas comerciais, ataques financeiros, imposições legais, operações midiáticas, pressões sobre recursos naturais/meio ambiente).

Novas classificações incluem “guerra sem teatro”, “guerra da informação ou de palavras” e “guerra hipnótica”.

10. FRONTEIRAS

As fronteiras ou limites, demarcando países soberanos, consideradas geográficas ou tradicionais, são pontos físicos (rios, montanhas, oceanos ou lagos) ou linhas e marcos geodésicos. São nítidas, embora nem sempre respeitadas! Nelas, os conflitos.

O conceito evoluiu e hoje, fronteiras modernas ou “metafísicas” são os ambientes ou contatos econômico-financeiros, comerciais, aeroespaciais, ciberespaciais, culturais e de conhecimentos. Estas, são difusas! Como separar “interno” de “externo”? Mais conflitos!

O Brasil, em termos geográficos (nossos limites terrestres de 16.885 km e litoral com 7.367 km), desde 1909, não tem problema algum de fronteira. Tem, sim, problemas na fronteira! São drogas, armas, contrabando, fluxos ilegais ou irregulares de pessoas.

Já nas outras fronteiras, do comércio, das ações cibernéticas, dos fluxos ilícitos de capitais, inúmeros conflitos subsistem, sob outras roupagens.

Finalmente, um outro fator de conflito aparece: nossa cultura e idioma subjugados. Os valores intelectuais de um povo são fundamentais para sua unidade e força. Infelizmente, grava-se em nosso meio o uso deplorável de expressões alienígenas desnecessárias, as propagandas comerciais com fundos musicais em língua estrangeira, as emissoras de rádio e TV abusando das músicas estrangeiras e as denominações de edifícios comerciais e residenciais com termos de fora. É o “complexo de vira-latas”, a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo, conforme disse Nelson Rodrigues, em 1958. Nosso artigo “IDIOMA- A identidade de um povo”, publicado na revista ADESG nº 284, de novembro de 2013, pág. 20/21, explicita ideias a respeito.

11. O DOMÍNIO DO CONHECIMENTO

O conhecimento é insumo básico nos tempos atuais, mais ainda o será no futuro. Vive-mos a “Era da Inovação” e as guerras do futuro certamente envolverão, entre muitos outros, assuntos como “eficiência energética”, “telepresença”, “impressão 3 D”, “análise de dados”, “proteção cibernética”. Novos *chips*, novos dispositivos, realidade virtual, sistemas de comunicações etc serão pares ou mesmo substitutos de armamentos. Soldados poderão ser substituídos por robôs e existem muitas outras coisas que ainda afloram nos laboratórios, das pranchetas dos cientistas, e outras que habitam o mundo da ficção.

Assim, um adequado preparo para o futuro passa pelo indispensável domínio do conhecimento. Para tanto, investimentos em educação e instrução são decisões cruciais!

12. QUAIS SÃO OS NOSSOS INIMIGOS NESTAS GUERRAS?

Portanto, o estudo das guerras passa pela correta percepção dos adversários ou inimigos, reais, potenciais e porventura ainda desconhecidos!

Nas guerras do futuro, dentro da classificação dos conflitos que hoje dispomos e da conjuntura mundial, os fatores adversos (inimigos, em suma) do Brasil são a baixa estatura tecnológica, a péssima distribuição de renda, um desastroso sistema tributário, a ignorância, o desconhecimento, a burocracia, a legislação inadequada e obesa, a Justiça lenta, a crise de valores morais e éticos, a corrupção, o descomprometimento de lideranças políticas, a identidade nacional aviltada (o já citado “complexo de vira-latas”), as carências em infraestrutura (transporte, saneamento, energia), as disputas agrárias e imobiliárias urbanas, a violência no trânsito, as agressões à natureza, a criminalidade em geral (pirataria digital, tráfico de drogas e de armas, contrabando, descaminho, informalidade e sonegação).

13. OS CONFLITOS DO FUTURO

Neste mundo hodierno, as ideias de Clausewitz mantêm plena atualidade! No futuro, muito provavelmente, mais ainda.

A nação deve ser defendida pelo soldado e pelo cidadão, o homem comum se iguala com os soldados profissionais. Nossas Forças Armadas devem se manter preparadas para a defesa do território, sem lutas de conquistas. O único defensor da soberania nacional é o povo (civil e militar).

Os conflitos da 5^a geração envolvem mais de um dos campos do poder, englobam a mídia, as forças econômicas e sociais, as Forças Armadas e Auxiliares, o segmento político. Eles acarretam fortes desgastes (inclusive econômico) e uso limitado da força, em guerras limitadas (em duração, objetivo, intensidade e meios) porém com custos crescentes.

A riqueza, hoje em dia, e ainda mais no futuro, não é mais somente física (bens, serviços e finanças). Ela envolve também aspectos humanos (saúde, educação, valores, realização pessoal), sociais (segurança, convívio, bem-estar geral) e ambientais (ar puro, água limpa, saneamento).

A distribuição justa destas riquezas é tão ou mais importante do que sua geração. E os conflitos, frutos de choques de interesses, estarão sempre presentes. Eles fazem parte da condição humana.

São pontos fundamentais, na preparação militar:

- a importância do conhecimento;
- unidades de combate menores e extremamente móveis;

- elementos de manobra com diferenciadas capacidades (tipo de operações e ambiente);
- flexibilidade organizacional;
- processo de tomada de decisões;
- C&T, armas “inteligentes”;
- logística e comunicações; e
- atualização em TTP (táticas, técnicas e procedimentos).

14. CONCLUSÃO

As necessidades, os valores, os objetivos, as prioridades e as regras são percebidos de maneiras diferentes por distintos grupos ou indivíduos.

Neste contexto, uma competição ou divergência pode se transformar em conflito. Um conflito não controlado se amplia. As omissões fazem o conflito se agravar. Num conflito ampliado, mais partidos são envolvidos. E quando um conflito se torna visível, já existem perdas.

As guerras, em geral, originam-se de crises, mas as crises não resultam em guerra, necessariamente.

A possibilidade de emprego da força tem maior probabilidade nos dias atuais, em conflitos localizados, de menor duração e de baixa intensidade (em danos, porém de custos elevados).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERGO, Marcio T. Bettega. O Pensamento Estratégico e o Desenvolvimento Nacional - Uma Proposta de Projeto para o Brasil. 2 ed. São Paulo: MP Editora, 2008.

_____. Explicando a Guerra. Polemologia: O Estudo dos Conflitos, das Crises e das Guerras. Rio de Janeiro: DECEX/CEPHiMEx, 2013.

A sua opinião sobre o tema é importante.

Envie seu comentário para cee18@esg.br

Cadernos de Estudos Estratégicos

Edição de Março / 2019

Escola Superior de Guerra
Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos

